

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

JONATHAN MENDES GOMES

“Natural Jeyto e Boa Ensino”:
Aspectos moralísticos e políticos na Literatura Técnica da Dinastia de
Avis (Portugal, séc. XIV/XV)

NITERÓI
2010

JONATHAN MENDES GOMES

“Natural Jeyto e Boa Ensinança”:
Aspectos moralísticos e políticos na Literatura Técnica da Dinastia de
Avis (Portugal, séc. XIV/XV)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. ROBERTO GODOFREDO FABRI FERREIRA

NITERÓI
2010

JONATHAN MENDES GOMES

“Natural Jeyto e Boa Ensino”:

**Aspectos moralísticos e políticos na Literatura Técnica da Dinastia de
Avis (Portugal, séc. XIV/XV)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História Social.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Roberto Godofredo Fabri Ferreira – Orientador
Universidade Federal Fluminense – UFF

Professora Doutora Vânia Leite Fróes
Universidade Federal Fluminense – UFF

Professora Doutora Miriam Cabral Coser
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

NITERÓI
2010

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Roberto Godofredo Fabri Ferreira pela confiança depositada a mim, pelo constante incentivo e pela competência profissional.

À Professora Vânia Leite Fróes, por continuar sua contribuição em minha formação acadêmica, pelo zelo e pelo exemplo a ser espelhado.

À Professora Miriam Cabral Coser, pela impecável gentileza e solicitude, e pelas importantes sugestões dadas para a realização deste trabalho.

À Manoel, Lygia, e Carla Martins, pela generosa acolhida nesta Ínclita Família, e pelos ensinamentos moralísticos que me educaram no caminho das virtudes.

À Alexandre G. Cruz Alves, Katiuscia Quirino Barbosa e Dayanna Scoralich, pelo suporte técnico e sábios conselhos que me guiaram no aprimoramento das “manhas” necessárias a um bom cavaleiro.

Aos meus irmãos de “criação” André de Lima, Rafael Le Senechal e Miriam Vieira, pelo apoio emocional, lealdade, e companhia na conquista de aventuras e honras cavaleirescas.

Aos parceiros de jogos nos serões da corte, Érika Cardoso, Renata Egger, e Bruno Souza de Paula, pelos momentos de lazer proveitoso, que jamais permitiram meu entendimento se enfadar.

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
RÉSUMÉ	8
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I - Os Jogos e a Corte sob o olhar da Ideologia Monárquica: perspectivas teóricas e historiográficas.	17
CAPÍTULO II - Ascensão da Dinastia de Avis e seus desafios:	
2.1) A legitimidade dinástica.	46
2.2) A centralização do poder régio.	51
2.3) A sociedade de corte e o discurso do Paço.	54
2.4) A prosa moralística e técnica.	59
CAPÍTULO III - <i>Folgança e Ensino</i>:	
3.1) As atividades lúdicas na Idade Média.	67
3.2) As formas de apreensão do conhecimento.	77
3.3) A educação militar.	88
CAPÍTULO IV - <i>Comportamento e Poder</i>:	
5.1) O controle moralizante dos “cortesãos”.	97
5.2) As qualidades do bom governo.	108
5.3) Distinção e hierarquia social.	120
CONCLUSÃO	133
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139

Resumo

Estudo sobre o papel dos jogos na educação dos príncipes e nobres na corte portuguesa do fim da Idade Média. Usou-se como referência a literatura de proveito produzida nos dois primeiros reinados da Dinastia de Avis, em Portugal, de 1385 a 1438, representada aqui por duas importantes obras, *O Livro de Montaria* de D. João I, e a *Arte de Bem Cavalgar Toda Sela* de D. Duarte.

O conteúdo moralístico e político destes tratados favorecia a centralização do poder régio, e afirmava a legitimidade da nova dinastia.

A formação de uma sociedade de corte, composta por uma nova nobreza, incluía grupos antes excluídos, cuja manutenção dos privilégios vinha através da proximidade com o rei, e da busca por similitudes com este. Os tratados transmitiam normas aos cortesãos para se enquadrarem na reordenação dos sentimentos e comportamentos, seguindo uma conduta mais polida. Assim, iniciou-se a transformação dos cavaleiros em cortesãos.

Palavras-Chave:

1. História. 2. Poder Régio/Centralização. 3. Portugal. 4. Sociedade de Corte. 5. Literatura Medieval.

Abstract

Study about the role of the games in the education of princes and nobles in the portuguese court at the end of the Middle Age. Was used as reference the worth literature produced in the first two years reined by the Avis Dynasty, in Portugal, from 1385 to 1438, represented here by two main works, the *Livro de Montaria* of D. João I, and *A arte de bem cavalgar toda sela* of D. Duarte.

The moralistic and political content of these treaties favored the centralization of royal power, and affirmed the legitimacy of the new dynasty.

The formation of a court society, composed by a new nobility, included groups first deleted, and wich the privilege maintainance came through proximity with the king, and seeking for similarity with these. The treaties transmitted rules to the courtiers for they fit yourselves in the reordenation of feelings and behaviours following a more strict conduct. By that, it has started the transformation of horsemen in courtiers.

Keywords:

1. History. 2. Royal Power/Centralization. 3. Portugal. 4. Court Society. 5. Medieval Literature.

Résumé

Etude sur le rôle des jeux dans l'éducation des princes et nobles de la cour portugaise de la fin du Moyen Age. Il a été utilisé comme référence à la littérature bénéficière produite dans les deux premiers règnes de la Dynastie d'Aviz, au Portugal, de 1385 à 1438, ici représentée par deux ouvrages importants, *Livro de Montaria* of D. João I, et *Arte de Bem Cavalgar Toda Sela* de D. Duarte.

Le contenu moralisateur et politique de ces traités favorisé la centralisation du pouvoir royal, et a confirmé la légitimité de la nouvelle dynastie.

La formation d'une société de cour, composée d'une nouvelle noblesse, compris groupes exclus auparavant, dont La maintenance du privilège est venu grâce à la proximité du roi, et à la recherche de similitudes avec celui-ci. Les traités transmis normes aux courtisans pour ils s'adapter à la réorganisation des sentiments et des comportements, à la suite d'une conduite plus poli. Ainsi commença la transformation des chevaliers en courtisans.

Mots-clés:

1. Histoire. 2. Pouvoir Royal/Centralisation. 3. Portugal. 4. Cour Société. 5. Littérature Médiévale.

Introdução:

Em seus estudos acerca da história do pensamento espanhol, Maravall fez uma importante observação sobre o universo do saber no período medieval. Segundo o autor, quando se pretende estudar tanto o pensamento político, quanto a literatura ou o campo da ciência na Idade Média, involuntariamente esbarra-se com um gênero literário muito característico da época¹. Trata-se da denominada Literatura de Proveito e Exemplaridade, composta por espelhos de príncipes, provérbios, fabulários, apólogos, prosas moralísticas, e uma série de outros tipos de obras. Todas estas constituem repertórios de exemplos morais e políticos que constitui a forma literária habitual das produções didáticas medievais². A partir deste pressuposto, construiu-se a idéia deste trabalho, que mistura justamente dois grandes campos do pensamento medieval, os quais, apesar de distintos, se intercalam constantemente: a política e a literatura.

O recorte temático gira em torno da análise dos aspectos políticos e moralísticos de tais gêneros literários tão em voga na Idade Média. Muitos destes gêneros existiam já desde a antiguidade fazendo parte de uma antiga tradição de um estilo literário chamado de parenético, isto é, responsável pela transmissão de bons costumes e pela exortação moral entre os leitores. No período medieval, eles tomaram nova importância e se desenvolveram ligados à vida na corte, que cristalizou nestas obras tanto seus personagens quanto suas principais ideologias. No entanto, muitos gêneros desta literatura de proveito, acabaram mesclando características com outros deste mesmo terreno literário. O cruzamento dos gêneros se fez de tal forma, que muitos das prosas moralísticas durante a Baixa Idade Média puderam ser lidas como manuais para a educação dos príncipes, ou mesmo manuais para os cortesãos.

A preocupação com uma mudança substancial dos hábitos, seguindo a diretriz de um maior controle das pulsões e dos instintos, consiste no que Norbert Elias³ definia como processo civilizador. Este processo ocorreu em vários períodos da história das sociedades, assumindo no final da Idade Média uma etapa de extrema importância, que culminou com o início da transformação dos cavaleiros em cortesãos. Assistiu-se nessa

¹ MARAVALL, José Antônio. “La concepción del saber en una sociedad tradicional”, In: *Estudios de Historia del Pensamiento Político*. Ed. Cultura Hispánica: Madrid, 1983, p. 203

² Idem, p. 203.

³ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador* vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

época, a substituição de antigos hábitos rudes e violentos por um maior polimento da conduta e dos sentimentos, ou seja, a adesão a hábitos considerados “civilizados”, em contraposição aos de outrora.

Isto não ocorreu sem a existência de uma conjuntura que lhe permitisse uma ampla difusão. De fato, segundo o autor citado, este tipo de processo ocorre em consonância com outro, o da concentração dos monopólios de força e fisco nas mãos de um só homem. Esta ocorrência é bem observada quanto à formação dos Estados Nacionais, onde a centralização do poder passava para as mãos de um só governante, o rei. O fortalecimento do poder econômico dos reis, através do novo impulso do comércio e da moeda, permitiu-lhe construir um exército mais forte, de forma a diminuir as rixas e abusos cometidos pelos exércitos locais, além de monopolizar a arrecadação de impostos. Isto significou uma relativa redução da violência no seio da sociedade, e maior concentração de poder nas mãos do governante, em detrimento da recuperação de antigos privilégios absorvidos pelos senhores feudais.

A revitalização da supremacia régia foi acompanhada também pela formação de uma sociedade que via na proximidade com a figura do rei, uma forma de conquistar privilégios e manter sua posição de distinção, ou seja, nobreza, nesta sociedade. O fato, é que este círculo interno que rodeava o rei começou a se tornar heterogêneo, devido aos acordos feitos pelo rei com vários grupos sociais diferentes para centralizar seu poder. Isto implicou não apenas no aumento da autoridade régia, tendo vista seu papel de mediador das querelas entre estes grupos distintos, mas acarretou também um aumento em número e tipos de funções nesta sociedade. Tal fato aumentou a dependência das pessoas que nela viviam, criando uma rede de convivência, cuja expressão e sobrevivência exigiam condutas mais polidas. A manifestação de uma postura “civilizada” assemelhava o indivíduo à nobreza do rei, e esta proximidade aumentava a possibilidade de aquisição de honras e bens. Formavam-se assim, progressivamente, as sociedades de corte.

A Dinastia de Avis aparece nesta pesquisa, como o nexos da etapa medieval portuguesa tanto deste processo civilizador, quanto de formação de um Estado com poder centralizado. Representa, portanto, o recorte espacial e cronológico do presente trabalho. A ascensão de D. João I construiu o ambiente propício a estes dois movimentos. Sua condição de bastardo, afirmada por muitos, reuniu grupos de senhores

que estavam contrários ao seu partido. Reunindo forças com elementos antes excluídos da participação no poder, o primeiro monarca avisino chegou ao trono concentrando em suas mãos uma gama de poderes extraídos desta aristocracia que lhe negara apoio. Aos poucos, a partir do uso de diversos instrumentos, inclusive os de cunho jurídico, o rei foi monopolizando privilégios e superando a nobreza em força.

A questão era que as vitórias contra Castela, sua rival, e as expansões marítimas, não eram suficientes para legitimar sua posição. Para isso, a propaganda dinástica se mostrou eficaz em criar diversos mecanismos que difundissem ideologicamente a supremacia régia, exibindo seu poder de forma a conquistar aceitação não apenas em Portugal, mas no exterior. Dentre os inúmeros rituais e festividades que faziam parte desta estratégia, o rei se preocupou também em educar esta nobreza, composta de novos elementos, que ascendera com ele. D. João I formava assim sua sociedade de corte, o círculo interno de indivíduos que lhe seria próximo, que o acompanharia em suas aparições públicas, e que se responsabilizaria por manifestar a dignidade e nobreza de sua posição. Através do *discurso do Paço*⁴, o rei difundiu a ideologia moralizante e civilizadora que os cortesãos deveriam absorver e exibir. E encontrou na prosa moralística o instrumento adequado para transmitir tais ensinamentos.

Com este referencial desenvolve-se a idéia da importância da literatura técnica, unida às atividades lúdicas, como mecanismos de difusão dos novos costumes com os quais os governantes pretenderam normatizar seu círculo mais próximo de funcionários, usados por ele como legitimadores de sua distinção e dignidade diante de todos os demais. Isto porque os jogos, elementos já utilizados pela nobreza como exercícios pedagógicos voltados para atividades militares, passaram a representar um instrumento prático para a moralização das condutas dos nobres, a serem modeladas à imagem do rei.

A chamada Literatura Técnica da dinastia de Avis deve ser analisada como componente importante da prosa moralística, devido seu forte conteúdo normativo. Assim, age como fonte veiculadora de um código de condutas nesta sociedade, destacando o novo papel pedagógico, não puramente militar, que as atividades físicas ganham neste período, como disciplinadoras da violência da nobreza.

⁴ FRÓES, Vânia. “O Reino de Deus como Arquétipo” in: *Era no Tempo do Rei – estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. UFF: Niterói, 1995.

Observa-se ainda a serventia desta literatura aos anseios de um discurso civilizador do Paço voltado à construção de um ambiente cortesão, onde os impulsos da nobreza seriam controlados, corroborando assim com o processo de centralização do poder monárquico. Ou seja, cabe também, nesta conjuntura, identificar as diretrizes do discurso utilizado pelo Paço, que relê antigos ideais da cavalaria a favor da realeza, visando produzir novos significados aos comportamentos e sentimentos, e, desta forma, adaptar a visão de mundo desta sociedade ao novo poder vigente.

Os elementos da cultura cavaleiresca não se perderam totalmente com as transformações da atividade bélica ao fim da Idade Média. Estes elementos seguiram uma apropriação e releitura por parte da cultura cortesã, tornando-se pilar dessa. Assim, os jogos cavaleirescos continuaram a exibir sua importância como instrumentos figurativos e distintivos da nobreza.

O *corpus* documental utilizado para esta pesquisa é composto por duas obras, que se inserem num conjunto mais amplo denominado pelos estudiosos de Prosa Moralística e Técnica da Dinastia de Avis, e ligando-se assim, a uma série de tratados técnicos e didáticos originalmente portugueses que os precederam, *O Livro de Falcoaria* de Pêro Menino, falcoeiro do rei D. Fernando, *O Livro de Alveitaria* de mestre Giraldo, físico de D. Dinis, e um *Livro de Cetraria*, de autoria desconhecida. Deste conjunto foram selecionadas para análise as seguintes:

O Livro de Montaria: Escrito por D. João I, depois de 1415 e antes de 1433. Embora não se possa duvidar de sua autoria, parece claro que vários conselheiros, homens práticos da arte, o ajudaram nesta obra original, que não se trata de uma simples tradução ou adaptação como muitas obras deste período. Considerada por Pimpão um “doutrinal de cinegética”, ou ainda uma “Suma de experiência monteira”⁵, trata-se de uma obra sobre a técnica de montar e caçar a cavalo, consideradas na época atividades de preparo para a guerra, as quais o monarca muito apreciava. A linguagem rica de vocabulário e metáforas provenientes da gíria dos caçadores demonstra um alvo de leitores específicos que pretende atingir: os nobres. Em seu conteúdo encontramos, com observações minuciosas, descrições acerca do ambiente físico onde se procede a caça

⁵ PIMPÃO, Álvaro J. C. “A literatura apologética, ascética e moral: As obras dos príncipes de Avis; Obras Anônimas” in: *História da Literatura Portuguesa, vol I (séc. XII a XV)*. Coimbra: Edições Quadrante Ltda, 1947, pp. 225-226.

montês, com uma forte apreciação dos encantos e prazeres desta, e lições sobre o uso dos sentidos para se adaptar a este ambiente e utilizá-lo favoravelmente durante a atividade; ensinamentos sobre como tratar os cães e cavalos, animais companheiros do caçador; técnicas necessárias para realizar uma boa caçada e não botar a vida em risco; e, além disso, certos aspectos morais que a caça toma na consciência do rei⁶. O livro se encontra estruturado em 60 capítulos, estes divididos em três partes.

Arte de Bem Cavalgar Toda Sela: Escrito por D. Duarte enquanto este ainda era Infante, e também chamado de *Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, trata-se basicamente de um manual de equitação, com forte intenção didática, destinado aos nobres, tanto os palacianos quanto os de origem burguesa, os quais D. Duarte culpava, à época, pelo relaxamento e descuido com atividades paramilitares como a montaria, a caça, e a equitação. Pretendendo resgatar o culto a esta arte de saber andar a cavalo, e partindo de suas experiências pessoais, o autor, sempre atento aos valores de seu tempo, trata de temas como a vontade, o esforço, o medo e a estética das posturas, o que demonstra de sua parte um propósito pedagógico e social mais amplo: a prática da disciplina sobre os instintos⁷. O livro se encontra dividido em três partes, das quais a última ainda se subdivide em sete capítulos.

A proposta de estudar a prosa moralística de Avis como veículo de disseminação de valores e idéias que compõem uma cultura cortesã em formação, torna necessário analisar o texto não apenas como um produto isolado que fala por si, mas como um produto entre enunciador e enunciatário, em que aquele se propõe como tradutor de símbolos compartilhados entre ambas as partes, sendo responsável por transmitir o papel que escolheu a cada um. Flamarion e Vainfas refletem em *Domínios da História*⁸, que o pressuposto essencial das metodologias aplicadas aos discursos é não aceitá-los como algo transparente, e sempre entendê-los relacionados ao social.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo consiste na apresentação das principais referências teóricas e historiográficas que modelam esta pesquisa, levando em consideração os eixos que servem de base aos principais temas

⁶ SERRÃO, Joel. "Literatura Portuguesa" in: *Dicionário de História de Portugal vol. IV*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, p. 34.

⁷ SARAIVA, José A. "A Prosa Doutrinal da Corte" in: *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2000, pp. 112-113

⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

abordados. A realização desta exposição remete ao processo de transformação da nobreza cavaleiresca em nobreza cortesã, criando as sociedades de corte a partir da aristocracia bélica, que Norbert Elias denomina de *processo civilizador*. Este se articula a outros temas como o da formação das monarquias nacionais e conseqüente centralização do poder régio em Portugal.

Incluem-se aqui as observações feitas por Georges Duby acerca do papel da ideologia de uma sociedade tripartida no mundo medieval, e em especial à distinção dos *bellatores*, grupo de nobres guerreiros, bem analisado por Franco Cardini. Acrescenta-se também as observações de Jacques Le Goff acerca das novas interpretações da sociedade, orgânica e corpórea, vigentes no período. Especificamente a respeito das cortes organizadas em torno dos reis portugueses, sua estrutura e funcionamento, traz-se à tona o trabalho realizado por Rita Gomes Costa. Chama-se atenção ainda para as contribuições de Bernard Guenè e Nieto Soria acerca dos mecanismos de propaganda monárquica que culminaram com a formação do Paço, bem como das ideologias e imaginários que sustentaram o fortalecimento não só do poder régio, mas da figura do rei.

Por fim, leva-se em consideração também o estudo realizado por Johan Huizinga acerca da particularidade dos jogos, destacando suas características e implicações, principalmente enquanto contribuinte para formação da cultura cavaleiresca. E destaca-se a atenção dada por Alberto Manguel aos aspectos da literatura na Idade Média.

O segundo capítulo coloca em cena os aspectos conjunturais correspondentes aos recortes cronológico-espaciais selecionados para abordar o tema proposto. Neste caso, a conjuntura é representada pela ascensão de D. João I ao trono de Portugal e à formação da Dinastia de Avis, após a revolução de 1385.

O capítulo encontra-se dividido em quatro partes. Na primeira parte, expõe-se o processo que levou D. João I ao poder, levando em conta as disputas e eleições das cortes. Trata também das dificuldades que o novo rei, e em seguida seu filho, D. Duarte, tiveram para legitimar seu reinado perante os dissidentes, e os recursos propagandísticos por eles usados para alcançar uma imagem genuinamente ligada ao poder.

Na segunda parte, destaca-se o processo de concentração de poder na mão dos monarcas avisinos, em detrimento da submissão da nobreza, que vai tomando uma

constituição mais heterogênea. Incluem-se aqui os atributos jurídicos que o poder régio dispôs para impor sua autoridade à ambiciosa classe nobiliárquica.

Na terceira parte, apresenta-se a formação e constituição da corte portuguesa como palco de ritos e cerimoniais que justificam e reproduzem a dignidade régia, e o ambiente no qual se difunde o discurso civilizador do Paço, repleto de recursos ideológicos utilizados pelos monarcas para controlar o comportamento da nobreza, moldando-a a sua imagem.

Por fim, na quarta parte, a partir da apresentação do papel cultural exercido pela corte no território português, demonstram-se as mudanças ocorridas no âmbito literário, culminando com o surgimento da prosa moralística e técnica da Dinastia de Avis, cujo papel na difusão do discurso pedagógico do Paço foi de muita importância.

O terceiro capítulo construiu-se na demonstração da funcionalidade dos jogos medievais como atividades imprescindíveis ao controle do período ocioso no qual a nobreza cavaleiresca muitas vezes se encontrava, quase sempre marcado por rompantes de violência e agressividade. A partir da análise das fontes citadas, mostra-se que nessa sociedade de corte, formada conjuntamente com a ascensão avisina, os jogos tiveram um papel muito maior do que meras atividades lúdicas, tornando-se peças fundamentais para as práticas pedagógicas requeridas para civilizar os membros da corte régia. Este capítulo se subdivide em três partes.

Na primeira, apresenta-se os principais jogos praticados no decorrer do período, destacando suas características, proveitos, hierarquias e preferências, bem como seu papel de *prática domesticadora* para o impulso agressivo acumulado e o ócio tedioso que cercavam a nobreza guerreira quando não exerciam sua função bélica.

Na segunda parte, traça-se um perfil das formas de apreensão de conhecimento priorizadas pelos medievais, dando destaque ao valor atestado que as fontes dão à natureza, e ao método da experiência, observação e percepção sensorial, considerados pelos primeiros reis avisinos como o mais completo quando se diz respeito a transmitir ensinamentos.

Na terceira parte, demonstra-se o papel atribuído aos jogos enquanto transmissores de ensinamentos militares aos nobres guerreiros, preparando-os para sua função bélica. A exaltação de temas como honra, glória e fama, através dos feitos de guerra, demonstra

a importância que estas funções da nobreza ainda apresentavam em Portugal e sua permanência nessa sociedade em mutação.

No quarto capítulo aprofunda-se a análise da reconhecida função pedagógica dos jogos, mostrando que não se resume a uma finalidade de treinamento militar. Expõe-se o caráter moralizante implícito nos ensinamentos destas atividades destacando toda uma série de virtudes, posturas e costumes a serem absorvidos por estes recém-formados cortesãos. Além disso, traçam-se as relações entre estes ensinamentos e elementos do exercício do poder, valorizando o papel dos jogos no conjunto de rituais de manutenção da hierarquia social. Este capítulo se divide em três partes:

A primeira parte demonstra o caráter moralizante que assumiu tanto a dinastia quanto a corte por ela criada, a partir da indicação de uma série de virtudes, posturas e condutas, presentes na literatura técnica, e que formam a base da normatização dos costumes perseguida pelo discurso civilizador avisino.

A segunda parte contempla a exposição dos valores e atributos destas atividades que se identificam com o exercício do poder régio, e justificam sua prática como fundamental ao aprendizado de qualidades essenciais àqueles destinados a ocupar cargos de governo.

A terceira parte expressa a importância dos elementos destes jogos, como os instrumentos e a indumentária, para a distinção da nobreza perante outros grupos, a exibição de seu poder, e a manutenção da hierarquia que os eleva no conjunto social.

Esta dissertação se enquadra no círculo de pesquisas realizadas pelo *Scriptorium*, o Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos, localizado na Universidade Federal Fluminense. O *Scriptorium* possui uma tradição de estudos que envolvem temáticas acerca da estrutura do poder régio, das imagens construídas pelos reis, e outros temas políticos. Apesar de possuir a peculiaridade de se trabalhar especificamente com jogos medievais, seus objetivos e conclusões vão ao encontro dos demais estudos realizados pelo laboratório, permitindo assim amplo diálogo com outros trabalhos. Espera-se que o leitor se familiarize já com o tema e a estrutura desta dissertação, e que possa com isto conduzir com clareza sua leitura.

Capítulo I – Os Jogos e a Corte sob o olhar da Ideologia Monárquica: perspectivas teóricas e historiográficas.

A realização de uma exposição das principais referências teóricas e historiográficas que balizam este trabalho leva em consideração o processo de transformação da nobreza cavaleiresca em nobreza cortesã, que acompanha o movimento de formação das monarquias nacionais e centralização do poder régio em Portugal, entre o final do século XIV e início do século XV.

Incluem-se aqui observações feitas acerca da criação da ideologia da sociedade medieval como tripartida, e sua posterior superação pela teoria orgânica e corporal, dando especial atenção à distinção do grupo dos *bellatores*, e sua inclusão nos mecanismos de propaganda monárquica que culminaram, notadamente no caso português, com a formação do Paço, e do processo civilizador que criou as sociedades de corte, a partir da antiga aristocracia bélica.

Considera-se também análises acerca da particularidade dos jogos e da literatura na Idade Média, visto que este trabalho leva em conta a participação das atividades lúdicas e da prosa moralística e técnica que, mais do que ensinar aos cavaleiros as tradicionais manhas necessárias a educação militar, tornaram-se também mecanismos de difusão dos novos costumes. Com estes, os governantes pretenderam normatizar seu círculo mais próximo de funcionários, usados por eles como legitimadores de sua distinção e dignidade diante de todos os demais.

Acredito que as discussões propostas por este trabalho vão ao encontro das novas concepções sobre a história política que, longe do seu factualismo, criticado há tempos, reconquistou, renovada pelas influências teórico-metodológicas das ciências sociais, a atenção e relevância dos historiadores.

Jacques Le Goff⁹ observa que sua primeira grande renovação está ligada ao surgimento do novo conceito de *poder*, que abarca múltiplas realidades, e recupera, com sua profundidade, o prestígio perdido pela noção de político, já ligado a uma idéia de superficialidade.

⁹ LE GOFF, Jacques. “A História Política continua a ser a espinha dorsal da História?” in: *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Estampa, 1994, p. 356.

Outra característica é que esta história da profundidade política partiu em grande parte do exterior, ou seja, dos ritos, dos sinais, dos símbolos do poder. Partindo de um estudo das insígnias que caracterizavam os detentores do poder na Idade Média, ia-se além do seu aspecto de objeto material para se compreender toda a essência do simbolismo político, e enxergar o cotidiano das atitudes e cerimoniais dos homens desta época nesta esfera de suas vidas¹⁰.

Por fim, como todos os outros ramos da história, a renovada história política vem se utilizando de novas fontes históricas, não limitando-se apenas em priorizar os documentos escritos oficiais. Isto porque difundiu-se a idéia na qual deve-se fazer história com todos os documentos, claro que hierarquizando seus testemunhos de acordo com os valores da época que se estuda. Nesse movimento de ampliação dos instrumentos dignos de credibilidade durante o desenvolvimento da pesquisa histórica, não apenas novas fontes escritas, como as literárias, foram valorizadas, mas outras, como a iconografia, o vestuário, os emblemas ou os ritos litúrgicos. Afinal, há “*em todas as épocas um cerimonial político carregado de sentido que cabe ao historiador identificar e que constitui um dos mais importantes aspectos da história política*”¹¹.

Um dos resultados destas reorientações da história política para o simbólico e os rituais foi a revalorização da realeza nos diversos âmbitos da história medieval, e não apenas no sistema político feudal. Marc Bloch, George Frazer e Ernst Kantorowicz se destacaram como nomes relevantes nesse processo de renovação dos estudos políticos medievais.

Nesse processo de mão dupla, a antropologia se abriu a perspectivas históricas pondo em evidência a compatibilidade entre uma história social dinâmica com uma visão antropológica das sociedades. Isto significa que a história política não perderia seu dinamismo ao se apropriar de esquemas vindos das ciências sociais, cujas ocasionais análises estáticas eram muitas vezes motivo de graves anacronismos. “*Assim ficam legitimadas as investigações que nos diversos setores da história medieval reconhecem nos fenômenos fundamentais uma dimensão política – no sentido de relação com o poder*”¹².

¹⁰ Idem, p. 357.

¹¹ Idem, p. 359.

¹² Idem, p. 362.

Deve-se lembrar que a nova história geral deve dar à dimensão política o lugar essencial que o fenômeno “poder” ocupa nas sociedades. Isto não indica que esta dimensão possa ter qualquer pretensão à autonomia, afinal, a proposta de uma história total implica uma constante associação do político aos processos culturais, econômicos e sociais em geral.

Nesse processo de redirecionamento da história política medieval foi de extrema relevância o aparecimento de estudos com o emprego do esquema duméziliano nas sociedades indo-européias. Duby trabalhou de modo brilhante com este esquema, mostrando que a ligação entre o caráter tripartido da sociedade medieval e as bases ideológicas do poderio régio foram fundamentais para nos uma melhor identificação dos distintos aspectos do poder na Idade Média. Em seu livro *As Três Ordens ou o imaginário do feudalismo*¹³, o autor aponta este tema como surgido na literatura cristã medieval em finais do século IX, e se difundindo até se encontrar bem consolidado no século XII.

Tendo suas origens nas representações tradicionais dos povos indo-europeus, a aparição do esquema tripartido na sociedade medieval foi organizada por Adalbéron de Laon. Segundo o autor, as ordens que compõem este sistema são: *oratores*, *bellatores* e *laboratores*. De acordo com a categorização clássica destas ordens, corresponde aos *oratores*, a ordem clerical, cuja missão se caracterizava pelo exercício da oração, mediando, e, monopolizando, as relações entre o mundo terreno e a intervenção divina.

A segunda ordem, os *bellatores*, destaca-se pelo exercício militar, e o próprio termo que a designa “*corresponde à formação de uma nova nobreza e, nesta época de profunda transformação da técnica militar, à preponderância da função guerreira nesta nova aristocracia*”¹⁴.

E por fim, a terceira ordem, os *laboratores*, englobava a grande massa dos trabalhadores camponeses, ou seja, o conjunto da mão de obra do setor agrícola. Todas as três funções eram concebidas como necessárias para levar a sociedade cristã em direção à salvação: os *oratores* clamando pela providência divina; os *bellatores* guerreando para defender a cristandade de seus inimigos; e os *laboratores* trabalhando para expiar os pecados humanos.

¹³ DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982.

¹⁴ LE GOFF, Jacques. “Nota sobre sociedade tripartida” in: *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1979, p. 80.

Nesta análise de Duby, o mais relevante aqui é a ligação que o autor faz entre a imagem tripartida da sociedade e as novas estruturas sócio-políticas que surgiram a partir do século IX. O fato é que a elaboração deste esquema serviu de instrumento de propaganda à ideologia monárquica, que progredia junto à formação das monarquias nacionais na Cristandade ocidental.

A ideologia da sociedade tripartida pretendia difundir a interdependência e o equilíbrio entre as três ordens sociais que compunham a estrutura de todos os Estados, de forma que este se fortalecesse ao invés de sucumbir. E nessa concepção, a manutenção de tal união era responsabilidade direta de um só personagem, o rei, que acumulava em si as três funções, e ao qual era atribuído o papel de árbitro divino¹⁵.

Assim, os mais variados textos, sejam eles vindos de meios laicos ou eclesiásticos, que se prestaram a agir sobre esta nova sociedade, fixando a imagem das três ordens, apoiaram a consagração do papel do soberano e a consolidação do ideal monárquico.

Cabe ressaltar aqui que neste período de ascensão da dinastia de Avis, e princípio de formação de um Estado Nacional português, esta visão tripartida da sociedade passou a possuir importância apenas como referencial ideológico. Na prática, não se mostrava mais coerente com as mudanças ocorridas na época, sendo superada por outras imagens.

Segundo Le Goff, o novo vigor que a figura régia alcança como representante máximo de seu povo, no final da Idade Média, está associado ao surgimento de uma nova estrutura de governo, a monarquia. Esta garante a superioridade e unicidade do poder real, bem como a manutenção de um Estado sacralizado, que o rei se preocupa em absorver. Estas mudanças precisavam ser acompanhadas por uma nova interpretação desta sociedade pós-feudal¹⁶.

Foram os reis, e não mais o imperador ou o papa, que encarnaram os modelos de soberania e poder centralizado no baixo medievo. O caráter cristão se torna um dos mais importantes para este rei que é imagem de Deus, assim como o reino terrestre é do reino celeste. E seguindo os parâmetros de orientação de espaço do cristianismo, em

¹⁵ Idem, p. 83.

¹⁶ LE GOFF, Jacques. "O Rei" in: *Dicionário Temático do Ocidente Medieval vol. II*. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 395.

que o alto é valorizado e o baixo depreciado, coube ao rei a posição mais elevada na sociedade.

Estas ideologias vão corroborar com a difusão, a partir do século XII, de uma teoria orgânica e corporal da sociedade. A partir daí, a sociedade medieval vai cada vez mais se enxergando como um corpo humano, que aglutina cada membro do corpo social como representante de um órgão de acordo com seu ofício, e que encaixa o rei no lugar da cabeça¹⁷.

Os desdobramentos desta teoria vão ao encontro das novas diretrizes políticas da Baixa Idade Média. As funções sociais deixam de se associar a três ordens rígidas para serem vistas como uma gama maior e mais diversificada de ofícios. Assim, ameniza-se de certa forma com o caráter estamentário anterior desta sociedade. No que diz respeito à especificidade portuguesa, isto foi de extrema importância no contexto da ascensão avisina, que trouxe consigo ao poder vários grupos antes relegados ao segundo plano.

Além disso, como cabeça da sociedade, o rei tende a ser visto não mais reduzidamente como primeiro entre seus pares. Sua ligação com a nobreza, devendo respeitar seus privilégios, não desaparece, entretanto, a realeza se utiliza de uma série de elementos para se afirmar com mais força, dando aos descendentes diretos dos reis uma categoria superior de “príncipes de sangue”¹⁸. Entre estes elementos se encontram principalmente a sagração e o sangue. No caso avisino, as vitórias militares, especialmente contra os castelhanos, também foram elementos de muita importância nesta afirmação da superioridade régia, e sujeição dos nobres ao poder de um governante considerado ainda por muitos como bastardo.

Por fim, esta teoria social baseada na organicidade veio auxiliar outra forma de legitimidade do poder real: o rei do baixo medievo é um rei contratual. O rei assume um compromisso com Deus e seu povo, manifestando a autenticidade de suas obrigações nos juramentos realizados nos ritos¹⁹. Na dinastia de Avis, os príncipes se sustentaram no poder em grande parte pela materialização deste aspecto contratual em alianças de apoio recíproco com fortes grupos. A Benfeitora e a teoria do dom e contra-dom atestam a força das redes de troca, pelas quais estas alianças são construídas.

¹⁷ Idem, p. 397.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem, p. 400.

Visto que a discussão proposta neste trabalho relaciona-se diretamente com a denominada segunda ordem, os *bellatores*, torna-se necessário defini-la apropriadamente. Para isso, exponho as pertinentes contribuições de Franco Cardini²⁰.

Segundo o autor, a partir do século X, a palavra *miles* foi substituindo todas as palavras que designavam o guerreiro, seguindo um processo de difusão da divisão social entre *milites* e *rustici*, que criou um limite no domínio das funções sociais e dos tipos de vida, entre os poucos que tinham o privilégio de combater com as armas, - e assim isentos das imposições banais -, e a maioria imiscuída no mundo da produção. Neste longo período caracterizado por violência e insegurança, o status do guerreiro e da guerra se transformou, e a sociedade cristã elaborou entre os séculos X e XI “*um conjunto ético-teológico que tendia para a sacralização da prática militar*”²¹.

Junto a isso, a tendência para a especialização da profissão das armas, somado ao aprofundamento dos custos cada vez mais elevados da guerra e do equipamento militar, afunilou estas tradições cavaleirescas apenas em grupos de elite, isto é, companhias restritas de soldados agrupadas em torno de príncipes. Com isso, o prestígio crescente do combatente a cavalo acompanhou “*a definição da hierarquia dos laços de vassalagem e, simultaneamente, o alargamento da distância socioeconômica e sociojurídica que separa armados e desarmados*”²².

Estes grupos de homens armados se configuraram em torno de uma ética composta pela coragem, fidelidade na amizade, de afeto a seu senhor feudal. Após a sacralização dos cavaleiros, formando grupos turbulentos, punham-se em busca de aventuras que lhes dessem vantagens financeiras, se identificando muitas vezes com violência e abuso em relação ao resto da população.

A instabilidade existencial deste grupo era, na maior parte das vezes, superada apenas pelo casamento destes homens com boas herdeiras capazes de lhes proporcionar afirmação social. Se os cantares e os romances cavaleirescos expõem uma série de lendas e aventuras, Cardini lembra que estas também se davam no quotidiano, sem a necessidade de guerras ou cruzadas. Era representada pela aventura da caça de nobres feras das florestas, e ainda numa “*característica atividade agonística*”, adequada ao

²⁰ CARDINI, Franco. “O Guerreiros e o Cavaleiro” in: LE GOFF, Jacques. *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

²¹ Idem, p. 57.

²² Idem, p. 58.

adestramento militar, por um lado, mas que era, acima de tudo, significativa ao nível de teatralização das funções sociais e da auto-representação das aristocracias: o torneio²³.

“A condição de cavaleiro era paradoxal: uma vez sagrado, é cavaleiro sempre (...); mas, por outro lado, a carreira de cavaleiro é fugaz, coincidindo com o período em que o cavaleiro faz parte dos grupos de iuvenes e em que vive a aventura que tem, no torneio, a sua forma mais concreta e mais comum e, ao mesmo tempo, a sua representação mais eficaz. Depois, se o destino o leva a contrair um bom casamento, o bravo guerreiro pendura, satisfeito, o cinturão, a espada e as esporas douradas – que só volta a cingir, de vez em quando, nos dias solenes – e dedica-se à administração do património da sua linhagem e daquele que adquiriu através da esposa”²⁴.

Numa sociedade em que se verificava a supremacia dos guerreiros, a guerra não podia ser proibida por inteiro. Oliveira Marques²⁵, numa análise sobre reino português nos séculos XIV e XV, destacou este carácter contraditório da sociedade medieval, simultaneamente belicosa e cristã militante. Os valores da cavalaria, atribuindo à guerra a função de fonte de honras, sempre iam de encontro aos valores do amor cristão, segundo o qual qualquer guerra, inclusive a contra os infiéis, estava longe de prestar serviço a Deus. Por isso, a Igreja Católica se esforçou na criação de mecanismos visando limitar os eventos bélicos o máximo possível.

Dentre estes, inclui-se o movimento da *Paz de Deus*, que propunha a proibição dos encontros militares em dias religiosos e comemorativos. Entretanto, muitas destas tentativas não foram bem sucedidas. Isto levou a Igreja a tentar resolver estas questões com conceitos como os de guerra justa e cruzada. A guerra justa, que “servia a Deus”, e por isso mesmo legitimada pela aprovação do Papa, incluía a guerra contra os infiéis, em especial quando diz respeito a recuperar territórios que antes haviam sido cristãos, assim como a guerra de conquista nas terras descobertas, e ainda a guerra entre Estados cristãos, caso algum deles rompesse um tratado²⁶.

²³Idem, pp. 68-69.

²⁴Idem, p. 72.

²⁵ OLIVEIRA MARQUES, A. H. “A Arte da Guerra” in: *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Editorial Presença: Lisboa, 1987, pp. 355.

²⁶Idem, p. 356.

Por muito tempo se acreditou que esta Igreja, a partir do século XI, foi a responsável por modificar a antiga ética feudo-militar, e inventar os ideais cavaleirescos junto com um sistema de virtudes cristãs. Atualmente, os estudiosos apostam que foram as fórmulas litúrgicas e a literatura hagiográfica que se adaptaram à popularidade das *chansons*, e usaram sua capacidade de se instalar melhor nas consciências e imaginários coletivos.

“Não há bem uma cristianização da cultura cavaleiresca, mas se se quiser, uma militarização e heroicização de alguns modelos de testemunho cristão considerados particularmente capazes de conquistar, de comover, de servir, em suma, como instrumentos de propaganda”²⁷.

A tratadística fala que o cavaleiro perfeito é mais que um indivíduo, é resultado do espírito de grupo e de corpo, e os valores cavaleirescos são exaltados em cima da amizade fraterna e da solidariedade.

Censurando os nobres que se encerravam em abadias, o clero passou a incentivar todos os dispostos a utilizar sua espada a serviço do sacerdócio. E dessa necessidade de defender os territórios conquistados, mobilizar a Cruzada, defender os peregrinos, assistir aos fracos e doentes, nasceram as ordens monástico-militares, o resultado mais profundo da difusão da nova ética de influência eclesiástica.

A Ordem dos Templários foi apenas uma das muitas ordens criadas durante o século XII, quando detectamos também a formação dentre outras da ordem de Montesa, e de Avis, em Portugal. À primeira vista, as ordens pareceram encarnar o ideal da “cavalaria divina”, em oposição à *militia saeculi*, que Bernardo de Claraval criticava por seu mundanismo, pelas lutas fratricidas entre cristãos, e pela falta da virilidade que se exige de um guerreiro. As cerimônias de revestir armadura adquirem formas cada vez mais análogas às dos sacramentos, e o gênero alegórico que predomina na tratadística cavaleiresca mostra que “*cada arma, cada veste, cada gesto, transforma-se em símbolos de virtude e de requisitos cristãos*”²⁸.

²⁷CARDINI, Franco. “O Guerreiros e o Cavaleiro” in: LE GOFF, Jacques. *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 61.

²⁸Idem, p. 66.

Os séculos XII e XIII foram, de fato, a época de esplendor da cavalaria medieval, cujos títulos e signos os príncipes e seus companheiros se orgulhavam de expor. A seu *status* aspiravam intensamente as classes ascendentes, os novos ricos das sociedades urbanas. Aspiração esta que fora atendida em Portugal por D. João I, em fins do século XIV, quando este subiu ao trono apoiado pela nobreza de segunda e pelas camadas urbanas.

Entretanto, durante um longo tempo, essa difusão das insígnias e dos hábitos cavaleirescos, acompanhada de uma depreciação e vulgarização, fora alvo de combate das monarquias feudais nascentes, representadas por classes ávidas de distinção e fortemente agarradas às tradições, que dificultavam de variadas formas o acesso a esta cultura própria.

Vendo que a dignidade cavaleiresca ganhava importância social e cultural, os príncipes europeus transformaram a cavalaria em instituição, e intervieram para restringir o acesso ao meio. No século XII estas medidas se acentuaram, negando-se o direito à sagração a quem não tivesse entre os familiares e ascendentes diretos um cavaleiro. Os requisitos para se ascender a esta dignidade foram declarados hereditários na mesma medida que os privilégios e deveres dessa condição. Ao mesmo tempo, os deveres passaram a se tornar mais pesados bem como o custo do cerimonial, que incluía banhos, vigílias, banquetes e dons²⁹.

Porém, no século XV, a cavalaria começa a se redefinir como elemento de distinção social, e entrar em crise, como força militar, devido aos progressos no âmbito bélico. Na realidade, acompanhando o processo de distanciamento cada vez maior entre a alta e a baixa nobreza, a cavalaria já demonstrava que estava

“a transformar-se num estrato inferior, por vezes mesmo ínfimo, de uma aristocracia em crise, na medida em que os alicerces do seu poder e do seu prestígio – terra e as armas – já não se mostravam à altura de um tempo dominado pelos planos cada vez mais centralizadores das monarquias feudais que se preparavam para se tornar absolutistas”³⁰.

²⁹Idem, pp. 74-75.

³⁰Idem, p. 76.

Por mais que a cultura aristocrática medieval estivesse repleta de valores cavaleirescos, a cavalaria propriamente dita tinha tomado um significado mais alegórico. Correspondia a um instrumento de promoção social, e a um grupo desorganizado de guerreiros, que mantinham o orgulho de sua classe, embora se vissem obrigados à intensa busca de meios que lhes compensassem as constantes perdas financeiras e lhes permitissem manterem-se no topo da escala social.

Os soberanos europeus reagiram ainda a esta crise da sociedade cavaleiresca criando uma série de cerimônias, insígnias e “ordens de corte” as quais, se apropriando de elementos das ordens militares e da literatura cavaleiresca, privavam a baixa nobreza de seus poderes. O que diz respeito ao caso português, a legitimidade dos soberanos, atrelada ainda a seu caráter de chefe militar, sustentou por um bom tempo os ideais cavaleirescos até que fossem relidos e absorvidos pela sociedade cortesã.

“Na origem da decadência da cavalaria e da sua desmilitarização parcial, entre os séculos XIII e XVI, está também a mudança substancial das técnicas militares. [...] Ao mesmo tempo, porém – e em termos já não de psicanálise, mas de devir histórico concreto –, as instituições cavaleirescas e a cultura que, entre o século XI e o século XVIII (e talvez para além deles) lhes conferiu prestígio, revelaram-se um dos motores mais poderosos do processo de individualização e de conquista de uma autoconsciência do homem ocidental, aquilo a que Norbert Elias chamou processo de civilização”³¹.

No que tange à consolidação das monarquias nacionais e aos instrumentos usados para apoiar este processo, destaca-se a obra de Barnard Guenée³², principalmente por sua defesa de que os progressos das monarquias do século XV não se explicam apenas pelos progressos das técnicas administrativas e financeiras. Assim, o estudo das idéias políticas, e dos mecanismos criados para adesão da população aos governantes e às instituições, é tão importante quanto a análise das estruturas e objetivos do poder.

³¹Idem, pp. 77-78.

³²GUENÉE, Bernard. “As Exigências do Espírito” in: *O Ocidente nos séculos XIV e XV: Os Estados*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1981, pp. 69-70.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Nieto Soria³³ também se preocupou com o que chama de questão fundamental no estudo da evolução das sociedades, isto é, relacionar a atitude mental dos indivíduos com os fatos concretos e instituições. Para o autor, cada transformação institucional que transmite mais poder à monarquia, pondo em prática aspirações ideológicas antecedentes, é acompanhada por transformações na concepção do poder régio que justifiquem estas aspirações. A análise da literatura política, bem como dos símbolos do poder e das cerimônias régias, tornam-se fundamentais para o aprofundamento deste enfoque nas manifestações de concepções de poder vigente e propaganda política.

Para o período medieval em questão existe uma íntima união entre a instituição régia e a pessoa do rei, de forma que esta define aquela. Então, se a monarquia se refere a uma teoria e prática de poder, significa que as atribuições de poderes ao monarca dependem da imagem que dele se possui. As imagens, geralmente expressas em palavras, têm esse poder de eximir a figura real de todos os defeitos de uma pessoa humana, convertendo-a em uma idéia perfeita. O efeito se intensifica à medida que a maior parte dos súditos não vêem o monarca de perto, possuindo como única referencia o que se deduz dos fatos e imagens, sempre exagerados, deste personagem. A imagem lhe dá uma idéia genérica comum a todos os monarcas, e os fatos atuam como elementos individualizadores de sua pessoa³⁴.

As imagens e representações simbólicas são a expressão das ideologias e crenças nas quais a sociedade se estabelece. Também são a forma de expressão predileta da consciência mítica, que ainda possuía muita força no âmbito político. Possuem a função de objetivar das relações entre indivíduos e grupos, bem como das funções e comportamentos sociais, proporcionando estabilidade à sociedade. E a sociedade medieval é uma das mais simbólicas, visto que aplicou à maior parte de suas funções um grande sistema de interpretação simbólica³⁵.

As fontes de força moral dos monarcas, por exemplo, se encontram nas concepções sagrada e maravilhosa da realeza. Ambas bem fundamentadas em lendas, mitos e ritos, de cunho tanto culto quanto popular. As lendas políticas, cuja referência

³³SORIA, José M. Nieto. "Introducción" in: *Fundamentos Ideológicos Del poder real em Castilla*. Madrid: Eudema, 1988, pp. 19-20.

³⁴SORIA, José M. Nieto. "Presupuestos teóricos" in: idem, pp. 36-37.

³⁵Idem, p. 38.

sagrada são os milagres, partem de um sistema de propaganda destinado a sacralizar os fenômenos políticos e fomentar uma devoção a alguma autoridade. Já os mitos do poder real, espontâneos e perduráveis pela imunidade a demonstrações lógicas, respondem quem é o detentor máximo do poder e como ele se legitima³⁶.

Todos estes elementos servem como meios da propaganda política para adequar a opinião pública aos objetivos de um governo. Soria define a propaganda política como “conjunto de processos de comunicação por cujo meio se difundem os valores, as normas e as crenças que formam as ideologias políticas”³⁷. Funcionam tanto pela justificativa de uma política cuja aceitação pode não ser unânime, quanto pela exaltação de um sentimento de pertença na comunidade política. Imagens do poder e sentimentos religiosos, cerimônias e orações, profecias e festas. Todos foram usados como fins propagandísticos conscientes e intencionais, do poder monárquico para seus súditos. Isto não significa dizer que mitos, idéias e sentimentos não possam surgir espontaneamente. A propaganda é a mediadora das relações entre rei, realeza, e opinião pública, sempre utilizando imagens do poder e ideologias políticas. E ainda que a ideologia da realeza não se materialize em instituições concretas, sempre atuou como filtro pelo qual se interpreta a realidade política³⁸.

Segundo Guenée, foi através do exemplo dos clérigos, hábeis em instruir e convencer através da arte, que os príncipes logo souberam como colocá-la a serviço do Estado, glorificando o poder e exaltando a ordem e a prosperidade. Se a decoração dos palácios e catedrais podia atingir apenas uma minoria, no fim da Idade Média desenvolveu-se o gosto pelos espetáculos luxuosos, como procissões e banquetes, moldados segundo tradições próprias de cada país, animando todo o povo. Mais do que simples entretenimentos coletivos, algumas cerimônias como a sagração e os funerais régios, que há séculos consistiam em formas bem simples, atingiram sua maturidade no século XIV, marcados com forte sentido político³⁹.

Apesar de atrair multidões, sagrações e funerais não eram tão frequentes. Nesse ínterim, a memória e os sentimentos das populações eram reanimados pelas solenes entradas régias, as quais, nos séculos XIV e XV, tornaram-se festas complexas,

³⁶ Idem, pp.39-40.

³⁷ Idem, p. 42.

³⁸ Idem, pp. 43-44.

³⁹ GUENÉE, Bernard. “Informação e Propaganda” in: *O Ocidente nos séculos XIV e XV: Os Estados*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1981, pp.71-72.

grandiosas e ricas de significação. Em pouco tempo estes eventos se consolidaram como eficazes na transmissão da propaganda monárquica, exaltando a pessoa do rei e reforçando a lealdade popular. As limitações de circulação do monarca em torno de seu território de governo incentivaram traduções e compilações, elaboradas no círculo do príncipe e muitas vezes lidas em público, usadas como arsenais da propaganda⁴⁰.

Assim, a reunião de grande quantidade de livros, unida à tradução de obras importantes e à composição de memórias que justificavam os atos régios, visaram a orientação de seu pensamento e ação, além de assegurar a legitimidade e reabilitar o prestígio de sua casa através de longas epopéias, com personagens aos quais o rei gostava de ligar a sua dinastia⁴¹.

Em meados do século XV, os teóricos justificavam a monarquia não só como a melhor forma de governo possível, mas quase a única concebível. Propagava-se a clássica imagem orgânica do Estado: o Estado é um corpo; tem apenas uma cabeça; basta-lhe apenas um chefe.

Se o mundo é regido por um Deus único, o Estado não poderia ser regido senão por um único príncipe. E para que o monarca desempenhasse bem suas funções, era preciso que possuísse um certo número de qualidades: a primeira das quais era a de ser legítimo, o que era alcançado por eleição ou hereditariedade, dois processos mais complementares do que exclusivos.

As leis da sucessão hereditária eram imprecisas, e o sangue destinava à coroa não uma só pessoa, mas todos os membros de uma família, entre os quais uma eleição decidia. Mais tarde, nos séculos XII e XIII, os costumes sucessoriais e as regras eleitorais se tornaram mais precisos; hereditariedade e eleição começaram a se opor. Mas nenhuma força chegou a conduzir todas as monarquias do ocidente em massa a um ou outro desses caminhos. Os príncipes, durante muito tempo, exploraram um ou outro deles, conforme as circunstâncias⁴².

Soma-se a isto o fato de que apenas a cerimônia da sagração instituía realmente o rei, e os anos de reinado eram contados a partir do dia da coroação. Entretanto, “*nos*

⁴⁰ Idem, pp. 73-74.

⁴¹ Idem, pp. 75-76.

⁴² GUENÉE, Bernard. “O príncipe e sua imagem” in: idem, p. 112.

lugares em que a eleição desaparecia e o direito hereditário se afirmava, a sagração perdia aos poucos a sua virtude constitutiva”⁴³.

No fim da Idade Média, o sangue passou a ser cada vez mais necessário para legitimar o príncipe. Mas não o suficiente para fazer um bom príncipe; para tanto, era preciso também o mérito pessoal. A abundante literatura medieval mostra que exigências se conformam com a propagação da imagem de príncipe ideal. E não só as *Ordines* indicam as qualidades régias perfeitas, mas também obras de imaginação, como canções de gesta, também historiadores e memorialistas, e teóricos expõem seus *Espelhos de Príncipes*, que afloraram no XV. Tradicionalmente três qualidades se destacavam entre as principais virtudes necessárias ao príncipe: a fortaleza, a sapiência e a bondade⁴⁴.

Com a primeira ele impõe a todos a justiça, e com a última ele adapta esta às fraquezas humanas, via misericórdia, caridade. Mas estas duas são apenas auxiliares da virtude real por excelência: a sabedoria, pela qual os reis ordenam e governam. A prudência se destacou logo depois como virtude fundamental para a prática da sabedoria, somada à necessidade de se cercar de conselheiros competentes e virtuosos. Contudo, à parte do que era ditado pelos eruditos, os cavaleiros imaginavam um príncipe diferente, o qual levaria as virtudes cavaleirescas, como lealdade e valentia, à perfeição⁴⁵.

À medida que nem a posse das virtudes, nem a aparência de possuí-las, eram mais suficientes para sustentar ao príncipe a exposição de seu poder e majestade, este passou a dispor de “insígnias do poder” como reforço à sua legitimidade e propaganda.

Ao mesmo tempo, a dignidade régia sentiu a necessidade de se mostrar ao povo não apenas em espetáculos, que apesar de solenes eram episódicos. O luxo e o fausto passaram a ser integrados cada vez mais ao cotidiano do príncipe, ampliando as ocasiões de exposição de sua magnificência.

“Desde então, e com tanto maior facilidade quanto essas viagens se tornavam cada vez mais raras, em torno de cada príncipe se criou um mundo enorme e

⁴³ Idem, p. 113.

⁴⁴ Idem, pp.114-115.

⁴⁵ Idem, p.116.

*heterogêneo encarregado de prover às suas necessidades e de glorificar a sua majestade: o Paço*⁴⁶.

Nesse ambiente palaciano começou a se estabelecer a representação de um espetáculo permanente, organizado de forma que cada um recebesse as honras devidas a sua posição. A nova categoria de *Ordenações* do Paço mostram essa fixação de cerimoniais necessárias a expressar, via encenação, a hierarquia, na qual a etiqueta começa a ganhar cada vez mais atenção.

Há que se lembrar aqui que nem só de signos, ideologias e cerimoniais uma monarquia se legitimava: as batalhas, e os cavaleiros que as realizavam, tomam conta das crônicas e retém a atenção de todos. Afirmção mais uma vez comprovada pelo exemplo avisinio em Portugal, onde as vitórias nas batalhas contra os castelhanos e as conquistas ultramar foram elementos legitimadores tão importantes quanto as cerimônias ou as insígnias.

Mas de fato, no final da Idade Média, os meios de defesa são de tal forma mais vantajosos que os meios de ataque, que a maior parte das guerras são de caráter defensivo, e as batalhas tornam-se episódios raros.

As muralhas, multiplicadas pela insegurança da época, representam o elemento essencial desta guerra defensiva. Embora necessitassem da autorização régia, sua construção e manutenção cabia aos próprios habitantes das cidades. Os príncipes, por sua vez, se preocupavam em empregar seus recursos na formação de um exército operacional. Já na segunda metade do século XIII, o recrutamento vindo das obrigações vassálicas mostrava-se ultrapassado, embora os governantes não tivessem descartado seu potencial⁴⁷.

Ao distribuir feudos-rendas aos novos homens, ou soldos aos antigos, os príncipes mais ricos do Ocidente conseguiam reter no exército os poucos que ainda se incentivavam a ir para a guerra. Já no século XIII, concebia-se uma forma de recrutamento diferente, que indicava o princípio de um exército nacional, mas que nesse momento ainda não demonstrava eficácia e viabilidade. Somava-se à falta de experiência e motivação dos homens aos quais queria se impor as obrigações militares,

⁴⁶ Idem, p. 123.

⁴⁷ GUENÉE, Bernard. “Os objetivos do Estado: A Guerra e a Diplomacia” in: idem, pp. 171-172.

o risco que esta proposta representava para uma sociedade cuja distinção da aristocracia ainda tinha base no privilégio do combate⁴⁸.

Ou seja, os séculos XIV e XV, intermediários entre a preponderância do exército vassálico e a difusão do exército nacional, foram o tempo do exército contratado, considerado mais eficaz diante do recrutamento obrigatório. Afinal, esta época assistiu uma congruência de fatores, os quais foram desde as hesitações dos súditos até a necessidade crescente de técnicos e o aumento dos meios financeiros, que por fim levaram os governos a garantir em massa os serviços militares de profissionais, ligados ao empregador através de contrato e mediante pagamento.

Ainda no início do século XIV, os progressos da artilharia, conhecidos no Ocidente pelo surgimento das primeiras fórmulas de pólvora, em pouco tempo mudaram o aspecto da guerra. A guerra de movimento ganhava espaço diante da de defesa que tornava-se cada vez menos compensadora. Contudo, este novo estilo de guerra ainda se apresentava bastante oneroso, e ao alcance de cada vez menos Estados⁴⁹. Isto de fato tanto alterou externamente as relações hegemônicas entre as monarquias em formação quanto as estruturas hierárquicas internas de cada Estado.

Todas estas mudanças nas relações bélicas culminaram com um redimensionamento da cavalaria, afetando diretamente a vida dos membros da aristocracia. Exemplo disso são as famosas batalhas do século XIV e início do século XV: Crécy, Poitiers e, no caso português, a batalha de Atouros contra os castelhanos. Nestas, o ataque desenfreado da cavalaria, que ainda consistia em símbolo de honra e coragem, principia um período de freqüentes e vergonhosas derrotas. A difícil mobilidade dos cavaleiros em suas pesadas armaduras e montados a cavalo, logo mostraram-se fatores vulneráveis aos princípios dos cavaleiros desmontados, infantaria, besteiros e arqueiros. Isto não significa que, por um bom tempo, as táticas mais reverenciadas fossem as batalhas, estudando-se as posições e movimentos do inimigo. D. João I no *Livro de Montaria* ainda faz várias referências a sua importância⁵⁰.

Contudo, os confrontos cerrados passaram a ser cada vez mais raros, e a cavalaria perdia sua função na nova organização militar. Seus títulos e insígnias se

⁴⁸ Idem, pp. 173-174.

⁴⁹ Idem, p. 178.

⁵⁰ OLIVEIRA MARQUES, A. H. "A Arte da Guerra" in: *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Editorial Presença: Lisboa, 1987, pp. 341-342.

reduziram a símbolos de distinção de uma aristocracia que, para continuar mantendo seu prestígio, via proximidade com a figura régia, fora aglutinada na crescente máquina burocrática da monarquia. Novas funções implicaram em novos parâmetros de comportamento, em grande parte incitados pelo próprio monarca. Os bravos cavaleiros, abrandando seus hábitos, tornavam-se, pouco a pouco, membros da corte.

Alguns conceitos desenvolvidos por Norbert Elias em sua obra *O Processo Civilizador* servem para compreender o papel da prosa moralística e técnica da Dinastia de Avis como instrumento que dá novos significados aos comportamentos da sociedade portuguesa. O controle das pulsões, que representa o eixo central das mudanças que culminaram com este movimento, se insere como parte de um contexto definido pelo autor como processo civilizador.

Segundo ele, este processo consiste numa *mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica*, não possuindo com a Idade Média nenhuma relação de princípio ou de fim. O autor faz a ressalva de que este processo, no qual o controle exercido por terceiros acaba convertido em autocontrole, generalizando-se entre os indivíduos, não se fez de maneira planejada e intencional, por parte de pessoas isoladas⁵¹. Pois é a dinâmica própria e concreta do entrelaçamento social, dos desejos e impulsos, que está por trás do processo civilizador. Segundo Elias:

*“Toda essa reorganização dos relacionamentos humanos se fez acompanhar de correspondentes mudanças nas maneiras, na estrutura da personalidade do homem, cujo resultado provisório é nossa forma de conduta e de sentimentos ‘civilizados’”*⁵²

Entretanto, mesmo que certas etapas do processo, como a conversão de controle externo em autocontrole, sejam passíveis de ocorrer espontaneamente, as diretrizes deste processo civilizacional em direção ao policiamento das condutas podem se apresentar de maneira clara e explícita. Um exemplo disso é o específico caso português, que será analisado ao longo deste trabalho, e cujo discurso do Paço apresentava características intencionais quanto ao seu objetivo “domesticar” a sociedade pela moralização de seus hábitos. É sob esta ótica que compreenderemos

⁵¹ELIAS, Norbert. “Do Controle Social ao Auto-Controle” in: *O Processo Civilizador, vol.II*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, pp. 193-194.

⁵² Idem, p.195.

este processo que, mesmo não sendo totalmente intencional, possui uma ordem e direção bem definidos, característica de cada tempo histórico. Mas no que se caracteriza esta dinâmica de entrelaçamentos sociais?

O autor explica que, em uma sociedade heterogênea como a cortesã, a diferenciação das funções sociais, sob pressão da competição, aumenta o número destas funções, e, conseqüentemente, o número de pessoas das quais um indivíduo depende. Este fenômeno exige uma reorganização plena do tecido social, no qual o mesmo indivíduo se vê forçado a regular e estabilizar sua conduta de forma “correta”, através do autocontrole. E junto a isto, surge um aparelho indireto de autocontrole estabelecido a partir de ferramentas abstratas de controle como o medo e a vergonha. Toda esta transformação é típica de uma sociedade com monopólios mais estáveis de força que, segundo o autor, começam a ser incorporados nestas cortes de reis e príncipes, com divisão avançada de funções e maior dependência funcional entre as pessoas⁵³. Tamanha rede de interdependência necessitava de pontos de polarização de forças que permitissem surgir, no interior desta rede, um centro de equilíbrio cuja referência principal fosse a figura régia.

De fato, os príncipes acabaram acumulando uma concentração de poder incomparável no fim do período medieval, dando nova importância às instituições sociais da monarquia. Movimento este que não veio desacompanhado de mudanças estruturais na sociedade que possibilitaram ao rei tanto adquirir quanto preservar tal poder⁵⁴.

A formação gradual desta sociedade hierarquizada, tendo à frente o governante absoluto, ou mais amplamente sua corte, veio assim, acompanhada de uma contenção das pulsões e da conduta da nobreza. As cortes ganharam nesse processo de desenvolvimento o papel de centros formadores de estilo, superando a Igreja e as cidades, quando não as cortes dos grandes vassallos e cavaleiros, que na fase precedente dividiam esta função.

A aristocracia cortesã dos demais países inspirou-se na nação mais rica, a França, para adotar os modelos de comportamento que fossem necessários à distinção das camadas inferiores da sociedade. A partir deste centro, um mesmo padrão de códigos de conduta, bem como de linguagem e gostos, difundiu-se por diversas cortes

⁵³ Idem, pp. 196-197.

⁵⁴ ELIAS, Norbert. “Sumário da sociedade de Corte” in: idem, pp. 15-16.

européias. Nestas, são civilizados os antigos hábitos rudes e desinibidos, típicos da ordem guerreira, provenientes de uma sociedade cuja vida era visualizada como incerta e constantemente ameaçada. Ao mesmo tempo, a adoção da etiqueta e do cerimonial parisiense pelos demais governantes culminou na criação de instrumentos eficientes para a manifestação de sua dignidade, e consolidação da nova hierarquia social. Tais práticas, incutidas na consciência da sociedade, e principalmente da nobreza de corte, fortaleceram a posição de dependência e subordinação social ao monarca⁵⁵.

Se para o rei a adesão à etiqueta significava tornar presente sua dignidade, para a nobreza, o controle social se associava a sua dependência frente ao monarca, pois foi a necessidade de distinguir-se dos demais e, se assemelhando aos reis, aumentar as oportunidades de receber seus favores, que impôs a este grupo social uma autodisciplina cujo foco era a tutela dos afetos⁵⁶. A pressão da vida de corte, devido a necessidade da disputa pelos favores do príncipe, de distinguir-se dos outros e de lutar por oportunidades através de meios relativamente pacíficos, como a intriga e a diplomacia, impuseram tal tutela, que se transformou numa racionalidade distintiva da corte. A situação social era semelhante:

“pessoas que podiam exhibir seu status, enquanto observavam também as sutilezas do intercambio social, definindo sua relação exata com todos acima e abaixo através da maneira de cumprimentar e de escolher as palavras – pessoas de 'distinção', que dominavam a 'civildade’”⁵⁷.

Todo esse movimento nos faz enxergar que não foram os cortesãos que criaram a moderação das emoções e a regulação mais uniforme da conduta. Eles apenas conformaram sua postura diante das limitações impostas por uma interdependência mais firme, que não havia sido planejada por qualquer indivíduo isolado ou grupo de pessoas.

Entretanto, os membros da sociedade de corte foram os grandes “especialistas na elaboração e modelação da conduta social”, pois foi na sede do governo monopolista, que os fios desta interdependência se juntaram e se alongaram. E foi ali,

⁵⁵ Idem, p. 17.

⁵⁶ Idem, pp. 18-19.

⁵⁷ Idem, p. 17.

que o fortalecimento do órgão central exigiu de seus funcionários um controle mais rigoroso da conduta, e que acabou “domando” a nobreza no novo ambiente cortesão⁵⁸.

No ocidente, tal transformação se iniciou nos séculos XI e XII e prosseguiu com lentidão até sua conclusão nos séculos XVII e XVIII. Os castelos e propriedades independentes do princípio da Idade Média, transformaram-se em cortes, com a maior confluência de bens e pessoas, em busca de maiores oportunidades do que possuíam como os guerreiros livres isolados. Num círculo pequeno e cerrado, se formou a coexistência de certo número de pessoas cujas ações constantemente se entrelaçavam; interdependência esta que, mesmo ainda pouco extensa, começou a exigir a observação de algum grau de consideração e espírito de previsão, além de um controle mais rigoroso da conduta e domínio das emoções.

Este foi o primeiro arranco na direção da “civilização” da conduta. Entretanto, havia ainda muitas situações e pessoas nas quais a observância da moderação não se fazia necessária, ou no máximo se encontravam a nível subconsciente. Continuava ainda ausente uma das principais forças propulsoras que consolidaria profundamente as maneiras polidas no indivíduo, refinando-o, isto é, os estratos urbanos, cuja ascensão em relação à nobreza era ainda relativamente modesta. E modesta se mostrava também a tensão competitiva entre os dois grupos, em relação ao posterior período dos governos monopolistas⁵⁹.

Foi justamente quando os contrastes entre os estratos altos e baixos se reduziram, acompanhados pelo aumento da pressão competitiva e da dependência funcional, que se despertou o alerta da classe superior acerca da urgência em conservar sua posição, que não encontrava mais tanta segurança e naturalidade.

O processo prosseguiu com poucas cortes feudais se destacando sobre as demais, permitindo a livre competição apenas entre os membros de Casas Reais. Até que no século XV, a circulação monetária alavancou a diferenciação de funções e a crescente interdependência entre as áreas. A desvantagem dos nobres, que viram seu poder aquisitivo diminuir com a valorização da moeda, atraiu cada vez mais guerreiros para a corte régia, tornando-os dependentes diante do rei. Por sua vez, o monarca via

⁵⁸ ELIAS, Norbert. “A transformação dos Guerreiros em Cortesãos” in: idem, pp.215-216.

⁵⁹ Idem, p. 218.

sua receita fiscal crescer o suficiente para manter na corte um número cada vez maior de pessoas⁶⁰.

As funções que davam campo de ação aos guerreiros estavam se restringindo no tecido social, principalmente devido aos efeitos da monopolização do governo, que controlava um exército mais eficaz, e da integração monetária, a qual diminuiu os lucros obtidos com a produção de suas propriedades. Assim, a necessidade da proximidade com o rei lhes fez dependentes desta personagem, pois só a vida na corte era capaz de manter seu prestígio como grupo privilegiado, distanciando-se das demais camadas sociais.

Qualquer outro lugar em que vivessem, implicaria na perda de seu *status*. Reciprocamente o rei precisava da nobreza, pois ao seu redor deveria manter uma sociedade cujas maneiras fossem as suas, a fim de legitimar sua distinção em relação ao resto do reino como pertencente à mais alta nobreza. Muito além disso, precisava da nobreza principalmente como contraponto da burguesia.

A corte se constituiu, por isso mesmo, em uma instituição para domar e preservar a nobreza.

“Na corte, parte da nobreza encontra a possibilidade de viver de acordo com seu status, porém os indivíduos nobres não são mais o que foram os cavaleiros, protagonistas de uma livre competição militar entre si, mas participantes numa competição, controlada pelo monopólio, pelas oportunidades que o dirigente tem para distribuir. E vivem não só sob a pressão do suserano, estão sujeitos não só à pressão competitiva que eles mesmos, membros do exército de reserva da aristocracia do país, exercem uns sob os outros, mas sofrem, acima de tudo, a pressão dos estratos burgueses ascendentes”⁶¹.

Sendo a Idade Média apenas uma etapa deste processo civilizador de longo prazo, cabe definir aqui também o ambiente em que tais mudanças, neste período, tiveram maior visibilidade; e os indivíduos que prestaram características distintas a esta etapa: a corte régia e os cortesãos.

Nesta direção, destaco o trabalho de Rita Costa Gomes, que muito contribuiu para elucidar este recente campo de estudos. Sintetizando as idéias de autores como Norbert Elias e Ernst Kantorowicz, a autora traça um consistente perfil da sociedade

⁶⁰ Idem, pp. 220-221.

⁶¹ Idem, p. 224.

cortesã no fim da Idade Média, considerando-a um objeto histórico de fundamental observação, dando maior foco à corte portuguesa.

Segundo a autora, a Idade Média utilizou um conjunto amplo de palavras para designar a corte régia, mas esta pode ser definida primeiramente como o lugar da presença do rei. Os vocábulos que a definem evocam um binômio. Expressam o espaço material, seja este residência ou palácio, no qual vive o rei com sua *familia*, ou seja, a comunidade doméstica. Além disso, designam também o conjunto dos homens que o acompanham: vassalos e oficiais, distintos entre si e investidos de alguma autoridade pública, que vivem a aconselhá-lo ou servi-lo⁶².

Ou seja, muito mais do que mero conjunto de instituições que materializam a mediação do poder régio, é uma realidade social, pois tal poder se vê ligado à manutenção deste núcleo de grupos funcionais que rodeiam permanentemente o monarca, e que possibilitam a existência da própria realeza⁶³. Neste ambiente, o público e o privado se misturavam, assim como estas duas categorias estavam mescladamente presentes na pessoa do rei. Assim, podemos ver na corte o lugar de reunião tanto dos homens das armas, quanto dos que tinham por função julgar ou exercer o poder público, pois sublinha-se a ausência de fronteiras precisas neste organismo⁶⁴. Trata-se de “*um centro de atração em perpétuo movimento, como uma comitiva de composição variável acompanhando o monarca*”⁶⁵.

Consiste a corte, da mesma forma, numa realidade espacial, pois segundo a autora, significando a comitiva variável que acompanha o rei, “*deve ser vista na sua mobilidade característica, seguindo o percurso com que simbolicamente o monarca se apropria do seu reino manifestando sua presença*”⁶⁶. Não se pode negligenciar também, seu caráter de centro político, tanto por ser foco de origem do poder régio, crescente neste período, quanto por representar o eixo polarizador dos conflitos e alianças inerentes a esta sociedade em formação. Por fim, cabe aqui destacar seu papel de *locus* de onde se elabora representações que sustentam a unidade do reino, onde se constrói sua história, e o discurso que submete todos os súditos a uma dinastia.

⁶² GOMES, Rita Costa. “Introdução” in: *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Linda-a-Velha: DIFEL, 1995, p. 1.

⁶³ GOMES, Rita Costa. “A Corte: enunciar o problema” in: idem, p. 23.

⁶⁴ Idem, p. 8.

⁶⁵ Idem, p. 11.

⁶⁶ Idem, p. 4.

Deve-se ressaltar que o termo cortesão ainda não era utilizado na Idade Média, e difundiu-se somente no decorrer do século XVI, substituindo o termo *cortês*. Por esta denominação de “cortesãos”, a autora se refere aos homens e mulheres que vivem continuamente neste espaço definido pela presença do rei, em torno do qual giram as atividades que desempenham. Estas constituíam em atividades rituais, necessárias não apenas para ordenar o quadro temporal e identificar práticas culturais próprias desta forma de vida cortesã, quanto para distinguir no seio da corte os cortesãos, cuja presença tinha por objetivo o “serviço cotidiano” do rei, de seus demais componentes⁶⁷. Estes serviços os deixavam mais próximos da corrida pela obtenção de cargos e dignidades na comitiva do monarca, que são os principais parâmetros de sua atividade política.

Muitos destes cargos eram ocupados, anteriormente, por homens de condição servil, entretanto o prestígio que se ligava aos serviços da corte carolíngia, tornou-os cobiçados. A antiga dependência do familiar foi substituída por um novo sistema de pagamento, e os “serviços” do rei tomaram múltiplas formas: administrativos, fiscais, domésticos e até rituais⁶⁸. Obviamente uma hierarquia acompanhava esta distinção, caracterizando a corte como este complexo conjunto de grupos funcionais que rodeiam o monarca.

A corte se liga à realeza e a seu complexo de idéias, tradições e ritos, vindos das mais diversas origens, e reinterpretados pela instituição monárquica. Prova disso é o exemplo português do discurso civilizador do Paço proferido pelos príncipes de Avis, através da releitura de uma série de elementos da cavalaria. Dessa forma, se justifica a importância das atividades rituais na ordenação da vida coletiva neste ambiente, criando um ritmo de tempo específico. Não apenas foco da produção de sentidos e costumes, a corte se mostra como palco dos cerimoniais que os reproduzem. Dentre estas referências cerimoniais encontram-se as festas e jogos, como a caça, a montaria e os torneios, tão importantes para a cultura desta forma de existência, que possuía funcionários especializados no corpo dos “serviços” do rei.

Faço consideração aqui ao fato de não usar, como muitos autores, o termo “desporto”, tanto para definir certas atividades medievais quanto para definir a própria literatura referente a estas. Essa opção se deve ao fato de considerar o termo demasiado

⁶⁷ GOMES, Rita Costa. “Os Tempos da Corte” in: idem, p. 295.

⁶⁸ GOMES, Rita Costa. “A Corte: enunciar o problema” in: idem, pp. 13-14.

moderno, mais aproximado a atividades esportivas, e não se encaixar bem na idéia que os contemporâneos de D. João I e D. Duarte tinham de tais ocupações. Prefiro assim utilizar o termo “jogo”, na concepção de Huizinga:

*“atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e espaço segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e alegria e de uma consciência de ser diferente da ‘vida quotidiana’”*⁶⁹.

O autor define o jogo, enquanto impulso social, como o ambiente onde se processa o fator lúdico presente em todos os processos culturais, sendo inclusive mais antigo do que estes, visto que não pressupõe a sociedade humana para existir⁷⁰. Segundo esta idéia, a civilização surge e se desenvolve do jogo, não querendo afirmar aqui que este elemento lúdico esteja acima das outras atividades da vida civilizada, muito menos que a sociedade humana nasceu do jogo, seguindo um processo evolutivo. O fato é que uma série de fenômenos culturais, em suas fases iniciais, possuíram caráter lúdico, que se manifesta sobre as formas do jogo, o qual, no curso do desenvolvimento das sociedades, vai se escondendo por trás de outros fenômenos, seja na esfera do sagrado ou na política, filosofia, poesia, entre outros⁷¹.

O jogo, ou competição lúdica, ultrapassa os limites do fisiológico e do biológico, se destacando das necessidades imediatas da vida ao caracterizar-se fundamentalmente pelo lazer. Mesmo os elementos de respeito às regras, como os rituais de atitudes e gestos, são tratados com imenso prazer, demonstrando um caráter profundamente estético, o qual envolve intensidade, fascinação, e capacidade de excitar. A natureza podia ter-nos oferecido outras funções de descarga de energia excessiva ou de preparação para a vida, sob a forma de exercícios e reações puramente mecânicos. Entretanto, o que ela nos ofereceu foi a alegria e a tensão do jogo, que definem sua essência, e resistem a toda análise e interpretação lógicas⁷².

⁶⁹ HUIZINGA, Johan. “A noção de Jogo e sua expressão na linguagem” in: *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1980, p.33.

⁷⁰ HUIZINGA, Johan. “Culturas e períodos ‘sub sepe die ludi’” in: idem, p. 193.

⁷¹ HUIZINGA, Johan. “O Jogo e a Competição como Funções Culturais” in: idem, pp. 53-54.

⁷² HUIZINGA, Johan “Natureza e significado do jogo como fenômeno cultural”, in: idem, pp. 3-4.

A função do jogo, nas formas mais elevadas que aqui nos interessam, é definida por duas características fundamentais: uma luta *por* alguma coisa ou a representação *de* alguma coisa, que podem acabar se confundindo. Representar pode ser apenas uma forma de exibição ou a realização de uma aparência/imaginação⁷³.

Com isto, o jogo exerce uma função significativa: existe algo “em jogo” nele. Trata-se de uma categoria absolutamente primária da vida, e é legítimo considerá-lo uma totalidade, pois o jogo não é material, visto que ele se baseia na manipulação de certas imagens/imaginação da realidade.

A exemplo, cita-se o culto, o mito, e a linguagem. E como criador de muitas das formas fundamentais da vida social, o modelo lúdico serve de base para os próprios cerimoniais, convenções e regras da vida aristocrática. O jogo, conceito independente, se exclui do domínio das grandes oposições entre categorias como riso/seriedade, sabedoria/loucura, ao mesmo tempo em que se exime do desempenho de função moral. Possui uma tendência a assumir acentuados elementos de beleza, embora esta não lhe seja inseparável, como a vivacidade e a graça e, além disso, ritmo e harmonia⁷⁴.

A liberdade lhe é uma característica fundamental, pois nunca constitui uma tarefa forçada sendo praticada nas horas de ócio, e só apresenta aspectos de obrigação quando constitui uma função cultural reconhecida, como no culto e no ritual. Outra característica é sua capacidade de absorver inteiramente o jogador em outro tempo e espaço, num processo catártico que o leva para uma esfera temporária de atividade com orientação própria. Liga-se ao “fazer de conta”, expressão que tem sua consciência, e possui um caráter desinteressado, apesar de ser necessário e culturalmente útil.

A terceira de suas características principais é o isolamento e a limitação. O jogo é realizado apenas num determinado momento, que possui fim, mas pode ser conservado pela memória e ser repetido a qualquer momento, desde que realizado no interior de um campo previamente delimitado, assim como os “lugares sagrados”.

Isto faz dele um criador de ordem, já que a menor desobediência às regras estraga completamente o jogo. A tensão, a incerteza e o acaso são importantes para o jogo, pois lhe conferem um valor ético, expressando o valor da vitória à custa do

⁷³ Idem, pp. 16-17.

⁷⁴ Idem, pp. 6-8.

próprio esforço ao pôr à prova as qualidades do jogador, e é aí que o jogo se eleva e cria cultura⁷⁵.

O jogo demonstra mais claramente suas características culturais nas formas mais elevadas de jogos sociais, isto é em atividades ordenadas de grupos, que na maior parte das vezes possuem um caráter fundamentalmente antitético e combativo ou agonístico.

Desprovida de qualquer objetivo além do prazer e da demonstração de superioridade, a competição, como todas as formas de jogo, se preocupa apenas com o resultado final, com o êxito que se transforma em prestígio, passando do indivíduo para o grupo. A vitória do grupo em um jogo ou competição, sob a forma de rituais e festivais, de acordo com as regras se liga à aquisição de prosperidade por este grupo. Por isso o respeito a estas regras é característico da atividade lúdica, que assim exprime a interpretação da vida e de mundo de uma sociedade, incluindo aí sua cultura e hierarquias sociais⁷⁶.

“O mundo espiritual no interior do qual se realizam essas cerimônias é o mundo da honra, da pompa, da fanfarronice e do desafio. É um mundo de cavalaria e de heroísmo, dominado pelos brasões e nomes ilustres, onde prima a nobreza de linhagem”⁷⁷.

Onde as aspirações são mais as do prestígio dentro do grupo, um lugar de superioridade. Existem inúmeras maneiras dos homens competirem por superioridade e variáveis são os prêmios a se ganhar.

“O ritual teve origem no jogo sagrado, a poesia nasceu do jogo e dele se nutriu, a música e a dança eram puro jogo. O saber e a filosofia encontraram expressão em palavras e formas derivadas das competições religiosas. As regras da guerra e as convenções da vida aristocrática eram baseadas em modelos lúdicos”⁷⁸.

Toda luta submetida a regras, por exemplo, caracteriza-se formalmente como jogo. Os próprios torneios e justas medievais, apesar da seriedade mortífera de suas formas iniciais, sempre foram considerados combates simulados.

⁷⁵ Idem, pp. 11-14.

⁷⁶ HUIZINGA, Johan. “O Jogo e a Competição como Funções Culturais” in: idem, pp. 59-62.

⁷⁷ Idem, pp. 68-70.

⁷⁸ HUIZINGA, Johan. “Culturas e Períodos ‘sub specie ludi’” in: idem, p.193.

Não havendo regras, não se reconhece a qualidade lúdica e desta forma não há função cultural na guerra, com as que ocorrem com objetivos políticos, ou de emboscada e pilhagem, em substituição ao caráter agonístico. A guerra como forma de jogo é simbólica, e se desenrola entre participantes que se considerem como antagonistas com direitos iguais⁷⁹.

“Mesmo que não passe de uma ficção, esta concepção de guerra como um nobre jogo de honra e virtude desempenhou um papel importante no desenvolvimento da civilização, pois foi nela que teve origem a idéia da cavalaria, um dos grandes estimulantes da civilização medieval”⁸⁰.

A vida aristocrática era a expressão deste jogo exaltante de coragem e honra que influenciou as formas mais nobres de expressão épica e lírica e o mais esplendoroso cerimonial.

“A cavalaria medieval é por nós conhecida, sobretudo como elemento cultural mantido artificialmente e, em parte, propositadamente ressuscitado. Mas o suntuoso aparato dos códigos de honra, da conduta cortes, da heráldica, das ordens de cavalaria e dos torneios não havia ainda perdido seu significado mesmo já perto dos fins da Idade Média”⁸¹.

A vida medieval foi extremamente influenciada pelo espírito lúdico. Estava repleta de jogos, desde os populares de matriz pagã, e já sem significado sagrado, até os solenes jogos da cavalaria e os sofisticados jogos de amor cortês.

Entretanto, Huizinga aponta que, devido à maior parte das formas culturais da Idade Média terem sido fixamente herdadas da antiguidade clássica, poucas possuíam ainda alguma força criadora autêntica.

“Só quando não se enraizava na antiguidade, nem era alimentado pelo espírito eclesiástico ou greco-romano,

⁷⁹ HUIZINGA, Johan. “O Jogo e a Guerra” in: idem, pp. 101-102.

⁸⁰ Idem, pp. 108-109.

⁸¹ Idem, 118.

*havia lugar para uma intervenção do fator lúdico e para a criação de alguma coisa inteiramente nova*⁸².

O que pôde ser exemplificado quando a civilização medieval se inspirou diretamente em seu passado celto-germânico, e o sistema de cavalaria, tanto quanto muitos aspectos do feudalismo, assim surgiram. O fator lúdico exerce plenamente sua função, como autêntica força criadora, em todas as coisas relacionadas com o mundo arcaico, como a consagração dos cavaleiros, as cerimônias de investidura, os torneios, a heráldica, etc.

Em toda sociedade baseada na vida tribal de guerreiros e nobres, floresce um ideal de cavalaria e de conduta cavaleiresca. Nesta direção, o ideal viril da virtude se liga à convicção de que a honra para ser válida, deve ser reconhecida, se necessário pela força. Isto é, longe do ideal de perfeição moral ligado aos poderes divinos, virtude, honra e nobreza se enquadram desde sempre no âmbito da competição⁸³.

No eterno exercício da virtude, o jovem nobre guerreiro leva a vida como expressão de uma luta permanente pela honra de sua posição, e sua própria formação para a vida aristocrática conduz à formação para a vida no Estado e para o Estado. Se os ideais da nobreza giram em torno da virtude e da honra, deve-se lembrar que estes conceitos mudam de significado à medida que a civilização se transforma, e ganham novos conteúdos.

No caso do elemento lúdico dessa sociedade, que originalmente foi um fator autêntico da formação de sua cultura, começa a se tornar simples exibição. Na falta de proezas para demonstrar suas virtudes, os nobres se dedicam a uma competição de palavras, com arautos louvando suas virtudes, competição esta que aos poucos também ganha outra forma, a depreciação do adversário. E ainda pode se manifestar numa competição de boas maneiras e de cortesia⁸⁴.

Enfim, não assistimos a transformação do jogo em batalha nem vice-versa, o que vemos é o desenvolvimento da civilização dentro do contexto lúdico, enraizado no ritual e capaz de criar elementos culturais. Mas, à medida que a civilização vai ficando mais complexa, este terreno cultural inicial se reveste de novas camadas de idéias,

⁸² HUIZINGA, Johan. "Culturas e Períodos '*sub specie ludi*'" in: idem, pp. 200-201.

⁸³ HUIZINGA, Johan. "O Jogo e a Competição como Funções Culturais" in: idem, pp.72-73.

⁸⁴ Idem, pp. 74-75.

sistemas de pensamento e conhecimento; doutrinas, regras e regulamentos; normas morais e convenções que perderam já toda e qualquer relação direta com o jogo. Como o jogo foi colocado num lugar secundário, pode-se falar assim que a civilização alcançou um patamar de maior seriedade⁸⁵.

Por fim, torna-se imprescindível ressaltar as reflexões de autores como Alberto Manguel em *Uma História da Leitura*⁸⁶, a respeito da literatura medieval. Entende-se a literatura na Idade Média como um instrumento que perpassa o texto escrito, possuindo um vínculo inseparável com a oralidade. A corte medieval é uma forte expressão da estrutura em que baseia os usos literários do período. Sendo rara ainda a leitura silenciosa, assim como a possibilidade de se falar em autoria, a literatura medieval, no entanto, já possuía públicos destinados desde o século XIII. Público este que se reunia para assistir alguém ler a obra, objetivo que se vê explicitamente em diversos livros, os quais dizem se destinar aos serões ou demais reuniões da corte. Desta forma, a literatura do período medieval, deve ser entendida pela combinação escrita, oralidade e performance.

Longe de pretender alcançar a gama de estudos sobre os eixos que norteiam esta pesquisa, expus apenas as principais referências que me permitirão tratar adiante das especificidades portuguesas entre os séculos XIV e XV. Estas se concentram nas relações existentes entre a forma de ascensão da dinastia avisina e a necessidade legitimadora de maior concentração de poder. Processos que são acompanhados pela formação de uma sociedade de corte e um discurso do Paço, que ao mesmo tempo exaltam a nova monarquia, e controlam o comportamento de seus membros com a produção de novos valores. Idéias e hábitos carregados de moralização, que se utilizam da prosa literária e dos jogos aristocráticos como instrumento de divulgação.

⁸⁵ Idem, pp. 84-85.

⁸⁶ MANGUEL, Alberto. *Uma História da Leitura*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

Capítulo II – Ascensão da Dinastia de Avis e seus desafios:

2.1 A Legitimidade Dinástica:

D. João I, Mestre de Avis, subiu ao trono após a resolução da crise dinástica que se iniciou com a morte de D. Fernando. Às cortes cabia o dever de escolher entre os três principais concorrentes ao trono: D. João I de Portugal, filho bastardo do rei D. Pedro, que concentrava ao seu redor o apoio dos concelhos e da nobreza de segunda; D. João, filho de Inês de Castro, que detinha, além de maior suporte jurídico, o apoio de parte da nobreza de primeira e de muitos prelados, o qual por ter sido mantido preso em Castela durante o processo, logo foi descartado; e ainda D. João I de Castela, que há muito cobiçava terras portuguesas.

José Mattoso alerta, no entanto, que essa divisão partidária não chegou a ser tão natural ou mesmo radical, pois muitos nobres de primeira linha acabaram engrossando as fileiras do partido favorável a D. João I de Portugal⁸⁷. Nesta decisão estava em jogo na verdade, a vitória das novas estruturas, vinculadas às cidades, ao comércio e à corte, que ganhavam espaço em detrimento das antigas estruturas feudais.

Fora isto, a eleição do Mestre de Avis era de extrema conveniência aos anseios de uma diplomacia internacional mais eficaz. Isto explica o fato de D. João I, de Portugal, ter alcançado o apoio das mais importantes cidades do Reino, composta por “homens bons” que necessitavam de maior autonomia urbana e incentivos comerciais; da mesma forma que a nobreza de segunda, aspirando ascender socialmente, apoiou esta personagem em busca de privilégios.

O fato é que a vitória de D. João I não havia resolvido totalmente o problema da crise sucessória. Muitos foram os que questionaram a legitimidade não apenas da convocatória, mas da própria decisão das cortes, e conseqüentemente da ascensão desta nova dinastia, o que tornou este período inicial marcado por relações ainda instáveis⁸⁸.

Esta conjuntura justificou a necessidade da nova dinastia buscar formas de criar uma genuinidade para seus reinados, os quais aos olhos de seus súditos e dos

⁸⁷MATTOSO, José A. “A Nobreza e a Revolução de 1383” in: *Fragments de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 287.

⁸⁸MATTOSO, José (dir.). “D. João I” in: *História de Portugal vol. II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 497.

estrangeiros deveriam ser vistos como legitimado por seu povo e por Deus. Neste sentido percebe-se a união entre religião e um embrionário sentimento nacional, como instrumentos que corroboravam com o poder vigente.

O processo de legitimação da Dinastia de Avis seguiu uma diretriz externa (composta de guerras territoriais e expansão ultramarina), e outra interna (imposição da autoridade régia perante os súditos). Mattoso ainda divide o reinado de D. João I, em termos de política externa, em duas fases: a primeira representada pela guerra com Castela e pelo processo de independência e fortalecimento da nação; a segunda consistia nas explorações atlânticas, incluindo a guerra com o Marrocos⁸⁹.

A Batalha de Aljubarrota, em 1385, tornou-se símbolo das vitórias lusitanas. D. João I se opôs ao rei castelhano, que tentava invadir pessoalmente o país para fazer valer seus direitos sucessórios. Apesar da superioridade das forças adversárias, o conflito terminou com o sucesso de Portugal contra Castela, de tal forma que foi considerado um milagre por sua imprevisibilidade. Uma série de fatores ocasionais, como o cansaço do adversário diante das longas marchas e do calor excessivo da estação, e o adoecimento do monarca castelhano, se uniram à preparação tática, que incluiu escolha cuidadosa da posição de ataque pelo exercito português, bem como a construção de paliçadas defensivas e fossos disfarçados, contribuindo para este resultado. A estrondosa derrota castelhana nesta batalha campal, que durou poucas horas, confirmou a independência portuguesa⁹⁰.

A vitória portuguesa foi interpretada epopeicamente como desígnio de Deus, que estava do lado da razão e do direito, e serviu para confirmar a eleição da corte de Coimbra, corroborando com a dinastia que aí se iniciava.

Após a fuga do rei castelhano, seguiu-se a reconquista de cidades e vilas portuguesas, muitas das quais se renderam mediante a força bruta. Mas a paz definitiva ainda teria que esperar, pois só em 1411, o Acordo de Segóvia pôs fim ao período de hostilidades e tréguas desrespeitadas⁹¹.

⁸⁹ Idem, p. 498.

⁹⁰ OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. "A Conjuntura" in: *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Editorial Presença: Lisboa, 1987, p. 530.

⁹¹ MATTOSO, José (dir.) "D. João I" in: *Historia de Portugal vol. II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 497-498

Em meio a esse processo, Portugal revigora sua amizade e aliança com a Inglaterra, e logo depois de restituir suas fronteiras tradicionais, orienta seu pensamento e atenção para a expansão do território no ultramar.

O primeiro passo em direção a esse movimento foi a conquista de Ceuta, no Marrocos, no ano de 1415, ao encontro da qual diversas razões se conjugaram para justificá-la como louvável. Entretanto, a posse de Ceuta se mostrou um fracasso em termos estratégicos e econômicos, tendo em vista a extensa perda de pessoas e dinheiro na empreitada.

Tanto que logo surgiram vozes, vindas da burguesia e do próprio povo, contrárias à manutenção desta política, enquanto o clero e a maior parte da nova nobreza continuavam a apoiar a conquista de Ceuta, encarada por eles como sinal de Cruzada e oportunidade de honras, títulos e prestígio para a monarquia.

Ao mesmo tempo, os portugueses percorriam o grande Atlântico, marcando descobertas em direção ao oeste e sul, incluindo as ilhas de Madeira, Açores e costa da África. Mas um dos eventos mais significativos foi a chegada ao Cabo Bojador, sempre visto como fronteira do mar impossível e manancial de lendas perseguidas por aventureiros.

D. João I também não negligenciou a importância de criar e aprofundar os laços com os demais reinos europeus, e isso não apenas por motivos diplomáticos. O fato é que era necessário ao ideal monárquico atrelar fama e prestígio às dinastias, o que se conseguia em grande parte via pertencimento e representação dos governantes no distinto “clube de príncipes da Cristandade”. Havia além disso, os casamentos políticos, através dos quais a nova monarquia portuguesa se associou a valiosos aliados como Inglaterra, Borgonha e Aragão⁹².

Evidentemente este período não foi marcado apenas por sucessos e glórias. A constância das guerras trouxe consigo uma inflação monetária jamais vista, o aumento extraordinário dos impostos e a apropriação das “sisas” como direito régio.

Isto resultou no recrudescimento das queixas do povo e na lembrança do reinado de D. João I como a de um Estado insaciável que se instalava e crescia mediante sorvimento dos impostos. Mesmo não podendo classificar a vida dos portugueses nesse início da Dinastia de Avis como pacífica e tranqüila, a propaganda dinástica, com seus

⁹² Idem, pp. 499-500.

motivos patriótico-políticos, foi eficiente em contagiar os povos e escrever o nome de D. João I na história como o rei de Boa Memória⁹³.

Além disso, chefio a família real de tal forma, que esta se perpetuou na história como família modelo, fazendo-se amar e respeitar. Todos os seus membros tornaram-se famosos por seu exemplo de moralidade e detentores de proteção divina, sempre austeros e piedosos, mostrando a seu povo que estes eram os melhores remédios para atravessar as atribulações do período. Prova disso são as grandes crônicas produzidas neste período, inseridas no movimento de propaganda dinástica⁹⁴.

Por outro lado, percebe-se entre os dois primeiros reinados desta dinastia, o de D. João I e de seu filho D. Duarte, uma certa continuidade de princípios, o que torna possível estudá-los conjuntamente como um mesmo objeto histórico. De acordo com Mattoso “*houve certamente evolução e progresso; não houve, porém, rupturas nem mudanças de velocidade*”⁹⁵.

D. Duarte, chamado *O Eloqüente*, assumiu a Coroa em 1433, já maduro e experiente, pois desde cedo se associara aos círculos do poder, participando de importantes assuntos no governo de D. João I. Oliveira Marques destaca que este monarca, sempre devotado às tarefas da administração, pode ser considerado um homem mais de gabinete do que de atividade exterior. Afinal, não se sabe ao certo se percorreria o país para conhecer de perto seus problemas⁹⁶. O prestígio pessoal do qual gozava parece tê-lo feito vitorioso na manutenção do equilíbrio entre o senhoralismo e a centralização.

Sua política se voltou para a manutenção de conselheiros e altos funcionários em seus cargos, bem como para o prosseguimento das mesmas estratégias governativas com as quais se comprometera já no reinado de seu pai. Caracterizou seu governo com algumas reformas importantes na administração pública, incluindo leis sobre a justiça, a economia, as terras da Coroa entre outras. Deu seguimento às metas de expansão ultramarina do reinado anterior, conservando as graças de grande parte da Nobreza.

⁹³ Idem, pp. 497-498.

⁹⁴ OLIVEIRA MARQUES, A. H. “A Conjuntura” in: *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 538.

⁹⁵ MATTOSO, José (dir.). “D. Duarte” in: *História de Portugal vol. II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 501.

⁹⁶ OLIVEIRA MARQUES, A. H. “A Conjuntura” in: *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 548

Porém, com resultados bem menos satisfatórios. A derrota que o exército português sofreu na tentativa de cercar e tomar o Tânger foi um duro golpe no orgulho do reino⁹⁷.

Durante todo este período, os conselheiros, cuja missão era esclarecer os problemas do governo e apoiar os reis, tiveram extrema importância, sendo tratados com bastante seriedade pelos monarcas, que tinham dever moral e político de tomar e pesar conselhos antes de exercerem sua função de decidir sobre o destino das pessoas e empresas do reino.

Prática anterior à ascensão avisina, esta dinastia também foi marcada pela existência de uma instituição consultiva, permanente. Entretanto, devido ao modo como D. João I chegou ao poder, seu conselho adquiriu um perfil interestamental, com o recrutamento de clérigos, fidalgos, letrados e cidadãos comuns, de modo a representar o pensamento geral da sociedade⁹⁸.

O que Mattoso defende enfim, é que quando a dinastia de Avis se principia, já é possível considerar o reino de Portugal como um Estado em processo avançado de amadurecimento. Já se constituía numa unidade política independente há quase dois séculos, fronteiras geográficas praticamente estabelecidas, e língua própria.

Além disso, apresentava instituições políticas e estruturas administrativas definidas, unidas a rumos econômicos e alianças diplomáticas bem delimitadas. Pode-se afirmar inclusive a existência de uma consciência nacional em princípio, habitando uma população que já sentia a necessidade de se vincular por laços de lealdade a uma autoridade suprema.

Isto significa que o ambiente já estava propício para que a figura régia, já estabelecida como a estrutura política mais importante de Portugal, fortalecesse cada vez mais este papel. E embora convivessem ainda no final do século XV com outras estruturas políticas e restos de feudalidade, coube aos governantes avisinos a tarefa bem sucedida de fortalecer esta instituição chamada Rei. Junto com a propaganda dinástica, e num claro processo de centralização do poder régio, a nova dinastia incrementou mecanismos capazes de se apropriar com exclusividade “*de todos os poderes da*

⁹⁷ Idem, p. 502.

⁹⁸ MATTOSO, José (dir.). “Os Conselhos. O Conselho do Rei” in: *História de Portugal vol. II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 515-516.

soberania, legislar, julgar, executar leis e políticas, lançar impostos diretos e indireto, decidir da guerra e da paz, conduzir tratados e alianças com estrangeiros”⁹⁹.

Esgotavam-se os tempos em que o monarca era tratado como um mero senhor entre os senhores, e esta mudança teve importante respaldo de legistas especialistas em direito romano. Somam-se a estes a contribuição de uma gama de iniciativas dentre as quais se encontram a criação de um corpo nacional de besteiros, a transformação da cúria régia em parlamento e a organização de tribunais de última instância.

Restava ainda ao rei subjugar o clero e a nobreza a sua autoridade, de modo a evitar a concentração descontrolada de bens fundiários, e manter estas medidas funcionais no que diz respeito à conclusão da centralização de seu poder.

2.2 A Centralização do Poder Régio:

Existem visões contrárias em se considerar a Revolução de 1383, marco português que possibilita o surgimento da Dinastia de Avis, como um processo revolucionário, em vista de não ter rompido com as antigas estruturas da sociedade portuguesa.

No entanto, partilho da idéia de José Mattoso a respeito do mesmo processo ter trazido consigo uma série de mudanças consideráveis que nos permitem caracterizá-lo como revolucionário¹⁰⁰. No que diz respeito à nobreza, por exemplo, diz o autor:

“A nobreza é profundamente afetada, não apenas pela revolução, mas por um processo que já vem de longe e de que ela é o acontecimento mais significativo. O último quartel do século XIV é realmente uma época de mudanças para a composição, a mentalidade, os recursos naturais e a força produtiva da nobreza”¹⁰¹.

⁹⁹ MATTOSO, José (dir.). “Centralização política e ‘com-sentimento’ nacional” in: *História de Portugal vol. II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 527-528.

¹⁰⁰ MATTOSO, José A. “A Nobreza e a Revolução de 1383” in: *Fragments de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 278.

¹⁰¹ MATTOSO, José A. “Introdução” in: *A nobreza Medieval Portuguesa. A família e o Poder*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 15.

O outro eixo em que a nova dinastia assegurou sua genuinidade não foi menos coberto de polêmicas, visto que remeteu diretamente a mudanças no círculo nobre. No campo da administração interna, o caos que marcou o período da revolução foi superado, enquanto a autoridade monárquica se impunha sobre o clero, a nobreza e os conselhos, se consagrando em todo o espaço europeu mediante a aura de prestígio que enaltecia o rei e a própria dinastia. “*Para se desembaraçar das seqüelas revolucionárias e manter o clero e a nobreza em cômodo controle, D. João I apoiou-se nas oligarquias municipais através das cortes*”¹⁰².

As Cortes eram a designação dada às assembléias parlamentares medievais, em especial as portuguesas. Sua periodicidade nunca foi taxativa, bem como nunca teve seu regulamento escrito, mas se reuniam sempre que os reis e regentes, pressionados por necessidades conjunturais e na maior parte das vezes financeiras, realizavam sua convocatória, a qual por sua vez constituía no instrumento jurídico que lhes dava não só legitimidade como também existência real.

Isto porque este parlamento medieval pode ser considerado uma instituição apenas virtualmente permanente, visto que só existia de fato enquanto se encontrasse em funcionamento, com duração aproximada de um mês¹⁰³.

Para que se atribísse a uma assembléia o caráter de corte, era imprescindível não só que as convocatórias explicitassem seu caráter parlamentar, mas também que estivessem presentes na sessão solene de abertura os reis ou regentes, detentores do poder monárquico, e os elementos das três ordens do corpo social: prelados e delegados capitulares, senhores laicos e demais fidalguia, e por fim os delegados dos concelhos.

Esta é uma das características fundamentais do parlamento medieval português, ou seja, as cortes como “areópago do povo”, nas palavras de Mattoso, as únicas assembléias em que membros populares da sociedade tinham oportunidade de discutir e tratar com os governantes e os demais sobre os negócios do reino. E mesmo funcionando segundo os mecanismos da tradição leoneso-castelhana, as adaptações portuguesas à conjuntura do país proporcionaram a estas assembléias maior capacidade interventiva dos deputados nas decisões.

¹⁰² MATTOSO, José (dir.). “D. João I” in: *História de Portugal vol. II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 499-500

¹⁰³ MATTOSO, José (dir.). “As Cortes” in: idem, pp. 510-511

O período que marca o advento da Dinastia de Avis corresponde ao apogeu das Cortes, e por outro lado, aos começos de seu declínio. Isto porque a necessidade de consulta constante aos povos é característica dos tempos de crise que corresponderam à época. As desordens e violações geradas pela inquietação social resultaram num clamor por justiça, que via nas Cortes a resposta mais eficaz. Tornando-se um instrumento fundamental para o governo, viram seu papel consultivo aumentar, conseguindo, inclusive, eleger D. João I em 1385¹⁰⁴.

Entretanto, as Cortes nunca se tornaram deliberativas, apesar dos esforços. Além disso, se teoricamente elas permitiam que todos os grupos sociais se representassem, na prática, apenas o estamento superior de cada grupo tinha direito a delegados. A própria frequência das assembleias e o custo das deslocações para os que se situavam em regiões distantes do local de reunião fizeram deste tipo de representação um pesado fardo¹⁰⁵. O fato é que as cortes se transformaram em uma subestrutura política dotada de autoridade, embora não de poder, advindo-lhes de serem a

*“instância solene onde a vontade e os desígnios da Nação se exprimiam, voz monárquica e dos estados buscando conjugação; e, sobretudo, de serem o lugar privilegiado da rememoração quase ritual dos valores e princípios que davam credibilidade e forma à ordem social e política”*¹⁰⁶.

Estas foram palco da atribuição de diversas obrigações e limites jurisdicionais ao clero e à nobreza, como pagamento de tributos e até punições no caso de abusos de poder. A Lei Mental, que restituía o patrimônio régio, em parte dilapidado entre casas senhoriais, foi um dos maiores expoentes da autoridade adquirida pelo monarca da submissão de seus súditos.

Além dos arranjos matrimoniais se mostrarem eficientes em colocar sob dependência régia as casas senhoriais que lhe manifestavam concorrência. D. Duarte seguiu os caminhos de seu pai também nesse aspecto da política interna, mantendo superioridade em relação à nobreza e reprimindo os abusos jurisdicionais do clero.

¹⁰⁴ OLIVEIRA MARQUES, A. H. “O Estado e as relações diplomáticas” in: Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 292

¹⁰⁵ Idem, pp. 294-295.

¹⁰⁶ Idem, pp. 514-515.

Quanto aos concelhos, foi-lhes mantido o devido respeito, bem como atenção às necessidades de normas e mecanismos administrativos¹⁰⁷.

A efervescência política deste período fundamentou uma reordenação da sociedade em todos os seus âmbitos, e é dentro deste quadro que Paulo Accorsi destaca a importância de um instrumento ideológico que fosse responsável por reestruturar a visão da sociedade, de modo que os sentimentos e comportamentos pudessem ganhar novos significados¹⁰⁸.

O processo de centralização monárquica e a conseqüente monopolização dos poderes vinha acompanhado não apenas da estruturação de uma identidade portuguesa. Trouxe também consigo a constituição de uma corte capaz de difundir novos modelos de sociabilidade, e controlar os afetos e condutas tanto dessa nova nobreza que ascendia, quanto da velha nobreza, que se via forçada a se adaptar ao contexto.

Essa corte tinha o soberano como figura central, fato que legitimava a autoridade deste por se constituir como exemplo dos ensinamentos morais a serem seguidos, e também como mediador dos conflitos existentes nesta nova sociedade mais heterogênea e segmentada¹⁰⁹.

2.3 A Sociedade de Corte e o Discurso do Paço:

No que diz respeito aos recursos usados pela dinastia de Avis, intimamente ligada com as questões de afirmação da identidade nacional, a fim de se legitimar diante de seus súditos, Vânia Fróes atenta que não se pode esquecer do importante papel atribuído ao Paço e a seu discurso desde cedo construído.

Através deste ocorre uma fusão de atributos régios medievais, como a tradição taumátúrgica, com atributos modernos, como as preocupações de uma realeza carismática que liga o rei ao “povo” e sua glória.

Para acompanhar o crescimento e as mudanças do reino, formulou-se e legitimou-se uma nova imagem do rei, que tem como fonte difusora este ambiente cortesão que compõe o Paço. E a estruturação desta imagem venturosa segue a

¹⁰⁷ MATTOSO, José (dir.). “D, João I” in: *História de Portugal vol. II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 500-501.

¹⁰⁸ ACCORSI, Paulo. “Introdução” in: *Do azambujeiro bravo à mansa oliveira portuguesa: Prosa civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*, UFF, Niterói, 1997, p. 13.

¹⁰⁹ Idem, p. 14.

estruturação do *discurso do Paço*, que incluía não só festividades e espetáculos públicos, mas também um cerimonial rico em simbologias, além de um conjunto de crônicas, prosas e poesias voltados para divulgar seus ideais¹¹⁰.

O Paço é muitas vezes identificado com o paraíso, o reino e a ordem do mundo, referindo-se sempre ao que é nacional, em oposição ao estrangeiro vinculado ao diabo¹¹¹. E se ele se torna o palco onde este discurso será explicitado para todos os súditos, vê-se aí sua ligação com a cidade, visto que é nesta que se encontra o público do espetáculo hierarquicamente regrado e previsto que é a corte.

É assim que esta, com seus rituais, constrói todo um discurso de nacionalidade portuguesa e de recuperação do ideal cristão de unidade, e, como local de exercício da eficácia simbólica e do poder da propaganda, se responsabiliza por se tornar o foco criador e difusor da própria identidade portuguesa¹¹².

Isto porque, definidos por muitos autores como a Ínclita Geração, a Dinastia de Avis foi marcada por representantes preocupados com questões intelectuais, e não apenas com avanços territoriais e guerras, mesmo que elas estivessem revestidas com o ideal sacro de combate aos pagãos.

A promoção da cultura era extremamente valorizada por reis como D. João I, D. Duarte e D. Pedro, que manifestavam um gosto especial pela reflexão e pela justificação de seus atos e instituições¹¹³. Possuíam uma consciência preocupada que meditava constantemente sobre a função do príncipe, e idealizava o uso virtuoso e racional do poder. Como diria Pimpão sobre os representantes desta Dinastia:

*“Cada um dos vultos que a compõem tem a sua fisionomia própria, a sua individualidade, o seu caráter, mas influi sobre eles um comum ideal de vida que disciplina a sua atividade, subordinando-a à consecução de fins que transcendem o indivíduo, e que podem resumir-se neste objetivo único: a realização da sociedade cristã”*¹¹⁴.

¹¹⁰ FROES, Vânia L. “O Reino de Deus como Arquétipo” in: *Era no Tempo do Rei – estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Niterói: 1995, p. 133.

¹¹¹ Idem, p.139.

¹¹² Idem, p. 135.

¹¹³ SARAIVA, José A. “Fernão Lopes e a Prosa no século XV” in: *Iniciação na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Gradiva-Publicações Ltda, 1994, p. 30.

¹¹⁴ PIMPÃO, Álvaro Júlio C. “A literatura apologética, ascética e moral: As obras dos príncipes de Avis; Obras Anônimas” in: *História da Literatura Portuguesa, vol. I (séc. XII a XV)*, Coimbra: Edições Quadrante Ltda, 1947, p. 215.

Já no final do século XV, percebe-se um maior policiamento dos costumes da corte portuguesa, que chegou a alcançar luxo e esplendor semelhante às cortes mais famosas da Europa.

Eram famosos os grandes serões do Paço, onde os saraus e as danças alimentavam o espírito de seus membros, e abriam espaço para um convívio mais amplo entre ambos os sexos.

Entretanto como alerta Pimpão, no decorrer do século XV,

“já os salões do Paço não eram apenas recintos de dança. As justas cavaleirescas alternavam, certamente, com as justas poéticas. A arte de galantear complicara-se de novos atributos e imprimira novo tom à vida da corte”¹¹⁵.

As caçadas ao porco, as justas e as corridas de touros juntaram-se aos cantos e as danças para animar mais este público cortesão. Os próprios reis e príncipes, motivados pelas tradições das novelas de cavalaria, se uniam aos demais cavaleiros em duelos e outros jogos, todos revestidos de aventureiros simulando terem chegados de terras longínquas e atraídos pela suntuosidade dos festejos.

Este fato chegou mesmo a renovar o espírito de D. Duarte, que sempre reclamara da decadência das manhas de força e ligeirice, as quais considerava bem usadas pelos cavaleiros de seu reino, em detrimento de outros passatempos cortesões¹¹⁶.

No que tange à educação dos príncipes, esta cultura física era elevada a alto grau de importância na Idade Média como treino para a vida guerreira. D. João I parece ter gasto bem menos tempo, por exemplo, com a ciência, do que com o latir dos cães e outros prazeres que encontrava na montaria.

Entretanto, seus filhos quando o sucederam ao trono já não se contentavam apenas com tais “jogos” de guerra, visto a influência dos letrados ter aumentado na corte. Assim, se estabeleceu com mais afinco o equilíbrio entre as atividades corporais e as do espírito, ou seja, entre as armas e as letras¹¹⁷.

¹¹⁵PIMPÃO, Álvaro Júlio C. “O Espírito Medieval”, in: idem, p. 54.

¹¹⁶ PIMPÃO, Álvaro Júlio C. Idem, pp. 53-54.

¹¹⁷ PIMPÃO, Álvaro Júlio C. “A educação do Príncipe”, in: idem, p. 55.

Sem dúvida esse processo foi influenciado nas diretrizes do mosteiro alcobacense, a partir do final do século XIV. A este mosteiro foi atribuído grande importância não apenas na alta produção de estudos e manuscritos, como também na formação moral e religiosa da geração avisina.

Quando os monges alcobacenses quebraram a reserva do claustro e passaram a expor seus ensinamentos àqueles interessados, converteram-se em centro de irradiação de cultura religiosa, ao alcance dos leigos, dentre eles alguns príncipes como D. Duarte.

Dois tendências filosóficas, opostas, mas complementares, estavam bastante difundidas no baixo-medievo: o misticismo e o empirismo. Nos dois casos, quando analisamos o processo de aprendizado na Idade Média, deve-se levar em consideração a importância da natureza. Considerada como espelho do universo divino, a natureza despertava mais interesse pelo que significava do que pelo que era. Foi utilizando metáforas e analogias com a natureza que os homens medievais construíram grande parte de seus conhecimentos.

Mário Martins faz, entretanto, uma importante ressalva a respeito de não considerarmos os contemplativos, místicos e filósofos como os únicos portadores dos conhecimentos que a natureza pode proporcionar, pois nem só de prodígios, maravilhas e sinais se baseavam os medievais.

A outra via era a da experiência, da observação empírica da natureza, do uso dos sentidos físicos, como o faziam os caçadores que se entregavam diariamente na atividade da montaria¹¹⁸, dentre os quais se incluem os príncipes de Avis.

A importância da natureza e de seus simbolismos não passou assim despercebida por esta Dinastia, afinal o próprio Fernão Lopes usou a metáfora do azambujeiro bravo e da mansa oliveira portuguesa para enaltecer as virtudes do bom português, cristão, defensor de seu rei e de sua terra, de boa conduta, enfim, civilizado¹¹⁹. Este português seria a mansa oliveira, cuja identidade foi se construindo em contraste ao castelhano, representado como o azambujeiro bravo, homens sem princípios, indignos de confiança e de hábitos grosseiros.

¹¹⁸MARTINS, Mário. “Experiência e conhecimento da natureza no Livro da Montaria” in: *Alegorias, Símbolos e Exemplos Morais na Literatura Medieval Portuguesa*, pp. 99-100.

¹¹⁹ ACCORSI, Paulo. “A Narrativa Civilizatória” in: *Do azambujeiro bravo à mansa oliveira portuguesa: Prosa civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*, UFF, Niterói, 1997, pp. 131-132.

O fato é que à medida que a corte régia crescia, também se manifestava como principal foco de cultura, com seus participantes apresentando interesse por problemas teóricos e doutrinários, religiosos, políticos, morais e até psicológicos.

Chegou a desempenhar, em alguns lugares, papel cultural mais importante que as universidades e muitos centros eclesiásticos. Vários membros da família real se dedicaram à literatura, escrevendo ou colecionando obras. As iniciativas que empreenderam resultaram na redação de grandes compilações históricas, promoção de traduções e produção de obras originais, muitas das quais são guias morais da realeza. Livrarias foram organizadas bem como o número de cópias se multiplicaram, graças, em grande parte, à evolução de corporações ligadas ao ofício do livro¹²⁰.

Todo este movimento mostra que no fim da Idade Média, tais reflexões filosóficas e religiosas não eram mais preocupação exclusiva dos clérigos, mas ocupavam também o pensamento dos leigos.

D. Duarte, por exemplo, constituiu uma biblioteca pessoal com mais de oitenta códices e deixou ele próprio algumas obras escritas. Além disso, incumbiu Fernão Lopes, escrivão de D. João I e guarda-mor da Torre do Tombo desde 1418, de produzir crônicas que contavam as histórias dos reis seus antepassados¹²¹.

O ambiente literário cultivado pelos monarcas obviamente não escaparia a seu moralismo. Mattoso caracterizou os reis da Dinastia de Avis como devotados a ensinar, e estavam frequentemente emitindo juízo moral a respeito de tudo que liam e que presenciavam em seu cotidiano. E não se contentavam apenas em ler os famosos textos bíblicos ou os tratados herdados da antiguidade, puseram-se também a escrever tratados, conselhos, cartas e livros¹²².

No vigor deste ato, valorizaram a prosa como instrumento mais apropriado que a lírica para ensinamentos sobre moral e virtude, necessários a uma sociedade que se transformava, e que precisava constantemente do enquadramento de suas condutas.

¹²⁰ SARAIVA, José A. “A prosa doutrinal da corte” in: *Historia da Literatura Portuguesa*. Porto Editora: Porto, 2000, p. 111.

¹²¹ SARAIVA, José A. “Fernão Lopes e a Prosa no século XV”, in: *Iniciação na Literatura Portuguesa*. Gradiva-Publicações: Lisboa, 1994, pp. 30-31.

¹²² MATTOSO, José (dir.). “Prosa Moralística e Técnica” in: *História de Portugal vol II*, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 542.

2.4 A Prosa Moralística e Técnica:

Visto a importância da literatura nos círculos da sociedade cortesã que se formava no ambiente do Paço, cabe uma análise das características com as quais fora atribuída pela Dinastia de Avis, e como ela se uniu a outros elementos, como os jogos cavaleirescos, para se tornar um manancial de ensinamentos, sejam eles técnicos ou morais, necessários a este período da história da sociedade portuguesa.

A literatura portuguesa, considerada aqui como produzida por autores de língua portuguesa, já pode ser encontrada desde finais do século XII, numa fase denominada por Joel Serrão como *pré-histórica*.

Entretanto, corresponde a uma literatura de cunho oral, incluindo contos, cantigas e provérbios, e que serviu posteriormente de base para a própria ficção escrita. A primeira escola literária em português, por exemplo, fora a das cantigas de amor, de amigo e de escárnio ou maldizer, compiladas em cancioneiros.

Na época de D. Dinis, principal incentivador desta escola trovadoresca, inicia-se o processo que desencadeará numa fase posterior, que coincide com a época em que começou a se difundir a prática de redigir em português. Este período foi marcado também pela tradução palaciana de textos jurídicos, religiosos, e romances de cavalaria, bem como pela tradução conventual de obras de apologética, doutrina e devoção¹²³.

A morte de D. Dinis em 1325 acarretou na contração desta escola galego-portuguesa, ou trovadoresca, ainda que alguns autores, no obscurantismo, persistirem como cultores de seu lirismo até meados do século XIV¹²⁴.

*“Com os últimos jograis e trovadores desaparece a poesia que eles cantavam e musicavam, a poesia tradicional e trovadoresca. Seguiu-se mais de um século em que, aparentemente, desapareceram os poetas da corte”*¹²⁵.

¹²³SERRÃO, Joel. “Literatura Portuguesa” in: *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV. Livraria Figueirinhas: Porto, 1992, p. 34.

¹²⁴MATTOSO, José (dir.). “Literatura” in: *História de Portugal vol. II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 540.

¹²⁵SARAIVA, José A. “A corte Literária Manuelina”, in: *Iniciação na Literatura Portuguesa*. Gradiva-Publicações: Lisboa, 1994, p. 33.

A partir deste período, a prosa se difunde pelo território português, o que Mattoso alerta não encarar como falta de cultura literária. Pelo contrário, a prosa representaria um indício de maior maturidade. Com certeza, o extremo moralismo da corte de D. João I e de seus filhos foi fundamental para difundir o apego a este estilo literário, considerado por eles como instrumento mais apropriado que a lírica para absorver os ensinamentos que pretendiam difundir¹²⁶.

Dois tipos de prosa se destacaram neste período dinástico: a Prosa Histórica, e a Prosa Moralística e Técnica. Quanto à primeira, destacam-se como expoentes Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, e Rui de Pina. Segundo Spina, pode-se encontrar as origens da historiografia portuguesa nos *Nobiliários*, ou *Livros de Linhagens*, que tratavam-se de compilações sobre as genealogias das famílias nobres, e muito contribuiu para o desenvolvimento do estilo da narrativa. O mesmo autor afirma, entretanto, que uma posição de espírito mais crítica e uma investigação histórica mais científica só surgiu com as Crônicas¹²⁷. Parece que foram as sucessivas refundições da *Crônica Geral de Espanha* que levaram à construção da *Crônica de 1419*, a primeira tentativa de uma crônica geral do reino, que narrava a desenvoltura dos antecedentes de Avis. Depois desta muitas outras foram louvadas.

Embora deva-se relativizar o rigor histórico desses textos, Mattoso também afirma que a historiografia portuguesa se desenvolvera a partir da evolução desta prosa histórica.

Quanto à Prosa Moralística e Técnica, parece ter descendência num gênero conhecido desde a Antiguidade, a Literatura de Proveito e Exemplaridade, cujo conteúdo estava sempre composto de exortações morais.

Havia nesta sociedade caracterizada por um forte conteúdo simbólico¹²⁸, a consciência de que o uso de metáforas, analogias ou alegorias fossem mais apropriados a passar ensinamentos, visto que sua leitura era mais agradável e acessível. A antiga e constante divulgação de fabulários, bestiários, parábolas e *exempla* a comprova.

¹²⁶MATTOSO, José (dir.). “Literatura” in: *História de Portugal vol. II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 541.

¹²⁷SPINA, Sigismundo. “Segunda Época Medieval (1434-1527)” in: *Presença da Literatura Portuguesa I: Era Medieval*. DIFEL: São Paulo, 1969, p. 78.

¹²⁸HUIZINGA, Johan. “El Símbolo Medieval” in: *Una historia simbólica de la Edad Media occidental*. Buenos Aires: Katz, 2006, p. 24.

As características desta literatura vieram ao encontro do fundo moralista que os monarcas avisinos deram a seus reinados, atribuindo-se não apenas o dever de educar física e espiritualmente os nobres, mas também de expor uma apologia da ordem político-social vigente¹²⁹.

Entretanto, os príncipes avisinos souberam valorizar outros meios de aprendizagem de seus ensinamentos práticos e morais. Além das histórias e alegorias, passaram a usar a experiência e a reflexão pragmática para chegar ao conhecimento. Ao mesmo tempo em que freqüentavam guerras e caçadas, também se mantinham em reuniões onde se “jogava” a política, transformando todas estas atividades em material para livros, tratados, cartas e conselhos.

Assim vemos surgir um conjunto de textos chamados de Prosa Moralística da Dinastia de Avis que engloba livros como o *Leal Conselheiro*, a *Virtuosa Benfeitoria*, o *Livro dos Ofícios*, *O Livro de Montaria e A Arte de Bem Cavalgar Toda Sela* entre outros¹³⁰.

Algumas dessas obras, como as duas primeiras citadas acima, tinham caráter moralístico explícito, mas outras surgiram trazendo ensinamentos semelhantes, com uma tendência implícita, e foi o caso, por exemplo, da análise feita por Paulo Accorsi sobre crônicas de Fernão Lopes que, utilizando seu caráter narrativo e com o objetivo direto de contar as memórias do reino português, apresenta os personagens principais de forma a exaltar suas virtudes, e com isso passar aos leitores o que é ser um bom ou um mau português, além de legitimar a dinastia pela identidade portuguesa que reunia o amor à pátria, ao Rei e a Deus¹³¹.

A Península Ibérica tornou-se um local privilegiado para desenvolvimento desta literatura visto que uniu a tradição germânica à árabe. *A priori* apareceram as traduções, e logo depois, no século XIV, as obras em língua vulgar. Em Portugal, predominam a tradução e a compilação. Dentre estas obras, também são de grande precedência as obras de cetraria, principalmente aquelas produzidas nas cortes da dinastia borgonhesa.

¹²⁹SERRÃO, Joel. “Literatura Portuguesa” in: *Dicionário de Historia de Portugal*, vol. IV. Livraria Figueirinhas: Porto, 1992, p. 34.

¹³⁰MATTOSO, José (dir.). “Literatura” in: *História de Portugal vol. II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 542.

¹³¹ACCORSI, Paulo. “A Narrativa Civilizatória” in: *Do azambujeiro bravo à mansa oliveira portuguesa: Prosa civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*, UFF, Niterói, 1997, p. 121.

Esta modalidade de caça com falcões, por ser menos violenta, estava bem mais de acordo com o ambiente das cortes em que floresceu a lírica trovadoresca. A montaria, ao contrário, por seu caráter viril e bélico era uma atividade exclusivo dos homens. Será o preferido da dinastia de Avis, conforme atesta a lista de livros ‘em lingoagem’ que compunham a biblioteca de D. Duarte¹³².

Assim, é envolvido nesse quadro que situo as obras *Livro da Montaria e Arte de Bem Cavalgar Toda Sela*, respectivamente escritas por D. João I e D. Duarte. Ambos os textos são tratados sobre jogos bastante apreciados pelos cavaleiros da época. Jogos estes, como a caça, os torneios e a falcoaria, já bem enraizados na cultura cavaleiresca, como necessários à preparação do cavaleiro para a guerra, além de entretenimento da nobreza nos períodos de ócio e tempos de paz¹³³.

Não que esta característica tivesse perdido importância, pois o próprio D. João I nomeia o segundo capítulo da primeira parte de sua obra:

*“em que se prossegue o começado, e se mostra que jogos som bõos para guardar o feito das armas, que nom se perca, e quaes som aquelles que os hoeems de armas deve saber, e outrosi pera recrear o entender”*¹³⁴

Assim como D. Duarte reclama também em seu livro das “manhas” que no seu tempo haviam decaído do uso dos nobres e que era necessário fortalecê-las¹³⁵.

No entanto, as práticas destes jogos parecem ter ido bem mais além do que os objetivos puramente bélicos do período feudal anterior. Os príncipes de Avis cada vez mais se preocupam com os problemas morais, seja da caça e das demais atividades físicas, as quais tentavam equilibrar com as letras¹³⁶.

As duas obras ligam-se assim, a uma série de tratados técnicos e didáticos originalmente portugueses que os precederam, *O Livro de Falcoaria* de Pêro Menino,

¹³² MONGELLI, Lênia Márcia (coord.), “Disciplinando o Corpo” in: *A Literatura Doutrinária na Corte de Avis*; São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 165.

¹³³ PASTOUREAU, Michel. “Alguns nobres *déduits*” in: *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.134.

¹³⁴ JOÃO I, D. “Livro da Montaria” in: *Obras dos Príncipes de Avis*, Porto: Lello & Irmão Editores, 1981, p. 11.

¹³⁵ PIMPÃO, Álvares Júlio C. “A literatura apologética, ascética e moral: As obras dos príncipes de Avis; Obras Anônimas” in: *História da Literatura Portuguesa, vol I (séc. XII a XV)*. Coimbra: Edições Quadrante Ltda, 1947, p. 231.

¹³⁶ PIMPÃO, Álvares Júlio C. “A Educação do Príncipe” in: idem, p. 55.

falcoeiro do rei D. Fernando, *O Livro de Alveitaria* de mestre Giraldo, físico de D. Dinis, e um *Livro de Cetraria*, de autoria desconhecida.

O *Livro de Montaria* fora escrito por D. João I numa tentativa de restaurar a prática do jogo de andar ao monte e caçar, cuja importância se devia a seu grande proveito, ao contrário de uma gama de jogos inúteis que eram valorizados antes de seu reinado.

O caráter natural deste saber pragmático que lhe pertence, transforma o monarca numa autoridade incontestável para discorrer sobre esta manha, mas sempre se apoiando na sabedoria dos “antigos” e na experiência dos bons e grandes monteiros de seu tempo. Revela-se também perfeito conhecedor da teoria “alma sã em corpo sã”¹³⁷, e expressa toda sua experiência sensorial adquirida pelo contato com as charnecas, os prados e as coutadas.

No conteúdo da obra, percebe-se o proveito militar deste lazer, medido por sua aproximação com situações reais de guerra; o compromisso do lazer com a política, por este jogo fornecer descanso mental e auxiliar no equilíbrio entre tarefas governativas e os tempos de folga; além dos estreitos vínculos com a dignidade da realeza, e as distinções necessárias à nobreza.

Assumindo uma postura de rei-tutor, D. João I não se contenta apenas em fazer elogios aos benefícios da arte da montaria, comparado a outros jogos. Também repreende os destinatários do discurso, ou seja, a nobreza, pelo desprezo que até então mantinham por esta manha.

A intervenção pedagógica de D. João I se realiza justamente neste sentido de reformar o comportamento uma nova nobreza recentemente chegada ao poder, pouco familiarizada com certo número de valores. Trazendo em sua obra uma série de códigos cortesãos, estreitamente ligados aos de vassalagem, o primeiro monarca avisino demonstra que as práticas recreativas se ligam intimamente à intenção de educar.

Parece que D. João conheceu o *Libro de la Montería*, mandado fazer antes por Alfonso XI, mas o monarca português não reproduz o texto do rei de Castela. Em sua obra, por exemplo, não há uma parte que trate das feridas e terapêutica dos cães, bem

¹³⁷ MATTOSO, José. “Prosa Moralística e Técnica” in: *História de Portugal vol. 2*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 542.

como não consta o foro dos direitos dos monteiros nem a descrição dos montes onde abunda a caça¹³⁸.

O *Livro de Montaria* permite também enxergar em D. João I um gosto assíduo pelas mais variadas formas de *folgança*, incluindo a luta corpo a corpo, a dança, o jogo da péla, a música e o xadrez, mostrando-se bem mais aberto que D. Duarte no que cabe às distrações.

E por fim, a obra nos apresenta um autor com profundo conhecimento de textos dos padres e teóricos da Igreja, de astrônomos clássicos e medievais, de autores castelhanos, entre outras¹³⁹.

Já a *Arte de Bem cavalgar Toda Sela*, também chamado de *Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* fora escrito por D. Duarte num objetivo de reunir em um só tratado todos os ensinamentos orais dispersos sobre a arte da equitação. O monarca consegue diferenciar três categorias de destinatários: senhores, cavaleiros e escudeiros, ou seja, os que aprendiam pela primeira vez, os que esqueceram algo, e os que cometiam erros.

Trata-se de uma revalorização da arte de montar a cavalo, que segundo D. Duarte exigiria investimento tanto físico quanto mental. Por isso, o monarca traz à tona toda uma tradição erudita que fundamenta seu projeto didático, que enxerga na experiência o grande manancial de saber. O desenvolvimento deste saber consiste justamente no processo de ensino-aprendizagem em que se pretende investir.

Evoca-se a escrita como vantajosa a esta prática, embora exista a consciência de que se pode apreender a manha sem livro. Mais do que isto, devido a natureza pragmática do projeto e do texto, o verdadeiro aprendizado é visto através do contínuo exercício e não apenas via leitura. A obra ainda trata de uma série de elementos relevantes ao aprendizado como aptidões naturais, recursos materiais, temas psicológicos como a vontade, o esforço, o medo, além de ressaltar questões estéticas como a postura.

As transformações que esta sociedade produziu em sua própria visão de mundo afetou também as atividades da nobreza dando-lhes uma forte dimensão espiritual e moralística.

¹³⁸ MONGELLI, Lênia Márcia (coord.), “Disciplinando o Corpo” in: *A Literatura Doutrinária na Corte de Avis*; São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 166-167.

¹³⁹ SERRÃO, Joel. “D. João I” in: *Dicionário de História de Portugal*, vol. II. Livraria Figueirinhas: porto, 1992, p. 387.

Esta veio a afetar o próprio ideal cavaleiresco, que passou a ser relido segundo os interesses da realeza, a fim de espiritualizar suas experiências físicas da nobreza através de um código de disciplina moral¹⁴⁰.

D. João I se mostrava um autêntico teórico da relação entre “corpo são e mente sã”, teoria resgatada da antiguidade, a qual tinha grande consideração, visto que, na educação dos jovens nobres alertava para a união que deve existir entre a arte corporal e a espiritual¹⁴¹.

É possível ver nas duas obras citadas uma série de passagens e capítulos que trazem implicitamente códigos de postura e comportamento, além de virtudes que devem ser cultivadas nesta sociedade próxima ao rei que é a corte.

Na *Arte de Bem Cavalgar Toda Sela*, por exemplo, encontramos capítulos exaltando a capacidade de ser forte ou de não ter receio, e o adestramento da besta muitas vezes nos parece uma analogia com o adestramento do próprio corpo. Já no *Livro da Montaria*, além de uma série de passagens em que o ensinar e tratar com os animais é privilegiado, também traz lições ao próprio homem, temos um capítulo

*“que mostra, em que guisa podem os rreys correr em monte, que seia pecado, e que nom seia pecado, nem mercee, e que o pode correr em tal que faça em no correr obra meritória”*¹⁴².

O fato é que o Paço constituiu-se no local onde o exercício do poder régio realizou uma produção de sentido voltado para o controle não só moral, mas também político desta nobreza que se formava a seu redor.

E a corte se consolidou como ambiente de recepção e circulação dos discursos de domesticação da nobreza, ou seja, do próprio ato civilizatório. Parte deste controle era voltado para o policiamento da violência, tão característico desta sociedade nos períodos anteriores, e isso se fez em grande parte com o controle de seu tempo, do ócio

¹⁴⁰PIMPÃO, Álvares Júlio C. “O Espírito Medieval” in: *História da Literatura Portuguesa, vol I (séc. XII a XV)*, Coimbra: Edições Quadrante Ltda, 1947, p.48.

¹⁴¹LAPA, Rodrigues. “D. Duarte e a Prosa Didáctica” in: *Lições de Literatura Portuguesa. Época Medieval*. Coimbra: Coimbra Editora, 1964, p. 316.

¹⁴²JOÃO I, D. “Livro da Montaria” in: *Obras dos Príncipes de Avis*. Porto: Lello &Irmão Editores, 1981, p. 24.

a que estava submetida, em contraste ao controle exercido na terceira ordem através do trabalho¹⁴³.

Desta forma, e como já analisou Huizinga em *O Declínio da Idade Média*¹⁴⁴, os jogos, que já se ocupavam antes desta Dinastia na transposição das tensões pessoais, se tornaram um instrumento valioso para a educação dos cortesãos, e se transformaram em algo mais que uma atividade de caráter puramente físico.

Educação esta, caracterizada por um avanço na “civilidade” dos nobres, que foi acompanhada de perto por uma série de avanços que esta sociedade assistiu. Um deles foi o próprio avanço das táticas militares que transformaram a guerra em confrontos mais estratégicos e menos brutais. Outro de igual importância é representada pelo avanço das técnicas agropecuárias, e mesmo da domesticação dos animais, que permitiu aos homens do baixo-medieval maior domínio sobre a natureza.

E assim, a literária técnica da Dinastia de Avis, influenciada por um moralismo subjacente a um poder que em seu processo de legitimação criou novos valores, pode ser apresentada com a função de verdadeiro código de conduta na corte.

¹⁴³ Pesquisa atualmente desenvolvida pela Profa. Dra. Vânia Leite Fróes sobre *Livros de Horas* Medievais.

¹⁴⁴ HUIZINGA, Johan. *O Declínio da Idade Média: um estudo das formas de vida, pensamento e arte em França e nos Países Baixos nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Ulisséia, 1924.

Capítulo III – Folgança e Ensino:

3.1 As atividades lúdicas na Idade Média:

Para todo este mundo medieval, regido por relações vassálicas e de servidão, existia um tempo reservado à *folgança*, e até mesmo para os desfavorecidos. As festas e os jogos possuíam papel de relevância nesta sociedade medieval, que convivia de perto com as amarguras da peste, da fome e das guerras. Geralmente estavam reservados aos primeiros momentos da tarde e a parte da noite, em quase todos os dias, e sempre relacionado ao repouso dominical obrigatório a cada semana. O período destinado aos jogos também acompanhava o de algumas cerimônias que incluíam folguedos coletivos, misturando todo o tipo de gente¹⁴⁵.

A população que jogava, geralmente jovem e masculina, era recrutada em todas as classes sociais, desenrolando-se obviamente dentro de uma mesma classe. Alguns deles eram comuns a todas as categorias, outros eram exclusivos da aristocracia. Jean-Michel Mehl, estudando os jogos na Idade Média, percebeu que o termo latino *ludus* era polissêmico e se aplicava a todas as formas de diversões, sejam peças teatrais, jogos de azar, intelectuais, ou “esportivos”. E alerta que uma boa análise deste tema, não leva em conta apenas os dispositivos materiais que se utiliza para jogar e o corpo de regras que os orienta. Há que se levar em conta também todo o conjunto de gestos que acompanham os jogadores, e que de fato é o que lança luz sobre quem os utiliza e com que objetivos¹⁴⁶.

Dentre as atividades ao ar livre encontram-se os passeios, realizados por todos como saudação à chegada da primavera, impulsionados pela fruição dos sentidos e o contato com a natureza. Dos jogos realizados com bolas destacavam-se o jogo de bilhar, onde, com uma bola, tentava-se acertar a dos outros jogadores; a *soule*, com uma variante que se assemelhava ao futebol, e outra em que se utilizava um bastão para lançar a bola; e o *jeu de paume*, nome derivado do formato da mão usado para se lançar a bola. Os senhores apreciavam muito a *quintaine*, que consistia num busto cravado no

¹⁴⁵ PASTOUREAU, Michel. “Alguns nobres ‘*déduits*’”, in: *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 133.

¹⁴⁶ MEHL, Jean-Michel. “Jogo” in: SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002. Volume I, p. 25.

chão, mas que girava em torno de si, de forma que o cavaleiro tinha de acertá-lo o mais rápido possível para que o busto não lhe batesse nas costas¹⁴⁷.

Devido ao mau tempo, ou outra série de fatores, o homem medieval, preso em sua moradia, não se via destituído de distrações, mas estes jogos dependiam mais de sorte ou de reflexão do que destreza. Os dados eram os mais populares, sendo substituídos em preferência pelas cartas no final da Idade Média. Tem-se notícia ainda da *tables*, com regras muito parecidas com o gamão, e a *marelle*, cujo objetivo era alinhar três peões sobre uma figura formada por linhas perpendiculares e oblíquas. Mas o xadrez era o jogo de salão preferido pela aristocracia, de difícil aprendizado, e consistindo em objeto de luxo. Seus movimentos eram semelhantes aos de hoje em dia, e seu caráter de desempenho de funções intelectuais, formação do raciocínio e análise de situações elevaram-no, por seu sentido educativo, a um nível superior ao dos jogos de azar, normalmente condenados como diabólicos¹⁴⁸.

À parte de todas estas atividades tão apreciadas pelos homens da Idade Média vê-se a excelência, no seio da aristocracia, de três delas: as justas, os torneios e a caça. As justas e os torneios eram atividades que estavam mais diretamente relacionadas com a guerra, onde os verdadeiros confrontos geralmente eram raros. Os competidores constituíam-se de cavaleiros solteiros e sem terras, em grande parte jovens recém-ordenados. Agrupados em bandos turbulentos, e encabeçados por um filho de príncipe ou grande senhor, faziam de suas vidas uma busca por aventuras e por um bom casamento que estabilizasse sua posição social¹⁴⁹.

Nas justas do século XIV, os participantes encontravam-se em locais convenientes, alinhando-se em dois lados com mesmo número de pessoas, precipitando-se uns contra os outros. Revezavam entre os lados os papéis de fugitivos e perseguidores, estando destinadas sempre a participantes montados e munidos de armas cavaleirescas.

Os torneios não pararam de crescer desde o início do século XII. Aparentemente de origem germânica era, basicamente, um esporte de equipe que opunha duas tropas de combatentes, uma a pé e outra a cavalo, não deixando por isso de ser uma atividade

¹⁴⁷VERDON, JEAN. “Les Distractions” in: *Le plaisir au Moyen Âge*. Paris: Éditions Perrin, 1999.

¹⁴⁸PASTOUREAU, Michel. “Alguns nobres ‘dédruits’”, in: *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp.140-141.

¹⁴⁹Idem, pp. 134-135.

perigosa, mesmo se considerado uma simulação de batalha. Pelo contrário, tratava-se de um jogo bem perigoso, comprovado pelo número de ferimentos e mortes que deles saíam. E de fato, a utilização de armamentos “corteses” só se impôs na segunda metade do século XIII, substituindo outros que em nada diferiam dos usados nas verdadeiras guerras.

Nas regiões onde a *Paz de Deus* exercia o controle da violência, esta atividade parece ter sido a forma favorita dos cavaleiros extravasarem sua agressividade e escaparem da rotina do castelo. E a Igreja continuou a condenar estes encontros, juntamente com os jogos de azar, como desperdício das forças da cavalaria que deveria ser canalizada para a defesa da Terra Santa. Tendo em vista a tolerância, senão uma verdadeira paixão, por parte da maior parte dos soberanos a respeito desta atividade, estas proibições não surtiram grande efeito. Isto em grande parte devido ao fato de que o caráter festivo que compõe estes encontros permite não confundi-los com as guerras. Os torneios eram uma festa que atraía multidões, pessoas de todas as categorias sociais, e uma gama de profissionais, pois a festa também era uma feira. Com exceção do período da Quaresma, organizavam-se a cada quinze dias, com semanas de antecedência e eximia preparação que ia desde o envio de mensageiros para anunciar o evento até o preparo de mantimentos e alojamento para os participantes¹⁵⁰.

A organização advinha também do fato de que os torneios eram uma atividade que envolvia muito dinheiro. Era o meio mais seguro para o cavaleiro conquistar fama e fortuna. O resgate exigido pela captura do adversário, junto com suas armas, arreios e cavalo, era uma demonstração disso. E verdadeiros profissionais se especializaram nestes encontros, alugando seus serviços ao grupo de competidores que melhor pagasse.

Quanto à caça, era praticada em todas as estações, pois o gosto aristocrático por tal atividade era tamanho que não hesitavam em enfrentar todo tipo de intempéries e perigos. A caça era vista sob um duplo aspecto de paixão e necessidade, esta última justificada pelo papel de preencher a mesa senhorial com os mantimentos necessários a sua alimentação carnívora. Entretanto nem sempre visava a procura de carne, às vezes tendo por fim, a eliminação de animais ferozes e daninhos como raposas, ursos e lobos. É justamente quando sai deste âmbito de atividade de subsistência, que a caça começa a

¹⁵⁰Idem, pp.136.

apresentar seu aspecto lúdico, que é a característica privilegiada neste estudo¹⁵¹. E cada vez mais esta atividade que em outros tempos foi uma das bases da economia rural, complementando a agricultura e a pecuária, vai se transformando em uma festividade ou ritual, símbolo da proclamação do domínio do homem sobre a natureza¹⁵².

Estritamente regulamentada e reservada aos proprietários de feudos, seu caráter fundamental era de atividade bipartida, tanto com cães quanto com aves. A caça com cães visava abater cervos e javalis, sendo o uso de armadilhas permitido apenas para animais nocivos como os lobos. A caça no território português consistia especificamente em abater porcos monteses prioritariamente, algumas vezes ursos. Isto se comprova pelo índice de capítulos, onde os ensinamentos sobre as formas de abater a caça se destinam exclusivamente aos porcos, e também pela passagem: “E este jogo de andar ao monte de ursos ou de porcos compreende e repara todas as coisas ...¹⁵³”.

Os caçadores deslocavam-se a cavalo, em uma zona de atuação extremamente limitada, com equipamento leve destinado a protegê-los. A caça com aves por sua vez era estática e realizada em área aberta, e permitida também às mulheres. Esta logo se tornou um dos passatempos favoritos da aristocracia, identificada com a educação cortesã devido ao refinamento de sua ciência. O prazer por estas atividades resultou na proliferação de manuais a partir do século XII, em que constava o adestramento dos animais, cura de ferimentos e etc¹⁵⁴.

O fato é que em todas as três atividades citadas (justas, torneios e caça) apresenta-se uma condição *sine qua non* para sua boa realização: a arte de bem cavalgar. Habilidade fundamental também ao cumprimento das funções bélicas do cavaleiro. E para bem aprendê-la deveria o pretendente a bom cavaleiro dispor boa parte de seu tempo em atividades que lhe pudessem ensinar as manhas da equitação.

Os príncipes de Avis demonstram explicitamente sua preocupação com o uso dos jogos como instrumento lúdico. A paixão pelos jogos vinha da sua capacidade de levar à *folgança*, ao entretenimento nas horas vagas entre as pesadas tarefas. Tanto que

¹⁵¹Idem, pp. 137-138.

¹⁵²MATTOSO, José. “A caça no Soajo” in: *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 205.

¹⁵³D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 16.

¹⁵⁴GUERRAU, Alain. “Caça” in: SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002. Volume I, pp. 139-144.

o apreço maior a determinados jogos, como caça e equitação, eram proporcionais a quantas formas de *proveito* e *folgança* fossem capazes de proporcionar.

*“... por o grande proveito e folgança que dellas muytas vezes percalçom e filham os que dellas sabem husar ...”*¹⁵⁵.

*“Folgança da razom muyta devem daver os que nesta manha forem avantejados ...”*¹⁵⁶.

*“E ainda geeralmente he em conhecymto que as boas e ledas bestas alegam muyto os corações dos que andam em ellas, se as bem razoadamente cavalgar. E assy concludindo o que primeiramente disse: quem vyr estes bees suso dictos e folgança que se desta manha segue, e os outros muytos que mais largamente poderóm dizer se tal for que lhe perteença, bem tem razom de a muyto desejar”*¹⁵⁷.

*“nós vos dissemos que o entendimento cansava em ver muitas coisas ligeiras de passar com prazer; ora vede se o ver, que é o mais principal sentido, porque o entender filha com ele mais prazer (...) ca muito formosa vista é quando o homem vê quem se bem traz”*¹⁵⁸.

D. Duarte deixa bem claro a prioridade que considera a equitação possuir em relação a outras atividades. E D. João I, no *Livro de Montaria* exalta da mesma forma a grandeza da caça diante dos demais jogos. A preponderância destas manhas sobre as demais atividades se fundamenta, inclusive, por estas levarem melhor do que muitas à boa *folgança*, que sempre é proveitosa, pois recreia os sentidos e auxiliam no uso das armas:

*“...conhecendo que a manha de seer boo cavalgador he hua das principaaes que os senhores cavalleiros e scudeiros devem aver,...”*¹⁵⁹.

“E este jogo de andar ao monte de ursos ou de porcos compreende e repara todas as coisas, para que todos os

¹⁵⁵DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem cavalgar Toda Sela*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1986, p. 8

¹⁵⁶Idem, p. 8-9.

¹⁵⁷Idem, p. 9.

¹⁵⁸D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 16.

¹⁵⁹D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem cavalgar Toda Sela*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1986, p.1.

jogos foram alevantados, também a recrear o entender, como o feito das armas, ca ele juntamente dá folgança e recreamento a todos os sentidos, pelas coisas que se em eles fazem; e outrossim aos que dele bem usam, lhes guarda que não percam o uso das armas, ca o que cada um dos jogos faz apartadamente por si, o jogo da montaria o faz juntamente”¹⁶⁰.

Não que estes reis desmereçam o valor de outras manhas, pelo contrário, admitem que elas têm valor em alegrar e trazer vantagem aos homens. No entanto, na hierarquia dos desportos, é difícil superar a gama de proveitos da equitação e da caça:

“...por que vemos que todollos que fazem melhoria em algumas de pouco proveito, assy como lançar barra, e saltar a pees juntos, e outras semelhantes, folgam de os louvarem que sobre outros som avantejados. E sse estes naturalmente de tal louvor se allegrom, que farom os que esta [equitação] sabem davantagem, que antre as outras he tam estremada pêra os que perteece”¹⁶¹

“...se mostra como o jogo de andar ao monte é melhor que todos os outros jogos para recrear o entender e também corrigir o feito das armas, mais que todos os outros que para isso foram alevantados”¹⁶².

O prazer que o jogo de montaria pode proporcionar é levado tão em conta pelos monteiros, que muitas de suas técnicas não visam apenas o exercício seguro e bem feito, mas de forma que também leve ao prazer.

“Ainda acontece em no monte muitas vezes, quando os senhores andam a filhar prazer eneste jogo da montaria, que fazem pôr seus cães ao porco, que se aquele porco a que assim são postos os cães é grande, assim como todos os monteiros tem de uso fazer ...”¹⁶³.

Como já mencionado, o valor destas manhas não está apenas no seu caráter de puro entretenimento, mas também em sua habilidade de *folgar o entender*. Isto mostra que para os medievais havia uma relação íntima entre o tempo do ócio e o exercício da

¹⁶⁰D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 16.

¹⁶¹D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem cavalgar Toda Sela*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1986, pp. 8-9.

¹⁶²D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 16.

¹⁶³Idem, p. 115.

capacidade de compreender as coisas, ou seja à *ensinança*. Pois os jogos distraem momentaneamente o entendimento, libertando-o da prisão que as grandes coisas lhe impõem, e evitando assim um cansaço permanente do entender.

“E vendo os antigos em como o entendimento assim cansava, por regerem melhor e por este cansaço, que de força lhes havia de vir, pois que em tantas coisas se haviam de ocupar, cataram em como o reparassem e viram como todas as coisas se curam por seu contrario; assim como o que corre muito não pode reparar aquele cansaço que recebe de correr muito, senão em ser ou jazer, assim o entender e a vontade estando em determinar as grandes coisas, em que quando assim estão, sempre se têm como presas, ca o entendimento sempre se tem por preso estando nas grandes coisas e nunca folga senão quando vê coisas ligeiras e que sejam de passar com prazer”¹⁶⁴.

“E porém assacaram os antigos, jogos que conviessem a estas duas coisas: a recrear o entender e outrossim que o uso das armas não se perdesse”¹⁶⁵.

D. João I foi muito perspicaz ao perceber que tanto o deleite proporcionado pelos jogos, quanto seu auxílio em folgar o entendimento, estavam intimamente relacionados com a fruição dos sentidos.

“Assim mesmo, se o entender cansa pelo ouvir, ouvindo coisas que o anojam, este jogo o esforça, pelas muito saborosas coisas de ouvir, que neste jogo são feitas; ca muito formosas coisas são de ouvir quando os monteiros tangem rasto e depois em ouvir quando os cães vão a achar a vozes e acham e já quando todos correm ensembra”¹⁶⁶.

“Ainda aí há muitas outras coisas em que se pode o entender em as ver não menos deleitar, que nisto que dito havemos; ca ver homem como vão os moços pôr os cães quando muitos são, não duvideis que não é muito formosa vista, já em ver quando o urso sai por alguma travessa do

¹⁶⁴Idem, p. 12.

¹⁶⁵Idem, p. 13.

¹⁶⁶Idem, p. 17.

monte e os sabujos vêm todos juntos com ele e de quando em quando o vão filhando”¹⁶⁷.

“E quanto ao cheirar, quando homem vai por alguns prados e por sob algumas árvores que cheirem bem, alguma coisa de bem podem fazer ao entender de folgança por este sentido. Ora, para recrear o entendimento, vós vedes que de todos os jogos não parece nenhum tão perfeito como este; e o porque, nenhum dos jogos não corrige assim todos os sentidos em geral para corrigir o entender do seu enfadamento, que recebe pelas coisas nojasas que lhe são demonstradas pelos sentidos, como este jogo de andar ao monte”¹⁶⁸.

O sabor proporcionado por estas atividades não vem apenas por seu exercício, mas também pelas visões que proporcionam, seja dos cães bem correrem, ou dos moços. O prazer não é destinado apenas aos senhores, mas a todos que freqüentarem o monte, por exemplo, o que demonstra a capacidade dos jogos de alegrar a todos, aos que participam e aos que observam. Até porque, tal prazer está muito ligado ao sentido da visão, e conseqüentemente, à estética e à formosura.

“ca achando os cães aquele porco e correndo com eles, far-se-ia nisso mais formosa montaria ; e os que no monte estivessem, ora fosse senhor ou outras gentes, ou também nas armadas, haveriam aquele sabor que os monteiros têm, quando os cães com os porcos bem correm”¹⁶⁹.

“Mas posto que aos outros capítulos fosse tangido, assim como dito é, os moços que trouxeram os cães e forem ao monte, não devem ir espalhados, mas todos juntos e isto por duas coisas (...), a segunda por parecerem bem, pois crede que uma das boas vistas que se no monte pode fazer, é quando os moços são muitos e bem apostados para tal ofício e os cães são formosos”¹⁷⁰.

E mais, D. Duarte manifesta que o próprio ato de escrita do tratado, fora realizado em seu período de *folgança*. Isto implica numa relação entre os jogos e o

¹⁶⁷Idem, p. 17.

¹⁶⁸Idem, p. 18.

¹⁶⁹Idem, p. 116.

¹⁷⁰Idem, p. 109.

prazer que vai além do exercício das atividades. Ou seja, discorrer sobre a manha era tão importante e prazeroso quanto praticá-la:

“Segundo he mandado que todallas cousas façamos, ajudando aquel dito que de fazer livros nom he fim, por algun meu spaço e folgança, ...”¹⁷¹.

“... achey por boo e proveitoso remédio algumas vezes pensar e de mynha mão screver em esto por requirimento da voontade e folgança que em ello sento”¹⁷².

Obviamente a relação que a Igreja mantinha com o prazer levava este muito perto do pecado, o que causava receio aos homens da época. Por isso, precisavam legitimar esta *folgança*, enquanto proveitosa, via apoio em comentários positivos dos Santos Padres.

“Já quando o urso sai por alguma armada, então é tão formosa coisa de ver, que aqueles homens que o vêem não podem ser tão pouco monteiros que não sejam em tal folgança, que todas as coisas que houvessem de fazer, que lhe não esquecessem, ca, em dizer verdade, esta vista é tão saborosa em ver, que comparada é com a vista da gloria de Deus. E não nos hajam por mal em dizer isto, ca este dizer é comparação que muitas vezes fizeram os Santos Padres, pondo em comparação as pequenas coisas com grandes e as grandes com pequenas”¹⁷³.

Tal preocupação refletiu em ressalvas feitas pelos príncipes quanto à prática destas atividades. As vantagens e desenfado da caça são bem enfatizadas e estimuladas, mas demarcada-se que não se exagere nestas atividades, guardando os devidos tempos de seu exercício, e não deixando de lado outros deveres. Afinal, todo excesso se predispõe ao pecado.

“Ainda mais cuidam alguns reis ou príncipes, ou outros senhores, que é grande vantagem de matarem muitos porcos, ou veados; e por esta coisa se desordenam em tal guisa que uma e duas e três vezes vão ao monte, não

¹⁷¹D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem cavalgar Toda Sela*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1986, p.1.

¹⁷²Idem, p.3.

¹⁷³D. João I, *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 17

guardando o tempo que seja quente ou chuvoso, nem perto, nem quentura, nem frio, nem trabalho dos seus; e esta coisa devem os reis, príncipes, e senhores muito de guardar que o não façam, ca sabido é que onde há infinda extremidade, toda é mal e erro de bem fazer”¹⁷⁴.

“Acontece ainda algumas vezes aos senhores de estarem assossegados em seus desembargos e depois, quando lhes vem à mão com razão os poderem deixar, dizendo: vamos desenfadar em andar ao monte; e depois quando assim vão ao monte, não aguardam tempo, assim como dito é, e depois ainda mais começam-se a soltar em jogos em tal modo, que se recorre em eles grande dissolução; ca são tão maus e tão astrosos, que aqueles que sisudos são, ainda que o riam, sempre os tem por mal feitos”¹⁷⁵.

Mais do que isso, também não negligenciam os perigos que podem ocorrer na prática destas atividades. O fato de serem jogos, não significa que não eram levadas a sério, e que não incorriam em riscos reais e fatais. Sempre meticolosos e precavidos, D. Duarte e D. João I se preocupam em ensinar os meios para evitar qualquer desastre.

“Em aquesta séitema parte, da maneira como dos perigoos e cajões que per myngua de bem saber cavalgar e avisarsse [acontecem] [a]os que de Cavallo muyto(s) cajoam, entendo screver aqueles avisamentos que me boos parecem, pêra de gram parte delles seerem guardados”¹⁷⁶.

“Nas que bem nom vee, mal enfreadas e muyto avisadas, nos lugares spessos darvores, desteiros, de barrocas, algares, morouços de pedras, e de trovões se devem mais guardar, por que nas semelhantes de taaes perigoos se nom p[o]dem bem arredar”¹⁷⁷.

Entretanto, a função dos jogos medievais ultrapassava esta característica de diversões e mecanismos de controle dos períodos de ócio. Não se deve negligenciar a visão do rei a respeito do caráter pedagógico destas, até porque, em seu tratado lazer e educação são coisas que não parecem estar dissociadas.

¹⁷⁴Idem, p. 151.

¹⁷⁵Idem, p. 151

¹⁷⁶D. Duarte, *Livro da Ensinança de Bem cavalgar Toda Sela*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1986, p. 134.

¹⁷⁷Idem, p. 137

3.2 Formas de apreensão do conhecimento na Idade Média:

No que diz respeito à concepção do saber na sociedade medieval, Maravall¹⁷⁸ destaca prevalecer uma visão de certo modo estática, ou seja, seguindo uma geral tendência à repetição de modelos e normas conservados de tempos atrás. Nesta sociedade tradicional, agrária e condicionada por possibilidades naturais, em que tudo permanecia dentro de seus limites, a ciência medieval mantinha, na maior parte das vezes, a atitude de conservar e transmitir o saber. Assim, a metodologia do conhecimento neste período consistia basicamente em administrar cientificamente um manancial de verdades estáveis e já conhecidas.

Para o homem grego, o sábio era o possuidor desta suma de saber que corresponde à ordem fixa e terminada do cosmos. O saber, como o universo mesmo, consiste em uma totalidade fixa que, em princípio, pode ser alcançada. E o homem medieval pareceu corresponder mais a essa visão acabada e completa do sábio, cuja tarefa intelectual era copiar e colecionar para depois transmitir, e do saber, que não se cria nem aumenta. É sempre freqüente a idéia de que se deve usar, provar, e exercitar o saber que se recebe, sem admitir que novas conquistas intelectuais poderiam ser recebidas.

Apesar dos grandes espíritos profundos e originais no campo do conhecimento medieval como Roger Bacon, Thomas de Aquino e Raimundo Lúlio, a maior parte dos sábios, homens da ciência e filósofos, e, por conseguinte toda a Idade Média, têm incorporado sem muita discussão, revisão, e espírito crítico, por quase um milênio, uma concepção de mundo e de natureza proveniente da herança da Antiguidade.

Segundo Delort, uma análise lógica parece colocar os desafios de se apreender e dominar o tempo e o espaço, dentro desta carência de uniformização da técnica e da ciência, que os medievais durante muito tempo possuíram. Observa-se, por exemplo, uma desordem e falta de precisão total na medida do espaço medieval. Cada *villa* tinha seu próprio sistema de medidas, geralmente derivado dos romanos, mas diferente em tipo e talhe dos seus vizinhos. Nota-se somente a partir do século XIII um aperfeiçoamento no manuseio dos algarismos e um progresso no espírito de exatidão,

¹⁷⁸MARAVALL, José Antônio. “La concepción del saber em uma sociedad tradicional” in: *Estudios del Pensamiento Español*. Cultura Hispânica: Madrid, 1983, pp. 203-205.

entre matemáticos e mercadores, mas a grande massa permaneceu ainda conhecendo e administrando mal o espaço¹⁷⁹.

O mesmo procedia em relação ao tempo, sendo percebido pelos medievais, ainda em muitas partes, como na antiguidade romana. O tempo era assim, ritmado pelo Sol, numa sucessão perfeita e imutável que pertencia a Deus. Diferenciava-se o tempo mais curto, a alternância do dia e da noite, do tempo mais longo, ou seja, do retorno cíclico das estações e dos anos. A maioria da população vivia no tempo da Igreja, ritmado pelas festas litúrgicas, que balizavam os grandes eventos astronômicos do ano, enquanto as preces (laudes, matinas, completas, etc.), anunciadas pelos sinos das igrejas, seguiam o ritmo do dia e da noite, cada qual possuindo doze horas (que eram aproximativas e irregulares). Para a noite ou os dias sem sol, convinha adotar um sistema de velas que queimavam a cada três ou quatro horas, ou ainda ampulhetas, relógios d'água, etc. Diversos sistemas coexistiam no ocidente, o que prova uma datação dos anos com pouca ou indiferente fundamentação¹⁸⁰.

Para Maravall, visto que o saber já dado, dom de Deus, não enfrentava problemas de investigação e conquistas, as maiores preocupações dos homens da época envolviam a formalização e comunicação deste saber. Daí a incessante busca de técnicas diversificadas, em especial através de livros ou viagens, que levassem à melhor apreensão desta totalidade do saber. A sabedoria, para o autor, surgiria pela absorção do saber da natureza, usando como método para captá-lo uma ordenação lógica que responde perfeitamente ao escalonamento dos seres naturais¹⁸¹.

Delort reforça esta idéia de que na Idade Média, a natureza modelava as estruturas mentais do homem profundamente com seus efeitos, afinal estava incorporada na visão global do universo em que Deus era o criador/ordenador. Neste universo em que tudo estava unido, e tudo tinha seu lugar e significado, a natureza, sensível e incompreendida, aparecia como reflexo de outra realidade, esta explicada pela religião cristã, com o auxílio de inúmeras obras dos “antigos”, e sua ciência completa, através de interpretações cheias de imagens brilhantes¹⁸².

¹⁷⁹DELORT, Robert. “Structures mentales et vie sociale”, in: *La vie au Moyen Age*. Paris: Seuil, 1982, pp. 69-70.

¹⁸⁰Idem, pp. 62-63.

¹⁸¹MARAVALL, José Antônio. “La concepción del saber em uma sociedad tradicional” in: *Estudios del Pensamiento Español*. Cultura Hispânica: Madrid, 1983, pp. 219-221.

¹⁸²DELORT, Robert. “Structures mentales et vie sociale”, in: *La vie au Moyen Age*. Paris: Seuil, 1982.

Se a natureza era a chave para o conhecimento na Idade Média, a interpretação simbólica foi, por um longo tempo, um dos meios predominantes de enxergá-la. Huizinga já havia concluído que

“A Idade Média nunca esqueceu que todas as coisas serão absurdas se o seu significado se limitar a sua função imediata e a sua fenomenalidade e se, pela sua essência, não alcançar um mundo além deste”¹⁸³.

Esta percepção converge para a absoluta Unidade, e neste sistema cada figura tinha o seu lugar, o que de fato organiza a concepção simbólica. Do ponto de vista causal ela dá um salto e descobre relações, não como um enlace de causa e efeito, mas como ligações de causa e finalidade, que são tão convincentes quanto as partes envolvidas tiverem uma qualidade comum essencial possível de ser relacionado a um valor de ordem geral¹⁸⁴.

Segundo Mário Martins, esta concepção simbolística do mundo fora preparada pela exegese da escola de Alexandria, com São Clemente e Orígenes, e alargada por Santo Ambrosio, Santo Agostinho e São Gregório Magno. Habitaram-nos eles a procurar as realidades profundas, por trás do sentido literal ou das aparências reais. Através dos lábios dos místicos, todas as criaturas constituíam as letras do grande evangelho do Universo. Os significados eram atingidos via contemplação, penetrando com um olhar para além dos sentidos e das aparências, e vendo nelas o reflexo do mundo invisível sobrenatural¹⁸⁵.

Delort reconhece pelas explicações dos fenômenos e objetos, uma íntima interdependência do macrocosmo e do microcosmo, característica essencial da mentalidade medieval. Os números são considerados por Santo Agostinho, como os pensamentos de Deus, e por isso eternos e ricos em significação, principalmente do 1 ao 12. O paraíso é representado pelas figuras que resumem o mundo: o quadrado, o círculo e a cruz. As 7 cores fundamentais são assimiladas aos planetas, porém, portando significações mais gerais, largamente difundidas, e de influência precisa nos séculos XII

¹⁸³HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média: um estudo das formas de vida, pensamento e arte em França e nos Países Baixos nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Ed. Ulisséa, 1924, p. 208.

¹⁸⁴Idem, p. 209.

¹⁸⁵MARTINS, Mário. “Simbologia das Aves e outros animais”, in: *Algorias, Símbolos e Exemplos Morais na Literatura Medieval Portuguesa*. Lisboa: Brotéria, 1975, p. 31.

e XIII, principalmente no que diz respeito às roupas e aos brasões, elementos distintivos desta sociedade. A astrologia era aceita como fundamental à realidade medieval, e a interpretação do curso dos astros tinha forte influência no destino e personalidade da população. Nesta concepção, todo fenômeno astronômico aparente devia ser levado em consideração a ser interpretado. Igualmente, bestiários e lapidários contém significações, assim como as plantas. Todo animal evoca um aspecto do homem, e a heráldica tratou de computar tais significações. Assim, tudo é suscetível de interpretação simbólica e alegórica, perpassando todas as classes¹⁸⁶.

Huizinga ainda afirmara que no fim da Idade Média o declínio deste modo de pensamento já mostrava sinais, tornando-se mecânico, “produto não de entusiasmo poético somente, mas de raciocínio sutil também”. Estas interpretações se encontravam gastas, e se a santidade dos objetos lhes conferia ainda valores espirituais, logo estes valores se estenderam às coisas profanas e materiais, manifestando assim sua decadência. Decadência que não significa que este gênero tinha perdido seu vivo significado para os homens dos séculos XIV e XV. Muito pelo contrário, a tendência continuava a demonstrar espontaneidade¹⁸⁷.

Entretanto, Mário Martins ressalta que os contemplativos não representavam todo o saber da Idade Média, menos ainda todo o saber científico, e lamenta a aceitação de místicos, filósofos, iluminadores e construtores de catedrais como expoentes únicos do conhecimento advindo da natureza. Pior ainda seria considerar a fauna pétrea das catedrais ou as iluminuras dos Livros de Horas como um compêndio de zoologia daqueles tempos. Até porque, quando se intenta estudar uma sociedade específica, Huizinga faz o seguinte alerta:

“As formas de pensamento duma época não podem apenas ser estudados nos aspectos por que se revelam nas especulações teológicas, filosóficas ou nas concepções da fé, mas também nas da sabedoria pratica e da moral corrente. Podemos mesmo afirmar que o verdadeiro caráter do espírito de uma época revela-se melhor na sua maneira de observar e exprimir as coisas

¹⁸⁶DELORT, Robert. “Structures mentales et vie sociale”, in: *La vie au Moyen Age*. Paris: Seuil, 1982, pp.83-90.

¹⁸⁷HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média: um estudo das formas de vida, pensamento e arte em França e nos países Baixos nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Ed. Ulisséia, 1924, pp. 213-214.

triviais e comuns do que nas manifestações da filosofia e da ciência”¹⁸⁸.

Mesmo porque, as altas especulações é que estavam filiadas a origens antigas, na maior parte das vezes carentes de inovações e ultrapassadas em muitos aspectos. Já com relação à vida ordinária, o espírito desta época se mostrava ingênuo e espontâneo, muito mais aberto a um acúmulo de novas experiências, ainda que convergente com as antigas. Assim, Mário Martins aponta que, para além destes representantes simbolistas, existiam os caçadores e os livros de caça para nos fazer enxergar como é demasiado exagerada a afirmação de que os homens medievais conheciam mal a natureza. De suas vidas rudes derivou, para eles, um realismo descritivo e naturalista de que só um caçador é capaz. É da experiência desses homens observadores, homens de ação e que viviam em contato com a natureza, que nasceu o tipo de literatura denominada técnica, exposta no capítulo anterior, e que tem o *Livro de Montaria* de D. João I e *A Arte de Bem Cavalgar* de D. Duarte como expoentes¹⁸⁹.

Não chegam a ser científicos, pois deles não se tiram leis gerais que regem o mundo dos seres vivos, mas são autênticos saberes de experiências dotados de observações minuciosas dos animais e seus costumes, bem como de uma extraordinária visão empírica. Neste tipo de saber, constituído de não uma, mas muitas experiências, escutamos mais a linguagem dos sentidos do que na contemplação. O espírito de observação destes homens nos atinge com uma visão mais exata e verdadeira do que num tratado de zoologia, porque aos inúmeros compêndios faltaram mil vivências de um caçador como D. João I. Conclui que os conhecimentos da natureza, na Idade Média, não deve ser procurado apenas nos contemplativos ou nos filósofos. Temos de ir ao empirismo dos homens que, levados pelo gosto lúdico da caça, se curvaram sobre a mãe terra, suas plantas e animais, aspirando o mundo pelos cinco sentidos. Encontramos aí não uma filosofia, mas uma atitude filosófica, a valorização da experiência em torno das coisas da natureza¹⁹⁰.

Concepção simbólica ou observação empírica, o fato é que a casuística afetou todos os departamentos do espírito: na moral e nas leis, na prática das cerimônias, da

¹⁸⁸Idem, p. 233.

¹⁸⁹MARTINS, Mário. “Experiência e conhecimento da natureza no Livro da Montaria”, in: *Estudos de Literatura Medieval*. Braga: Livraria da Cruz, 1956, p. 85.

¹⁹⁰Idem, pp. 86-87.

etiqueta, dos torneios, da caça, do amor e da guerra. Seu valor está na tendência de isolar cada coisa como entidade particular, fornecendo a qualquer questão uma solução ideal, revelada, por regras formais, a partir da relação do caso com as verdades eternas. É por isso que os provérbios surgem como uma função mais viva no pensamento da Idade Média, e se tornam a expressão mais geral e natural desta tendência de tornar cada caso indiscutível via caracterização como sentença moral¹⁹¹.

Dando novo vigor a esta tendência, esta dinastia criou todo um conjunto de obras denominada Prosa Moralística de Avis. Seu diferencial está no fato de que não consideravam apenas os contos e histórias, que estimularam a criação de famosas crônicas e memoriais narrativos, como veículos privilegiados de transmissão do conhecimento. Os príncipes de Avis souberam valorizar a experiência, o poder dos sentidos, o contato direto com a natureza, esta grande fonte de sabedoria da época medieval. Esta literatura uniu toda uma gama de atividades, como a caça, a equitação e outros jogos a um objetivo moralizante, como meios de educar sua aristocracia, já que esta se deliciava destas atividades, muitas vezes com um furor que necessitava ser refreado.

Jean-Michel Mehl, estudando a evolução dos jogos na Idade Média, se utiliza destas concepções de Huizinga para reconhecer as aptidões pedagógicas destes, ou seja, sua participação na formação dos indivíduos. Esta evolução não se separa do desenvolvimento do estado moderno que visa pacificar o espaço social apoderando-se do controle desta pacificação, ou seja, o processo de desenvolvimento dos jogos medievais se traduz nesse processo civilizador defendido por Norbert Elias¹⁹².

De fato é visível entre as linhas dos tratados a intenção pedagógica de D. Duarte e D. João I, príncipes letrados. Preocupando-se realmente com algo mais do que combates e política, entendiam que sua corte deveria ser bem ensinada. Os objetivos pedagógicos são a própria justificativa dos reis para escreverem os tratados: ensinar como bem fazer.

¹⁹¹HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média: um estudo das formas de vida, pensamento e arte em França e nos países Baixos nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Ed. Ulisséa, 1924, pp. 237-239.

¹⁹²MEHL, Jean-Michel. "Jogo" in: LE GOFF, Jacques. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval vol. II*, São Paulo: EDUSC, 2002, p. 35.

“Mas esto faço por ensynar os que tanto nom souberem, e trazer em renembrancha aos que mais sabem as cousas que lhes bem parecerem, e nas fallecidas enmendando no que screvo a outros podeerem avysar”¹⁹³.

“E porque neste livro uma das grandes forças é em amostrar em como os monteiros hão-de saber bem fazer as coisas, que para este jogo cumpre, depois ensinando-lhas como cumpre de serem guardados de cajões, que lhes em tal jogo poderiam avir; porém é forçado de o ensinarmos e por-mo-lo neste livro”¹⁹⁴.

“Necessário é aos monteiros de matarem o porco de remessa e porque lhes é compradoro de o assim matarem, pelo saberem fazer, pois que nos dispomos a lho ensinar, queremos escrever os modos que devem ter aqueles monteiros que o quiserem matar de remessa”¹⁹⁵.

A preocupação com a pedagogia era tão grande que D. Duarte se propôs a ensinar até a melhor maneira de ler o tratado que escreveu:

“E os que esto quiserem bem aprender, leamno de começo pouco, passo, e bem apontado, tornando algumas vezes ao que já leerom para o saberem melhor”¹⁹⁶.

D. João I ainda faz questão de esclarecer que o proveito do livro em possuir a intenção de ensinar não se expressa por vaidade, mas pela vantagem da obra escrita não permitir que esta boa manha caia no esquecimento. Assim, aqueles a que estas atividades pertencem podem bem guardá-las.

“e isto é bom ensino neste livro ser escrito, ca proveitoso será àquele que o tomar e obrar como dito é. Ca os que este livro lerem, não tenham isto por coisa vaidosa, que nós vimos e ainda pensamos que os demais que ao monte andam, quando assim continuadamente a ele andam, que se não sabem guardar; e esta coisa não tem em sua vontade de se assim guardarem, que a sua terra por que

¹⁹³D. DUARTE. *Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 1.

¹⁹⁴D. JOÃO I, *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 145.

¹⁹⁵Idem, p. 136.

¹⁹⁶D. DUARTE. *Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 3.

andam ao monte, todas estas coisas padece, ou cada uma delas”¹⁹⁷.

Logo em seguida, algumas idéias de metodologia de aprendizagem dos príncipes são expressas pelas mãos de D. Duarte. Este acredita que a técnica, a prática e a experiência têm maior valor pedagógico que as fábulas e demais tipos de histórias, cuja compreensão tem mais difícil acesso ao saber:

“Ca se o leerem ryjo e muyto juntamente como livro destorias, logo desprazerá e se enfadaróm del, por o nom poderem tam bem entender nem renembrar; por que rera geeral he que desta guisa se devem leer todollos livros dalgua sciencia ou enssynança”¹⁹⁸.

Os jogos ainda trazem outra vantagem no que tange aos métodos de educação, porque além de considerados mais fáceis instrumentos de absorção do ensinamento, são melhores para não deixá-los cair no esquecimento, desde que se alerte para se realizar uma coisa de cada vez. Esta concepção demonstra o valor do aspecto prático dos jogos na educação da corte.

“E aleem desto muito he de prezar esta manha, porque dhomem são, que haja boa e ryja voontade, e sobejo nom engorde, tarde ou nunca se perde, como fazem as mais de todallas outras”¹⁹⁹.

“ora dizem os entendidos que o entendimento nunca se esforça de fazer bem naquilo que há-de fazer, senão tão solar numa coisa só, posto que muitas saiba fazer; ca eles dizem que o homem que muitas coisas sabe fazer, bem poderá fazer uma, aplicando-se a ela para fazer, mas três nem quatro que corram juntamente, nunca se pode nelas fazer perfeito para as bem fazer”²⁰⁰.

D. João I ainda é defensor do jogo da caça como fonte de aprendizado, visto seu potencial em despertar a sensorialidade, que para os medievais era uma das principais fontes de entendimento das coisas do mundo. O papel de relevância dado ao uso dos

¹⁹⁷D. JOÃO I, *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 151.

¹⁹⁸D. DUARTE, *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 3.

¹⁹⁹Idem, p. 9.

²⁰⁰D. JOÃO I, *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 110.

sentidos eleva o cenário da natureza, imprescindível à caça, a uma das grandes vias para aquisição de bons conhecimentos, e não apenas das manhas.

“Ora dizemos assim: o entender, como quer que ele entender seja, não lhe podem pôr outra figura, nem al dizer, senão entender, ca ele está na alma e a alma não tem figura; e portanto, não o podem entender por figura. Pero para verdes alguma coisa disso, nós outros os homens, havemos cinco sentidos e outrossim o coração, o qual representa ao entender todas as coisas andadas; e os sentidos mostram ao entender todas as coisas por que o entender entende; ca os sentidos têm cada um sua virtude, pela qual o entenderentende tudo aquilo que há-de ntender”²⁰¹.

“... e quando é tempo de assim pôrem os cães, cumpre muito de pararem mentes como então corre o vento. E se o vento vier de rosto aos cães que correm, quando assim a tal vento vier, então deixem passar alguma parte dos cães em direito donde eles estiverem, e então tirem as trelas aos seus; e se lhes acontecer que assim o vento lhe venha de espaldas aos cães, que assim correm com o porco, então não guardem que passem por onde eles estão, nem ainda tão somente que cheguem em direito deles”²⁰².

A relação que se faz entre experiência e ciência é explícita, exaltando estas como modelos ideais ao aprendizado:

“...e desy por eu nom aver dellas tam grande speriencia como destas suso scriptas, as nom entendo de screver; mais quem os livros sobr’ello feitos vir, quanto mais souber, tanto em esta sciencia mayor mestre sera”²⁰³.

“... per que averám poder de cometer, contradizer e soportar todas cousas fortes e contrairas, e sseerem sabedores per boas speriencias e natural entender das cousas que perteecem a sseus estados e officios ...”²⁰⁴.

²⁰¹Idem, p. 11.

²⁰²Idem, p. 115.

²⁰³D. DUARTE, *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 14.

²⁰⁴Idem, p. 8.

“E ainda algumas vezes acontece que aqueles que assim erram, que ao cobrar recobram mais espertamente que os outros, que vão sobre a sua direita travessa, a qual não faz se é um, ou dois até três; ca se a estes todos errassem, bem está em direita experiência que pela míngua das vozes dos outros que não errassem, pois os que aí não há, não poderiam tornar ao rasto que erraram”²⁰⁵.

Tanto que todas as suas afirmações são fundamentadas pela observação empírica, e por serem colocadas a prova:

“E esto he provado pello que veemos dos moços e doutros homees de tam fraca disposiçom, que claramente confessam...”²⁰⁶.

“E se isto não souberem, ou alguma vez o não provassem, provem-no pelo ver e vendo uns cães e outros que maneira têm, acharão que na natureza dos cães assim há aí sandeus, segundo mais ou menos, em como o são os homens, segundo a disposição que cada um recebe”²⁰⁷.

Pelo método e ensinamentos que empregam, os reis acreditam na autoridade de sua obra nesta matéria. Uma autoridade que se sustenta pelo consenso entre os melhores monteiros que conhecem.

“Portanto, o façam assim os monteiros como aqui é escrito”²⁰⁸.

“... ca posto que lhes alguns porcos entrem no monte, aqueles que lhes mandam pôr os cães sempre os mandam pôr ao maior porco que no monte entra e fazem nisso boa montaria, segundo a opinião de todos os bons monteiros; ca todos os bons monteiros disseram que quando assim pusessem os cães ao porco grande, o qual todas as vontades do monteiro requerem mais a o matar, que os outros que são mais pequenos, dizem que se lhes os cães são postos e ele é alevantado e os cães comecem a correr com ele, que a de leve se acerta de ficar no monte e assim é verdade”²⁰⁹.

²⁰⁵D. JOÃO I, *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 132.

²⁰⁶D. DUARTE, *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 5.

²⁰⁷D. JOÃO I, *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 127.

²⁰⁸Idem, p. 116

²⁰⁹Idem, p. 115-116.

A experiência dos bons, inclusive, é que define as normas da boa montaria. Isto demonstra que D. João I e D. Duarte se guiam pelos mais experientes, e portanto, mais sábios. Afinal, nem todas as matérias descritas nos livros puderam ser vistas e experimentadas pelos reis.

“Dito estes modos que havemos escrito, que os monteiros devem ter quando houverem de matar o porco de justa, pelos quais segundo o nosso sentido e depois por aqueles que bons monteiros eram, que sobre tais coisas muitas vezes lhe vimos departamentos e virem com eles a juízo ante outros bons monteiros e haverem fim de determinamentos e definirem aquelas coisas que se neste matar dos porcos poderiam fazer”²¹⁰.

“E por que se os moços guardarem e saberem bem fazer aquilo que hão-de fazer, em no matar do porco, queremos começar a dizer como hão-de fazer. Ca em como quer que em alguns nós algumas vezes estas coisas fizéssemos, pero nós não vimos em tudo aquilo que queremos escrever, senão pelos ditos de alguns bons monteiros que nisto usaram”²¹¹.

“Nisto falaram os monteiros que como quer que esta coisa seja boa de a fazerem assim, para acharem o porco que ficava no monte nalguma moita”²¹².

A própria linguagem específica que os monteiros experientes costumam usar, e atestada pelo rei, servem de confiança e credibilidade em sua autoridade, e na da obra.

“Mas ora, como quer que seja que esta coisa se assim faça, acontece em no monte muitas vezes continuadamente de se fazer, que o porco grande fica em no monte e os cães saem com o outro mais pequeno; e dizemos que sai com o porco mais pequeno, ca desta guisa, não lhe podem dizer que o sabujo camba o porco por que vai; e quando o camba, vai por o rasto de um porco e acha atravessado outro e deixa aquele por que vai e filha o outro, a iste dizem os monteiros que é cambar um porco por outro, quando o sabujo assim camba”²¹³.

²¹⁰Idem, p. 143.

²¹¹Idem, p. 134.

²¹²Idem, p. 124.

²¹³Idem, p. 122.

Enfim, os príncipes de Avis usam a intenção educacional como um dos principais motivos que os levaram a escrever seus tratados. Entretanto, apesar de defenderem o valor da experiência e da observação, admitem que a utilidade de seus tratados não os tornam de uso obrigatório a quem queira realizar o aprendizado desta manha. Tal aprendizado afinal, se fazia melhor na prática :

“Ao[s] que dizem que esta manha sem livro se deprende, digo que he verdade. Mas entendo que a moor parte de todos acharam grande vantagem em leerem bem todo esto que screvo”²¹⁴.

Partindo do conhecimento das intenções pedagógicas do autor, resta agora conhecer que ensinamentos ele prioriza em sua obra.

3.3 A Educação Militar:

Não se pode esquecer que nesta sociedade ideologicamente tripartida do ocidente medieval cabia aos nobres, em contato mais próximo com o rei, a função militar. Segundo Cardini²¹⁵, estes grupos de guerreiros e cavaleiros, os *bellatore*, seguiam uma ética fundada na coragem, na fidelidade ao chefe e amizade aos companheiros. Os valores correntes que se destacam nesta corte envolvem uma apologia à guerra, fonte de recompensas e promoções para muitos jovens cavaleiros.

A relevância da função militar dos nobres liga-se à frequência e dimensão dos eventos bélicos com os quais a hoste do monarca se vê rodeado ao longo dos séculos XIV e XV. A vinculação a Ordens Militares e aos cargos de hoste régia, somada à aproximação com o rei, torna-se o principal motivo de participação e ascensão do nobre na corte, bem como garantia de posição e prestígio²¹⁶. Afinal, a estes cavaleiros e escudeiros da corte cabia a função específica de proteger a pessoa do monarca²¹⁷. Entretanto, a maior parte destes cavaleiros recebe soldos régios para integrar o exército

²¹⁴D. DUARTE, *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 3.

²¹⁵CARDINI, Fanco. “O guerreiro e o cavaleiro”. in LE GOFF, Jacques (dir). *O homem medieval*. Lisboa: Editorial presença, s/d, PP. 61-71.

²¹⁶GOMES, Rita C. “Os Indivíduos e os Grupos” in: *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Linda-a-Velha: DIFEL, 1995, pp. 87-88.

²¹⁷GOMES, Rita C. “A Corte: enunciar o problema” in: idem, p. 31.

do monarca e combater, tendo apenas uma pequena parcela freqüentado o ambiente cortesão.

O fato é que a instituição da cavalaria representava a forma mais cristã de se exercer a atividade guerreira, sendo por isso considerada praticamente um oitavo sacramento. Ao receber a investidura o cavaleiro ascende para uma nova posição social, hierarquicamente mais alta, e é posto à prova diante das leis e regras que voluntariamente aceitou. Tais provas se assentam não apenas sobre a fidelidade e as demais qualidades morais, expressas em sua vivência enquanto cristão, mas também sobre as qualidades físicas. Isto significa que nos tempos áureos da cavalaria, fomentada pelas reconquistas de território e pelo ideal das cruzadas, estas últimas qualidades, que incluem força, destreza e coragem, se tornaram dominantes.

Sua evidência era ainda mais ressaltada devido ao fato de a dignidade de cavaleiro, numa sociedade hierarquizada como a medieval, passar a ser gradativamente garantida mais pelo mérito do que pelo sangue, o que causava maior temeridade de não se possuir as virtudes e habilidades exigidas. Ou seja, os valores mais perseguidos pelos cavaleiros, como a honra e a fama, eram alcançados com muito mais eficácia e rapidez através das qualidades físicas²¹⁸.

E visto que esses valores eram individualizados, não se torna estranho notar que a cavalaria incluía inúmeras manifestações pessoais de destreza, força e coragem. Todas estas demonstrações e elementos cavaleirescos acabaram sendo apropriados pelos meios cortesãos medievais. Estas influências, que surgiram sob a forma de festividades e jogos, modificaram a vida e os costumes neste ambiente, transformando as cortes, junto com o imaginário das novelas de cavalaria, em importantes centros de galantaria²¹⁹.

A ideologia cavaleiresca constituiu um sistema de idéias firmes na corte medieval do baixo medievo²²⁰. Além dos feitos de armas e de cavalaria, a honra também era evocada como recompensa dos atos gratuitos, exclusiva dos cavaleiros, aqueles que não esperavam remuneração material pelos perigos que enfrentavam na função de defensores da sociedade. Como não precisam de ganhos, pois viviam do

²¹⁸PIMPÃO, Álvaro Julio C. "A Cavalaria" in: *Historia da Literatura Portuguesa vol. I*. Coimbra: Edições Quadrante, 1947, p. 47

²¹⁹Idem, pp. 50-52.

²²⁰GOMES, Rita C. "Os Indivíduos e os Grupos" in: *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Linda-a-Velha: DIFEL, 1995, p. 107

direito sobre bens conquistados dos antepassados, o trabalho era incompatível com a honra.

Devido a importância da cultura física na Idade Média como treino da vida guerreira, não se admira que as primeiras notícias sobre a educação dos nobres se refiram aos exercícios do corpo²²¹.

Inerente a sua ordem, os nobres recebiam uma instrução desenvolvida, desde a infância, que possuía como base ensinamentos de prática militar. Entre estes incluía-se o conhecimento perfeito da técnica de montar e caçar a cavalo, adequadas a alimentar o espírito varonil. O fato é que os monarcas avísinos tiveram uma base instrucional culta bastante excepcional para a época, que se encontra na origem da primorosa educação recebida por seus infantes, e no talento literário de que deram provas²²². Os primeiros dirigentes políticos da nova dinastia de Avis chamam a si, a teoria da educação física e espiritual dos nobres. Ser bom cavaleiro e lutador não mais eram dons incompatíveis com o amor às letras.

Entretanto, deve-se ressaltar que apesar do entusiasmo pela cultura, e da influência dos letrados na corte e no governo dos príncipes, que por sua vez não se contentavam mais só com jogos de guerra, a educação principesca não parece ter tomado desenvolvimento muito amplo até o final do século XV, visto que parecia ser bem reduzido o quadro disciplinar²²³.

A “criação”, através da qual se desenvolvia um vínculo particular com o monarca, representava uma das principais formas de integrar a corte régia. Visto o numeroso grupo de crianças e adolescentes que pertenciam ao séquito régio, desempenhando papéis fundamentais, percebe-se que cada vez mais esta forma de integração ocorria antes de se completar a idade adulta, já com seis ou sete anos. A “criação” remete à primeira experiência no ciclo de vida do cortesão: “alimentados e alojados na corte, nela adquiriam o essencial de sua formação”²²⁴. A maior parte destes

²²¹PIMPÃO, Álvaro Julio C. “A Educação do Príncipe” in: *Historia da Literatura Portuguesa vol. I*. Coimbra: Edições Quadrante, p. 55

²²²SERRÃO, Joel (dir.) “D. João I” in: *Dicionário de História de Portugal vol. II*. Porto: Livraria Filgueirinhas, 1992, p. 386.

²²³PIMPÃO, Álvaro Julio C. “A Educação do Príncipe” in: *Historia da Literatura Portuguesa vol. I*. Coimbra: Edições Quadrante, p. 56.

²²⁴GOMES, Rita C. “Criação e Serviço” in: *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Linda-a-Velha: DIFEL, 1995, p. 188.

“criados” eram nobres levados à corte por suas famílias, seja por patrocínio régio ou por tradição familiar.

O rei representava para todos estes, que se encontravam designados genericamente de “moços”, uma função de parentesco. A aprendizagem e formação destes membros mais jovens do séquito régio estava atrelada às inúmeras ocupações destinadas a eles de acordo com sua posição específica. D. João I em seu tratado venatório discorre vastamente sobre estes “moços que andam ao monte”, aprendendo o que dizia respeito à caça, montaria e cuidados com os cães do rei. Uma vez atingida a puberdade, muitos seriam promovidos ao estatuto de escudeiro. A proteção do monarca a estes jovens membros da sua corte, com os quais criara um forte vínculo, consistia não só na “moradia”, mas logo depois no “casamento”, com a concessão de terras e rendimentos²²⁵.

Ou seja, para os membros da aristocracia, a relação desenvolvida com a “criação” do monarca mostra-se rentável e prestigiosa, daí o aumento de seu interesse. A escala hierárquica cortesã consistia de três grupos principais: conselheiros do rei, cavaleiros e escudeiros. As duas últimas categorias também se distinguiam pelo montante da moradia que recebiam, relativa à condição social de cada um²²⁶.

A ideologia cavaleiresca se mostra bastante presente em sua relação com os jogos. Como atividades destinadas aos momentos de ócio, os jogos acabaram por absorver certas vantagens que as guerras e expedições possuíam. Uma destas características principais é a expressão da ideologia aventureira dos cavaleiros. Se as aventuras não eram reais, elas podiam ser encontradas nos jogos, como caçadas, justas e torneios.

“Dito havemos no começo deste livro segundo, que entre os homens não havia mais grande coisa, que aquela por que punham suas almas em aventura de serem partidas dos corpos, que este jogo da montaria fazia os moços porem suas almas em tal aventura; e que por ende lhes era cumpridoiro de serem ensinados, por se mais cumpridouramente guardarem de tal feito”²²⁷.

²²⁵Idem, pp. 198-199.

²²⁶Idem, p. 207.

²²⁷D. JOÃO I, *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 134.

Ainda pode-se encontrar transposta para os jogos, a já conhecida relação entre as gueras e o ideal cavaleiresco de honra e glória. D. Duarte reconheceu os proveitos bélicos que se podem tirar destas atividades físicas, e deixa clara a ideologia da época interligando não apenas o exercício militar, mas agora também os jogos, com a possibilidade de aquisição de fama e bens materiais:

“Por que todollos homees naturalmente desejam sua honrra, proveito e boo prazer, me parece que todollos senhores cavalgadores e scudeiros esta manha devem muito deseja, visto em como della estes bees vem aos que a bem pratycam. E fallando da honrra e proveito, longo seria de contar quantos em que guerras delrrey, meu senhor e padre, cuja alma deos aja, e em nas outras ham percalçado grandes famas, estados e boas gaanças por serem muyto ajudados desta manha”²²⁸.

“...bem se pode entender a grande vantagem que tee os boos cavalgadores nos feitos de guerra ... pois he hua das melhores que os guerreyros devem aver”²²⁹.

Estas transposições de valores ligados à atividade militar para os jogos, pôde ser realizada à medida que estas atividades físicas passaram a ser encaradas como fundamentais para o aprimoramento das habilidades do cavaleiro, e preparo para a guerra. As vantagens dos jogos descritas pelos reis em seus tratados, na maior parte das vezes, se refere a bem guardar os feitos de armas. O valor militar dos jogos faz com que ele assuma as mesmas vantagens das batalhas nos períodos de guerra.

“Ora, também vos dissemos que, usando os homens as manhas, que avantajariam muito em si nelas; e que, por isto foram todos os jogos alevantados, usando-os homem que se não perdesse a destreza dos corpos, que pertencia aos que com armas haviam de defender a terra”²³⁰.

“Ora, este jogo, usando-o, ensina todas estas manhas por esta guisa; se aos reis cumpre haver bom conhecimento, em como filharão bem um campo de batalha, este jogo lho quer dar a demonstrar, assim como coisa que seja de

²²⁸D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem cavalgar Toda Sela*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1986, p. 4.

²²⁹Idem, p. 4.

²³⁰D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p.18.

jogo para outra, que seja de tão alto feito, como em ser batalha entre rei e rei”²³¹.

“e outrossim aos que dele [jogo de andar ao monte] bem usam, lhes guarda que não percam o uso das armas, ca o que cada um dos jogos faz apartadamente por si, o jogo da montaria o faz juntamente”²³².

Os jogos são assim hierarquizados de acordo com seu valor militar, usando como parâmetro a quantidade de manhas úteis que são capazes de fornecer aos cavaleiros para aperfeiçoar sua habilidade militar. Para justificar a preponderância da caça sobre os demais jogos, D. João I lista as manhas necessárias a um bom cavaleiro, aquele com função de defender o povo com o exercício das armas, afirmando que este jogo é o melhor para se adquirir todas.

“E anda que os antigos tivessem todos estes jogos assim alevantados, todavia não lhes pareça que estavam abastados ao que cumpria, por quanto se havia de fazer em feito de armas, ca as manhas do corpo que pertencem para homens de armas são estas: primeiramente haverem bom fôlego, depois serem ligeiros na coisas que de susso dissemos; outrossim braceiros e depois ferirem de faca e de espada e de todas as outras armas que se de susso referem; ainda mais saberem ferir de justa; e com tudo isto lhes cumpre haver bom aviamento, para que saibam obrar destas manhas assim como lhes convém, nos lugares onde cumprir de se fazerem,; e depois levarem suas armas bem apostamente e depois cavalgarem bem; e com tudo isto lhes faz mister de haverem boa força e porque estas manhas têm os homens por duas coisas: a primeira por natureza, segundo Deus lhe dá graça; e a segunda do uso, ca muitas vezes vede que muitos não têm estas manhas e usando-as cobram nelas; e ainda que as tenham da natureza, muitas vezes as perdem não as usando. Por ende, todos os fidalgos as devem desejar, ca por isto os antigos tiveram por bem de assacarem tais jogos”²³³.

Para conduzir uma justificativa mais veemente, algumas destas manhas, como as de ligeirice, são até especificadas pelo rei, de forma a demonstrar a ligação de seu exercício com as obrigações cavaleirescas.

²³¹Idem, p. 18.

²³²Idem, p. 16.

²³³Idem, p. 15.

“Depois que viram os antigos que este jogo era bom a recrear o entender, de que eles queriam estar guarnidos quando mister fosse, que seu cansaço viesse, que com tal cansaço o senhor não deixasse de bem fazer o que lhe é compridoiro, então alevantaram outros jogos, por que se não perdesse o uso das armas e assacaram as manhas das ligeirices, ca tiveram que muito convinha a tal efeito como uso das armas”²³⁴.

“E das outras ligeirices de saltos que cumprem para os homens de armas se aproveitarem deles, são estes: correr bem, saltar bem, e de corredilhas, ca todos os outros não valham nada para se os homens a tempo de mister se aproveitarem deles”²³⁵.

As vantagens físicas são importantes, mas não as únicas que estes jogos podem fornecer aos cavaleiros para os auxiliarem no feito das armas. Certas vantagens psicológicas são atestadas pelos reis, como justificativa da importância do valor militar dos jogos. A coragem, por exemplo, é destacada como um dos valores fundamentais desta sociedade cavaleiresca e indispensável para que cavaleiro conclua suas funções com louvor, e se deleitar com a devida honra:

“E nom se entenda que, por tal presunçy, que deva seer desprezador e oufano; por que, ainda que tal teençom tenha, o que boo e virtuoso for sempre guardará aos outros aquella honra e cortesia que guardar deve”²³⁶.

“...em que declara per quantas partes todollos homees som sem receo, e como per nacença som alguus sem receo”²³⁷.

Percebe-se aqui que o incentivo à coragem vem acompanhado da necessidade de um comedimento quanto à audácia desenfreada, devendo ser sempre seguida por um senso de segurança. Os ensinamentos para os feitos das armas levam sempre em conta não apenas o incentivo à coragem, mas também à realização das atividades com o máximo de segurança. A demonstração de zelo do cavaleiro é tão importante quanto sua valentia. Muitos eram os perigos destas atividades, visto o alto índice de acidentes e

²³⁴Idem, p. 14.

²³⁵Idem, p. 15.

²³⁶D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem cavalgar Toda Sela. Imprensa Nacional: Lisboa, 1986, p. 71.*

²³⁷Idem, p. 42.

mortes, o que justifica a atenção dada aos príncipes avisinos a esta questão da segurança.

“ca sede certos que a muitos monteiros aconteceu e acontecerá, enquanto no mundo andarem ao monte, que por minguia de saber serem feridos dos porcos, ca desde que o homem é ferido do porco, não é nenhum sabedor se morrerá, ou se vivirá de tal ferida; ca a muitos aconteceu que de muito pequenas feridas morreram e outro de muito grandes guareceram”²³⁸.

“E porque esta coisa vimos acontecer, damos de conselho a qualquer moço, que no campo assim ferir o porco de través, que faça muito por lhe ficar a ascuma nas mãos, que enquanto a tiver será mais guardado de cajão”²³⁹.

Por isso a preocupação constante dos príncipes de Avis ao longo de suas obras, em ensinar como evitar os perigos, não apenas ter êxito na tarefa, mas para se manter seguro.

“E porque esta coisa é de grande cajão, em tal guisa que dizem todos os monteiros que bons são que este é o mais duvidoso lugar para o monteiro entrar ao porco, que outro nenhum que seja; e por isto o queremos pôr neste livro, para o saberem todos os moços que este livro lerem e saberem fazer o que mais segurança é para se de tal perigo guardarem”²⁴⁰.

“E porque este jogo traz os moços a perigos de feridas e mortes, por se disso saberem guardar, é de necessidade saberem em como podem fazer este jogo e virem a ser teudos por bons monteiros. E depois de serem ensinados em como poderiam ser guardados, em se poderem melhor guardar das coisas, que a isto as poderiam reduzir a feridas e mortes”²⁴¹.

O saber bem trazer as armas, se defender, e evitar perigos é tão demonstrador do bom conhecimento da manha quanto o bom exercício desta. Esta demonstração é aliás suficiente, sem necessidade de estar em campo de fato, para mostrar o quão bom um cavaleiro é.

²³⁸D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 134.

²³⁹Idem, p. 135.

²⁴⁰Idem, p. 141.

²⁴¹Idem, p. 107.

“Devem-se os moços de guardar de a trazerem esteada por tal guisa, ca vos damos de nós fé, que vimos já a moços por tal estear de vara, justarem com o porco e receberem cajões pelo falimento das varas, que assim eram esteadas. Das ascumas se devem os moços muito de pagar, como de coisa com que se hão-de defender de seu contrário”²⁴².

“este é um sinal em que os entendidos disseram, em que se poderiam conhecer todos os homens, ou os demais deles, em tal guisa que em poucos desfalecerá se são bons homens de armas, posto que ainda os não vissem entrar em nenhum feto de armas, em que perigo fosse”²⁴³.

Vimos até aqui a intenção lúdica e pedagógica dos jogos medievais, dando destaque a seu caráter de preparo para o exercício das funções militares pelos nobres. Entretanto, os jogos serviram bem mais que mero instrumento educacional para a função guerreira, ou ocupação ociosa para manter a classe cavaleiresca longe dos rompantes de violência.

Nesta principiante sociedade cortesã, onde a corte aparece como célula social fundamental a um reino em processo de centralização do poder, a importância do polimento dos sentimentos e comportamentos traz uma nova função para estes jogos. Estes se desenvolveram junto com o processo civilizador, seguindo as diretrizes do Paço que visavam transformar guerreiros em cortesãos, ensinando virtudes e posturas necessárias para quem pretenda sobreviver e ascender neste novo ambiente mais pacificado.

²⁴²Idem, p. 108.

²⁴³Idem, p. 109.

Capítulo IV – Comportamento e Poder:

4.1 O controle moralizante dos “cortesãos”:

No capítulo anterior destacou-se a importância dos jogos como elementos de *folgança* para a o mundo medieval, principalmente para os momentos de ócio que se intercalavam entre as atividades bélicas da nobreza. Mais do que isto, estes jogos acabaram demonstrando seu potencial pedagógico, visto sua utilização como temas principais por algumas espécies de prosas moralísticas da época, simploriamente nomeadas de literaturas técnicas. Digo simploriamente, porque muito se valorizou o papel desta literatura, e dos jogos, na educação técnica dos nobres, levando em consideração sua função guerreira.

Entretanto, um olhar mais atento para estas obras aponta para uma preocupação mais profunda que apenas passar bons ensinamentos a fim de aprimorar as habilidades militares dos nobres cavaleiros. A associação entre os jogos medievais e a prosa moralística, sob a ótica do processo civilizador, nos elucidam sobre o uso moralizante daqueles elementos e sua função social, cultural e política.

Retomando os apontamentos de Huizinga, pode-se afirmar a capacidade civilizacional do Jogo, visto que muitos fenômenos culturais, como política, sagrado ou filosofia possuíam inicialmente um caráter lúdico²⁴⁴. Tantas formas culturais surgem quanto existirem mais formas variadas de competir por superioridade e prêmios a ganhar, demonstrando o prestígio do grupo. Guerra, poesia, dança, rituais sagrados, saber, filosofia e convenções de conduta são formas diferentes vindas da mesma demanda lúdica²⁴⁵.

Mesmo apresentando a liberdade e espontaneidade como características fundamentais, este modelo lúdico conseguiu criar formas sociais essenciais às convenções e regras da vida aristocrática. O êxito do grupo na competição, segundo as regras, sempre se ligou à conquista de prosperidade. Por isso o lúdico se caracteriza

²⁴⁴HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1980, pp. 53-54.

²⁴⁵Idem, p.193.

pelo respeito às regras, que assim exprime a interpretação do mundo, com suas culturas e hierarquias²⁴⁶.

Os costumes medievais foram bastante influenciados pelo espírito lúdico, visto a grande frequência quotidiana de jogos dos mais variados tipos e *status*. A própria vida aristocrática fora expressão dos jogos cavaleirescos que exaltavam a honra e influenciaram formas de expressão cultural da nobreza como códigos de honra, e de conduta cortesã, ordens militares, cerimoniais, entre outras²⁴⁷.

Entretanto, Huizinga reforça que durante a civilização medieval, o fator lúdico só exerceu sua função plena quando buscou seu passado céltico-germânico, ao invés de se inspirar no espírito clássico ou eclesiástico. Assim criaram-se formas culturais autênticas, como o sistema de cavalaria, com suas cerimônias, brasões, e torneios²⁴⁸.

Seguindo esta visão do desenvolvimento de elementos culturais dentro do contexto lúdico, com os jogos se enraizando nos rituais e formando culturas autênticas, não se deve esquecer que os conceitos sociais ganham novos conteúdos, mudando de significado, à medida que a civilização se transforma. No que diz respeito à Idade Média, os ideais da nobreza se expressavam pela honra e virtude, que inicialmente estavam intimamente relacionados à virilidade e uso da força. Todavia, quando os Estados principiam sua formação, junto com alterações no meio aristocrático, a conquista e demonstração de virtudes pela via das proezas físicas, começa a dividir espaço, para bem depois ser substituída, por competições de palavras, de boas maneiras e de cortesia²⁴⁹.

Esta mudança de significado dos ideais, sentimentos e comportamentos sociais faz parte do que Norbert Elias chamou de *processo civilizador*, o qual assinalou profundas transformações na civilização humana. Tal processo é concomitante com o acúmulo de concentração de poder por parte dos príncipes, que veio acompanhado por mudanças estruturais de modo que estes pudessem preservar tal poder²⁵⁰.

De fato, já no final do século XIV, as cortes se institucionalizaram como sedes de governo que monopolizavam o exército e a tributação. Em direção a esta, formou-se uma crescente confluência de nobres, que viam a dependência e proximidade do rei

²⁴⁶Idem, pp. 60-62.

²⁴⁷Idem, p. 118.

²⁴⁸Idem, pp. 200-201.

²⁴⁹Idem, pp. 73-75.

²⁵⁰ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, pp.15-16.

como única forma de manutenção de seu prestígio, após a queda de sua autonomia. Se o rei precisava da etiqueta para expressar sua dignidade e da nobreza ao seu redor para legitimar sua distinção em relação ao restante do reino²⁵¹; esta mesma nobreza dependia do rei para ampliar as oportunidades de recebimento de cargos e favores. Com o fortalecimento deste órgão central, exigiu-se dos funcionários régios que se despissem dos antigos hábitos rudes e assumissem um controle mais rigoroso da conduta²⁵². Afinal, a própria luta pelas mercês, dentro da corte, cada vez mais se realizava por meios pacíficos.

A situação se tornou mais tensa quando os contrastes entre as classes altas e baixas diminuíram, aumentando assim a necessidade de distinção dos nobres para conservação de sua posição. Isto porque numa sociedade assim heterogênea como a cortesã, o crescimento da pressão competitiva aumenta o número e distinção das funções sociais, e conseqüentemente a interdependência entre os indivíduos. A reorganização do tecido social advinda deste fenômeno apresenta dois pontos de importância. O primeiro foi a necessidade da polarização de forças nesta rede de interdependência que permitisse a criação de um centro de equilíbrio cuja referência fosse a figura régia. E o segundo trata-se do surgimento de um aparelho indireto de autocontrole que interioriza a necessidade de regulamentação e estabilização da conduta individual²⁵³.

A Dinastia de Avis expressou o exemplo português deste processo, em que os monopólios e poderes territoriais se concentraram nas mãos dos príncipes avisinios a partir de D. João I. Uniu-se a esse processo a ascensão de grupos antes relegados a segundo plano, formando uma sociedade heterogênea, cujas disputas pelas regalias régias eram mediadas pela figura do monarca e adquiridas mediante um prestígio que vinha não apenas pela demonstração da força, mas também da virtude e da boa conduta moral.

Há que se ressaltar que interpretar as idéias de Norbert Elias por um viés teleológico, visto que nem toda sociedade seguiu este caminho em direção a criar uma sociedade cortesã, acarretaria no risco de se perder as singularidades deste processo civilizacional vivido pela sociedade portuguesa, que se configurou especificamente em

²⁵¹Idem, p.224.

²⁵²Idem, pp. 215-216.

²⁵³Idem, pp. 196-197.

torno de uma corte, o Paço. O fato é que a corte portuguesa consagrou-se assim como um dos importantes palcos em que esta transformação social, que culminou com o “adestramento” dos cavaleiros, ocorreu. A gravidade das tensões e conflitos sociais subjacentes ao período justificou a constante vigilância sobre a moral e a virtude, os novos paradigmas vigentes. E o Rei passou a legitimar seu lugar de poder não apenas como organizador, pacificador e fiscalizador da sociedade. A ação régia também ganhou relevância pela via educativa, onde a punição e a benevolência andam juntas como armas da justiça real.

Partindo desta matriz pedagógica, os primeiros príncipes de Avis construíram seu modelo de corte virtuosa, culta, e também cavaleiresca, misturando novos e atualizados costumes. De fato, o Paço não organizou apenas o paradigma moral de seus súditos, mas seu reordenou a forma de conceber o mundo, segundo valores repensados como o messianismo e a salvação. A Casa Real tornou-se o grande exemplo da etiqueta imitada pelos súditos. E os membros da nobreza viram não só feitos da guerra, mas também os feitos da fé e virtude como mecanismos de recebimento de honras. Neste processo, a Prosa Moralística avisina cumpriu seu papel de reler temas antigos e cristãos de forma a legitimar o conjunto ideológico denominado *discurso do Paço*²⁵⁴. Assim, este se consagra como o lugar essencial de produção e divulgação do discurso político-cultural de ordenação das práticas cortesãs, com novos valores, no Portugal a partir de fins do século XIV.

Para Antônio Manuel Hespanha uma das bases da disciplina social, para este período de transição entre o tempo medieval e o moderno, é o da ética monástica, pela qual se aconselha que as virtudes interiores sejam acompanhadas por uma equivalente demonstração exterior²⁵⁵. Nada mais aprazível aos nobres cortesãos, neste caso, do que demonstrar suas virtudes através dos jogos, tanto físicos quanto cortesãos, que sempre lhes aprouveram. E é por esta exposição de aprendizados moralizantes, e não apenas técnicos, que a denominada “literatura técnica” se enquadra no grupo maior da Prosa Moralística da Casa de Avis.

²⁵⁴FRÓES, Vânia L. *Era no Tempo do Rei – estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Niterói: EDUFF, 1995, pp. 20-21.

²⁵⁵HESPANHA, Antônio Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. “As Redes Clientelares” in: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 381.

Aprofundando-se no caso português Rita C. Gomes estabeleceu a “criação”, pelo vínculo de dependência que se cria com o monarca a partir dela, como o primeiro estágio de vida do cortesão, além de um dos principais meios de acesso à corte régia no fim da Idade Média. Estas características fazem da “criação” um fator fundamental de distinção. Desta forma, tanto definia a posição específica destes membros jovens do séquito régio, quanto determinava as ocupações que lhes eram reservadas, dentre as inúmeras que havia na corte. Designados genericamente de “moços”, estavam ligados a variados organismos cortesãos. Muitos deles viviam experiências que não se restringiam a atividades como caça ou estrebaria, participando de missões mais intelectualizadas como a diplomática. Pelo exemplo dos iniciantes na vida cortesã, mas não excluindo os mais experientes, percebe-se a necessidade de uma educação dos cortesãos que fosse mais além do que o aprendizado de aptidões físicas²⁵⁶.

Além disto, a autora define a corte como um ambiente que não consiste apenas de cerimônias, embora o aspecto ritual fosse fundamental à vida palaciana do período. A corte deve ser encarada como configuração social específica, com práticas culturais próprias, e não apenas como conjunto organizado de funções. Isto nos leva à compreensão que os usos da corte remetem não só aos ofícios destinados a cada um, mas também ao modo como se deve realizá-los²⁵⁷. Cabia ao rei defini-los, e aos súditos cumpri-los eximamente, visto a importância dos ofícios para se adquirir prestígio régio.

Estas preocupações não passaram despercebidas da corte dos príncipes de Avis. O interesse em temáticas morais, psicológicas, e doutrinárias era notável. Todas as suas ações estavam subordinadas a um ideal de disciplina que guiaria toda a sua existência²⁵⁸. D. João I e D. Duarte foram criados não só na prática militar e administrativa, bem como nos conhecimentos aprofundados da liturgia e doutrinas católicas e do direito canônico. E foram estas as bases que originaram a excepcional educação recebida pelos infantes de Avis e o talento literário destes²⁵⁹. Assim, construíram uma corte cuja cultura não se afamou apenas pelas festas, cerimônias, e jogos, mas também pelo exercício da moral e das virtudes.

²⁵⁶GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Linda-a-Velha: DIFEL, 1995, pp. 198-199.

²⁵⁷Idem, pp. 295-296.

²⁵⁸PIMPÃO, Álvaro Júlio C. *História da Literatura Portuguesa, vol. I (séculos XII a XV)*. Coimbra: Edições Quadrante, 1947, p. 215.

²⁵⁹SERRÃO, Joel (dir.). “D. João I” in: *Dicionário de História de Portugal, vol. III*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, p. 386.

“Porém, vendo os antigos que a virtude ajuntada é mais forte que as que são espargidas e porque também os homens que das armas hão-de usar não podem acadar todas as manhas que susso são escritas, por falecimento da força dos corpos (...) vieram a alevantar um jogo, que aquelas coisas que eles quiseram que se lhes não perdessem fossem por ele guardadas e assacaram de andar ao monte”²⁶⁰.

“... e assim, quanto se a virtude mais achega a conhecer o seu Deus, tanto é a virtude mais perfeita, assim como estas coisas que os homens têm para conhecerem seu Deus, não as podem alcançar senão pelo conhecimento. Ainda mais, como a alma dura por sempre, assim esta virtude de conhecer dura com a alma por sempre”; “... ca ao homem cumpre primeiramente, depois do conhecimento de Deus, conhecer si mesmo, quem é e o que é e que poder tem; e depois se o tem de si ou de outrem e conhecer se o tem de outrem e porque lho quis dar, se pelos seus merecimentos, se por sua própria graça”²⁶¹.

D. João I principia seu livro justificando sua escrita não somente pelo auxílio que dará aos homens das armas de relembrem as manhas que melhor lhes servem, mas também pelo fato de sua obra juntar as grandes virtudes que devem ser guardadas pelos nobres, e cujo aprendizado seria muito mais difícil se estivessem em diferentes livros ou nas falas dos homens. Deve-se lembrar que esta idéia está baseada no conhecimento dos sábios antigos, cuja autoridade perpassa por toda a obra. O outro ponto, é que para se começar a aprender as virtudes, primeiro exige-se o conhecimento de Deus, de onde as virtudes emanam através de uma série de ensinamentos. E continuando este processo, torna-se necessário o auto-conhecimento, pois o homem deve estar ciente de sua função no corpo social, espelho da sociedade divina, e assim, quais as virtudes que mais lhe cabe mostrar.

“Tal jeito como este andar dereito na besta me parece que devyamos teer em os mais de nossos feitos para seermos no mundo boos cavalgador[es], e nos teermos forte de nom cair per(a) as mallicias com que muytos

²⁶⁰D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 16.

²⁶¹Idem, p. 49.

derribam por esta guisa (...) que sentamos seu derribamento em sanha, mal-querença, tristeza, fraqueza do coração, nosso menospreço ou desagradecimento a deos e aos homees, ou nos trouxesse a myngua de fe ou a desesperança (...) ou em alguma preguiça que vem de fraqueza e deleixamento da voontade, logo sperando toda principal ajuda de nosso senhor deos, nos devemos endereitar com esforço e boo conselho nosso e doutros que por grande saber ...”²⁶².

D. Duarte, seguindo a matriz virtuosa de seu pai, desenvolve uma ligação entre jogos medievais, como a prática de andar a cavalo, com outros feitos do quotidiano, sob o cumprimento das mesmas virtudes. Isto mostra a preocupação dos príncipes de Avis de que a conduta exigida durante as atividades lúdicas deve se ampliar e acrescentar a todas as atividades do meio social, a fim de combater as malícias do ser humano em todos os aspectos de sua vida. O que significa que as obras citadas não são simples tratados técnicos, e sim, proeminentes tratados moralísticos.

“E ssomariamente de homem que convem teer boas bestas, e as saber bem cavalgar (...) a ssêitema [avantagee], acrecenta mayor e melhor coração”. Isto porque inspira “... boas voontades de fazer todallas cousas virtuosamente e lealmente a deos e aos homees, e teerem boa e razoada fortalleza do corpo e do coração, per que averám poder de cometer, contradizer e soportar todas as cousas fortes e contrairas e sseerem sabedores...”²⁶³.

“E por ende todos os fidalgos, em como quer que neste jogo andassem sempre, devem a ter seus corações e suas vontades de chegarem a grandes feitos e guardarem-se das coisas que lhes poderiam tolher de não virem a eles. Ca neste jogo muitas vezes filham os homens tais jeitos, porque podem perder todas as coisas que de seu bem podem ser; ca muitas vezes usam de tal guisa os homens de andar ao monte que se esvaecem e outra coisa do mundo não sabem fazer nem dizer, que para seu bem seja, senão todavia andar ao monte, ca todo seu fazer e andar não é noutra coisa”²⁶⁴.

²⁶²D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 24-25.

²⁶³Idem, pp. 8-9.

²⁶⁴D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 29.

A obra dos príncipes de Avis chega num ponto crucial quando estes passam a associar os jogos de que tratam com esta prática das virtudes. É explícito em suas linhas a vantagem que os jogos da caça ou de cavalgar trazem para produzir boa vontade nos corações do homem, a qual é essencial para o exercício virtuoso de qualquer função. E este exercício virtuoso implica em obrar com lealdade a quem dá as ordens, sem contradizê-las, ou cumpri-las sem a devida eficácia, por qualquer tolhimento da vontade.

“E sse começarmos a fazer algumas cousas com boo propósito e fundamento (...), do estado em que formos seremos sempre avysados de nom tardar de cumprir o que devemos, nem seermos trigosos no cuidado e na obra aalem do que he bem. Mas, segundo sse as cousas seguem, co voontade segura, sem torvamento, obraremos o que vyrmos que em cada tempo e cousa requiere”²⁶⁵.

“Porém muito se deve trabalhar cada um, quando tais coisas houver de fazer, que as faça ledamente e bem, em tal guisa que seu senhor se haja por contente e não faça assim como soem fazer alguns que, com má condição preguiçosa e temerosa, deixam de fazer aquilo que devem; e posto que o saibam muito bem fazer, o deixam de fazer por sua astrosia e vergonça, em que tal coisa nunca traz bem”²⁶⁶.

“E se algumas vezes virem falar em alguns grandes feitos, que alguns fizessem, devem-nos reter em seus corações e pensarem que se os Deus deixasse vir a tempo de o poderem fazer, que de bom talante o fariam”²⁶⁷.

Visto a multiplicidade de funções existentes no reino, quanto mais estas se aproximam do serviço ao rei, mais exigente torna-se seu cumprimento. E estas exigências, em prol do contentamento do grande senhor, o rei, não admitem falhas como temerosidade, preguiça, vergonha, ou qualquer outra que atrapalhe a realização da obra. Entre os remédios para impedir estes entraves estão o aprendizado da segurança

²⁶⁵D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 26.

²⁶⁶D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 14.

²⁶⁷Idem, p. 29.

da vontade, e a atenção aos grandes feitos realizados pelos grandes homens, a serem guardados nos corações, para que possam ser repetidos.

“E os que esta manha quiserem aver, helhes necessario que ajom as três cousas principaaes per que todallas outras manhas se acalçom, as quaaes som estas: grande voontade, poder abastante, e muyto saber (...) ainda que o poder e querer nom sejam verdadeiramente pêra ensynar, por que se gaançom per natureza e graça special”²⁶⁸.

D. Duarte enumera em três as virtudes mais importantes aos homens, as quais D. João I, antes, já entrelaçava como essencialmente complementares.

“(...) e que esta virtude que assim julga todas as coisas pelos sentidos ou por o coração, chamada entender (...) e quando estas coisas assim são apresentadas ao entender, ele, qual é, assim escolhe aquela coisa, ca, se é bom, escolhe o melhor e se é mau, escolhe o pior; e com este escolhimento representa a outra virtude a que dizem vontade”. “E noutro lugar disseram que a vontade sem obra morta era (...) ca tanto que estas duas virtudes, entender e vontade, se ajuntam com o poder de obrar e obram, então é chamado siso”²⁶⁹.

A tríade de virtudes apresentada pelos autores está representada pela vontade, poder, e saber (entender). À primeira caberia o papel de escolher por nós entre o bem e o mau, e à segunda trazer as condições para se cumprir a vontade. Mas a mais importante de todas é a terceira: o saber. Isto porque é este que realizará o julgamento entre o bem e o mau para que a vontade escolha, e consequentemente o possa obrar com virtude. Assim, sendo a cabeça das três virtudes, o saber é o que exige maior rigor no aprendizado, tendo em vista que só se adquire por esta via, e não naturalmente ou por graça, como as duas primeiras.

“E conhecendo que o ssaber dos senhores segundo razom em hua soo manha nom pode seer muyto avantejado, por certo he que a virtude espalhada he mais fraca que se for ajuntada, mas por averem converssaçom com muytas pessoas de stados e saberes desvairados, de mais cousas que outros avendo entender natural, razoadamente devem

²⁶⁸D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 2.

²⁶⁹D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 12.

*saber: porem a voontade me requiere – de algumas ouvy e per mym entendo – que screva, por sse dellas a meu juízo poderem filhar boos avysamentos sem nem hua perda*²⁷⁰.

A importância do saber chega mesmo a justificar a produção das obras. Afinal, tal virtude se apreende com muito mais vigor, quanto mais saberes estiverem juntos num mesmo espaço, a serem ensinados. Já os saberes espalhados tornam esta virtude fraca ao aprendido.

No que diz respeito à importância da “segurança da vontade” não só para o desenvolvimento das habilidades físicas, mas também morais, D. Duarte sentiu a necessidade de diferenciar quatro delas: *Primeira, chama carnal; segunda spiritual; terceira, tibia e prazenteira; a quarta, obediente ao entender*²⁷¹. As três primeiras, por estarem subjugadas ao desejo do coração, estão propensas a incorrer em pecados. E a quarta é dependente da razão e do conhecimento, habilidades fundamentais para o julgamento do certo e errado, e para permitir que o homem não seja escravo de seus impulsos, e se coloque no caminho boa vontade, justa e prudente.

E já quanto à terceira virtude, o poder, este, quando relacionado ao condicionamento físico, não deve ser encarado como fator embargador das boas obras. A força de vontade e o saber, unidos à esperança, bem são capazes de louvar os feitos daqueles que se encontram em fraqueza, gordura ou velhice.

*“Do corpo penssom alguus por fraqueza, ou velhice, ou gordura que nom poderóm seer boos cavalgadores, e porem perdem a voontade e leixam daprendero que para ello saber lhes he necessário. E ssom conhecidamente os mais em esto enganados, e assy em outras muytas cousas boas que por esta desaspeaçom perdem, que, se boa sperança ouvessem, cobrar poderiom*²⁷². *“...se voontade e saber ouverem, que o podernom lhes fallecerá*²⁷³.

E estas três virtudes são a base para remediar uma série de faltas apontadas aos monteiros, e que implicam em defeitos que carregarão para os demais âmbitos de suas

²⁷⁰D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 3.

²⁷¹Idem, pp. 89-90.

²⁷²Idem, p. 10.

²⁷³Idem, p. 11.

vidas. Entre estas faltas, as mais preocupantes, inclusive para o convívio social, são: A ganância:

“... e demais não vão com tal intenção os que vão ao monte como os mercadores quando passam o mar; ca estes sabido é que sua vontade sempre é fundar-se em grandes ganâncias, de que se recrescem cobiças e outras revoltas do mundo e não dão muito por enganar seu próximo com suas mercadorias, contanto que eles academ aquela ganância por que vão”²⁷⁴.

A falta com a verdade:

“Outra coisa há aí que os monteiros que bem sisudos não são, nunca quedam de falar no monte e nas coisas que lhes nele acontece; (...) Ora este falar no monte, quando se assim fala a miúde, muitas vezes falam muitas mentiras, ou querem parecer quando as assim dizem que são mentiras, por as muito estranhas coisas que se nele muitas vezes acontecem”²⁷⁵.

E a vanglória, a qual os autores defendem que nem sempre acompanham os monteiros, como muitos teóricos criticam. Por sua vez, deve ser evitada não só durante o exercício do jogos, mas em todos tarefas realizadas no quotidiano, pois ela nos faz cair em desgraça diante de Deus e falecer nos dons que recebemos por sua graça.

“Porque eles não tomam as coisas assim como devem de tomar, ca em dizer que andar ao monte é vaidade e por isso não deviam a mandar defender que não matassem os porcos, a isto dizem verdade. Mas esta vaidade e este pecado está neste jogo, como está em todas as outras obras que os homens fazem, ca em todas as obras que os homens fazem, em todas podem incorrer em bem fazer, ou em pecado, ou em coisa que não seja bem fazer, nem pecado”²⁷⁶.

“E sse presunçom, soberva ou vã gloria querem fazer levantar e trestomba[ndo] cayr, perdendo alguus começos de bem da alma e do corpo que deos nos tem

²⁷⁴D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 25.

²⁷⁵Idem, p. 28.

²⁷⁶Idem, p. 23.

*outorgados, logo apresentando ante nossa renembrancha cam pouco per nos vallemos e podemos*²⁷⁷.

Porque os príncipes de Avis souberam, por influência dos teóricos da Igreja, dar valor às intenções mais do às ações:

*“E diz S. Agostinho no Solilóquio, que não disse Deus que guardaria a fim dos dias do homem, mas que guardaria a que intenção e a que propósito o homem fazia as coisas que fazia, ca diz S. Agostinho que mais pára Deus mentes a que fim o homem faz o que faz, que na obra que é feita”*²⁷⁸.

E sobre as intenções daqueles que andam ao monte, finalizam, dando voz aos reis e grandes senhores como bússolas das intenções e condutas destes homens de armas:

*“... empero suas próprias intenções nunca são senão em servirem bem a seus senhores e fazerem-lhes prazer em tal guisa que, pelo prazer e serviço que lhes assim fazem, possam vir a ter deles bem”*²⁷⁹.

4.2 As Qualidades do Bom Governo:

Se aos cortesãos cabia o polimento da conduta para conviver o mais próximo do círculo régio, ao rei, o mais nobre de todos os seus pares, cabia a função de fornecer o exemplo desta conduta. Nieto Soria trabalhou com a vigência da proposta de um paradigma moral do monarca, no qual a vivência religiosa constituía a base do modelo comportamental²⁸⁰. Isto porque no período conhecido como Baixa Idade Média, a virtude se consolidou como signo fundamental de legitimação do poder real. O monarca se apresentava a priori como um personagem ético, e depois político, de tal forma que seus atos de poder deveriam se submeter aos ideais éticos.

²⁷⁷D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 25-26.

²⁷⁸D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 24.

²⁷⁹Idem, p. 25

²⁸⁰SORIA, José M. Nieto. *Fundamentos Ideológicos del poder real en Castilla*. Madrid: Eudema, 1988, p. 78.

Representando a justificação máxima das exigências de virtude, o monarca devia ser o mais virtuoso do reino, fato que fundamentava sua distinção e superioridade²⁸¹. Alguns inclusive interiorizaram de tal forma este papel de rei cristão e virtuoso, que contribuíram essencialmente para a definição deste ideal para o restante dos reis medievais.

O autor cita a literatura política da época como veiculadora das virtudes esperadas do rei, que se conjugam visando formar um modelo que pudesse alcançar o máximo de aceitação. Muitas coincidem com as virtudes teologais e cardinais: temperança, justiça, prudência, fortaleza, e fé, esperança, caridade. A estas costumam juntar-se outros dons do Espírito Santo como piedade, temor a Deus, sabedoria, entre outros. Porém, no século XV, tais virtudes de inspiração religiosa passam a dividir espaço com as de caráter laico, que enaltecem graciosidade, lindo gesto, formosura, cortesia, entre outros como clemência, misericórdia, e sinceridade²⁸².

Como representante de Deus em seu reino, cobrava-se do rei um comportamento virtuoso que servisse de exemplo a seus súditos, pois o autocontrole sobre os vícios era inerente às responsabilidades do ministério régio. O que se exigia era sua capacidade de se auto-governar, tema incluído não apenas na literatura política, mas também nas mais variadas obras que constituem a Prosa Moralística de Avis.

As especificidades portuguesas referentes à figura régia foram construídas, mediante reordenação das imagens existentes no mundo cristão, pela necessidade de legitimação da dinastia avisina que se impunha no país. Uma das representações mais importantes deste quadro, de caráter teológico, é a do governante com características messiânicas e evangélicas, que liga o rei, eleito por Deus, e o reino ao propósito divino de salvar a fé e a cristandade²⁸³.

Esta missão salvacionista acabou se refletindo numa associação da identidade cristã à portuguesa, e do espaço nacional português com os lugares utópicos do cristianismo, em especial a relação específica que liga o Paço, enunciador por excelência deste discurso legitimador, ao Paraíso²⁸⁴. E toda esta fusão de imagens sacralizadas culminou na exaltação da moralidade da ação do governante como

²⁸¹Idem, p. 84.

²⁸²Idem, pp. 85-86.

²⁸³FRÓES, Vânia L. *Era no Tempo do Rei – estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Niterói: EDUFF, 1995, p. 118.

²⁸⁴Idem, pp. 119-120.

fundamento da “boa governança do Reino”. Assim consolida-se o ideal do Príncipe Perfeito dos Espelhos de Príncipes²⁸⁵.

Estes manuais de conduta régias eram destinados a educar os futuros príncipes no ofício régio. Isto porque, já no século XIII, assiste-se a sucessão hereditária e dinástica fundamental, com novo vigor, a legitimidade do poder real. O fato é que o sangue assegurava a ascensão dos príncipes, mas não trazia consigo a garantia de que estes seriam bons reis. Daí a compreensão da necessidade do ofício régio ser ensinado desde cedo aos futuros governantes. Com forte conteúdo teológico e moralizante, estes manuais atrelavam as principais funções do monarca às valiosas virtudes do mundo cristão: o rei ideal tinha como prioridades a obediência a Deus e à Igreja, a promoção da paz e justiça em seu território, e atender às demandas de seu povo²⁸⁶.

Visto a importância do franciscanismo como um dos substratos desta imagem régia avisina, a caridade aparece como uma das virtudes mais rigorosamente cultivadas. O pobre é o objeto de piedade e compaixão, aquele que pela ajuda e misericórdia eleva o cristão à salvação. Esta função foi assimilada pelo poder real avisino que se preocupou com a construção de grandiosos edifícios destinados à assistência aos pobres²⁸⁷. A imagem messiânica ainda possuía outro sustento: as mercês e perdões que declaram a piedade e misericórdia régia.

A virtude da generosidade era de fato bem valorizada pelos medievais, pois representava o contraponto a um dos vícios mais criticados: a avareza, encarada como o acúmulo de bens materiais tendo o lucro como objetivo máximo. Assim, a riqueza não era mal vista desde que bem utilizada, o que se realizaria através do ato da generosidade. Este por sua vez não deveria acontecer desenfreadamente, e sim seguir um padrão, conhecendo-se sempre a quem, o instante e a quantia a se dar²⁸⁸.

A liberalidade aparece com maior importância quando se trata da figura régia. E isto não apenas pelo dever real de representar o exemplo de conduta para seus súditos, mas também pela necessidade de manter a obediência e lealdade destes. A origem do poder régio é tratada pelas tradições políticas medievais tanto pela via da escolha de Deus, quanto pela via de um pacto entre governante e súditos. Desta forma, a prática da

²⁸⁵Idem, p. 121.

²⁸⁶Idem, p. 20.

²⁸⁷Idem, p. 130.

²⁸⁸MELLO, Ieda Avênia de. *Rituais e cerimônias régias da Dinastia de Avis : pacto e conflito na entronização de D.João II (Portugal-1438-1495)*. Niterói: EDUFF, 2007, p. 38.

generosidade através da distribuição de mercês pelos monarcas tornava-se tão importante para justificar sua posição, quanto a manutenção de sua imagem enquanto sagrada e virtuosa. Enquanto representante de Deus na terra, o rei deveria corresponder à generosidade divina em seu reino. O rei generoso conseguia conquistar e sustentar a fidelidade de seus súditos, quase sempre dispostos a acatar suas ordens²⁸⁹.

Estudiosos sobre a questão da dádiva e do dom, como Marcel Mauss e Maurice Godelier, compreendem estas ações como criadoras de um ciclo de obrigações que alimenta a dupla relação estabelecida entre doador e receptor. Estas relações se definem pela solidariedade, já que existe uma repartição do que se possui, e pela superioridade, pois cria-se uma dependência entre o receptor e o doador até que aquele pague seu débito com a retribuição do que lhe foi dado. É justamente a desigualdade estabelecida entre os membros deste ciclo, que se transforma em hierarquia, ou corrobora com a já existente. O dom mostra esta capacidade de unir e distanciar socialmente os envolvidos²⁹⁰.

Neste período do baixo medievo, a influencia política de um indivíduo estava atrelada à sua capacidade de distribuir benefícios e recompensar os recebidos. A economia da troca de favores representada pelo dom define grande parte das relações sociais e políticas. Visto que o benefício normalmente não envolvia importância econômica, as possibilidades de retribuição apresentavam-se infinitas tanto pela forma quanto pelo valor. Os monarcas se apropriaram deste jogo de ganhos simbólicos, fortalecendo os laços mantidos com seus súditos, e acumulando um crescente poder com o recebimento de gratidão e serviços em troca das dádivas concedidas²⁹¹.

As relações de poder existentes entre o rei e seus súditos podem ser entendidas à luz de relações assimétricas de amizade, nas quais existe um desequilíbrio entre os envolvidos. A desigualdade é manifestada nos papéis: o lado dominante dando benefícios sem retorno imediato; e o lado dominado mostrando respeito, atenção e disponibilidade para trabalhos futuros. A obrigatoriedade da reciprocidade torna esta relação ideal para concluir alianças e interesses políticos²⁹².

²⁸⁹Ibidem.

²⁹⁰Idem, p. 39.

²⁹¹HESPANHA, Antônio Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. "As Redes Clientelares" in: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 382.

²⁹²Idem, pp. 382-383.

O acúmulo de força política atrelada ao poder pessoal de quem domina este tipo de relação torna-se mais chamativo ao monarca, quando este, enquanto senhor dos senhores, assume o papel de grande intermediário de seus súditos envolvidos nesta relação. Ao mediar o contato entre os agentes, o rei avalia de acordo com sua vontade os bens a serem concedidos e as formas de retribuição, controlando o interesse de todos de forma que não perturbem os seus. Ao final era ele quem saía destas trocas com maior número de vantagens²⁹³.

Completando este quadro que relaciona a liberalidade régia com o fortalecimento da imagem e ação política do monarca, não se deve esquecer a importância atribuída à Magnificência. Esta se definiria como a capacidade de realizar despesas em benefício do bem comum, e cuja grandeza estivesse de acordo com o *status* de quem realiza. Acabou se tornando uma virtude ligada intimamente à figura régia, como mostra tanto os diversos exemplos de gastos em cerimônias públicas, quanto nos temas literários onde a liberalidade manifesta sua grandeza através da magnificência. Assim, esta fortalece, sob a égide do rei, ainda mais os vínculos sociais baseados nas dádivas²⁹⁴.

Os príncipes de Avis parecem ter usado de todo esse manancial de imagens e tipos para que sua autoridade fosse aprovada e reconhecida espontaneamente por seus súditos. Isto entendendo a autoridade como um elemento que não coage fisicamente, apenas moralmente, na busca de se consagrar perante a opinião pública. Daí a importância persuasiva das imagens criadas em torno da figura régia, as quais funcionaram perfeitamente na imposição de valores e comportamentos segundo critérios diversificados de sociabilização. A coação mostrou-se sutil e seguindo uma matriz psicopedagógica que discernia os bons valores sociais a que se devia adaptar²⁹⁵.

Entretanto, a peculiaridade da Dinastia de Avis não se resumiu à adaptação dos temas e imagens cristãs à experiência portuguesa. Estes príncipes não se preocuparam apenas em encarnar tais imagens através da leitura de textos apropriados. Importaram-se também em meditar sobre suas funções de príncipe, idealizando um poder racional e virtuoso, e escrever sobre isto das mais variadas formas, visando divulgar estas idéias

²⁹³Ibidem.

²⁹⁴MELLO, Ieda Avênia de. *Rituais e cerimônias régias da Dinastia de Avis: pacto e conflito na entronização de D.João II (Portugal-1438-1495)*. Niterói: EDUFF, 2007, pp. 46-47.

²⁹⁵MATTOSO, José. *História de Portugal, vol.II. A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 510.

entre seus súditos²⁹⁶. Os conselhos, cartas e tratados que escreviam mostravam a crença de que a atividade da escrita não representava um ócio negativo que desviava os soberanos de suas funções administrativas principais. Pelo contrário, a Prosa Moralística mostra claramente os benefícios não só das atividades físicas, mas também do hábito de escrever, para a aquisição das virtudes necessárias ao bom governo.

“Esto escrevo segundo meu costume geralmente fallando, por que sey que alguus mouros, por muy curto cavalgarem (...); e os Irlandeses, por nom trazerem strebeiras (...). E assy cada naçom tem seu jeito, do qual nom me embargo, porque eu screvo principalmente para ensynar meus suditos, antre os quaaes esta declaro me parece mais aprovada maneira”²⁹⁷.

“E porque o estado e honra dos reis não esta senão nos bons de sua terra, porem muito se devem de guardar, que por nenhum sabor do mundo não perdessem os bons talentos deles”²⁹⁸.

Os príncipes de Avis começam por diferenciar os costumes adotados durante os jogos pelos portugueses, dos costumes estrangeiros, para em seguida exaltar os hábitos de seu povo, a que já se referem como súditos. Isto indica a necessidade sentida pelos membros da cavalaria, de se criar um código cavaleiresco específico, adaptado ao perfil lusitano. Mais do que isto, sugere também um sentimento nacionalista principiante, que se utiliza justamente dessa capacidade da imagem régia de aglutinar uma diversidade de pessoas dentro de um território, segundo costumes próprios. Costumes estes que são difundidos pelo monarca, o grande educador de seu povo, tendo em vista que os talentos e virtudes de seus súditos são os responsáveis pela manutenção de sua honra.

“... screvo algumas cousas per que seran ajudados pera a melhor percalçar os que as leerem com boa vontade e quiserem fazer o que per mym em esto lhes for declarado. E ssaybham primeiramente que esta manha mais se acalca per naçom, acertamento de aver boas bestas, e aazo contynuado dandar em ellas, morando em casa e

²⁹⁶SARAIVA, José Antônio. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2000, pp. 113-115.

²⁹⁷D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 131.

²⁹⁸D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 27.

*terra que haja boos cavalgadores e prezem os que ssom
...²⁹⁹.*

“... porem devem os escudeiros e cavaleiros, quando a estes jogos vierem e a todos os outros que adiante diremos, que algumas vezes fazem os reis em suas casas pelos honrar, que venham a eles ledos e com boas vontades e isto por duas coisas: a primeira, por se mostrarem que são homens que sabem o que hão-de fazer, ca muito está bem aos que hão-de andar em paço, saberem bem o que hão-de fazer para honrar o seu senhor; ca os que andam em paço muito honram seu senhor, quando sabem o que hão-de fazer, segundo as maneiras que aos bons convém ter, ca diz o exemplo, diz-me com quem viveste e dir-te-ei que manhas tens; porque quando os que vivem com o senhor bem sabem as coisas que lhe convém de fazer, grande presunção fazem que seu senhor é bom”³⁰⁰.

Os livros são admitidos como veículos válidos para despertar a boa vontade nos que pretendem aprender tais manhas, e as virtudes advindas delas. Entretanto, estas mesmas manhas para bem serem perfeitamente apreendidas devem o ser numa casa onde haja bons e experientes cavaleiros, que servirão de exemplo para os aprendizes. Os reis avisinos utilizam inclusive este argumento para enaltecer sua terra como boa formadora de cavaleiros, que devem ser prezados e se espelhem nos melhores. Isto porque se cavaleiros e escudeiros conhecem bem suas funções e as cumprem com louvor, honram seu senhor e sua casa. E quanto mais honrada uma casa, mais aumenta a glória dos que dela participam.

“Mas do exempro dos senhores e dos principaaes, como dito he, toda casa ou reyno filham grande exempro em semelhante. E esso medes emno seguymto das virtudes, de que vejo ao presente (...) que sempre vyrom emno muy virtuoso e de grandes virtudes elrrey meu senhor e padre, ena muyto virtuosa Raynha, minha senhora e madre, os principaaes de sua casa e todollos outros do reyno per graça que lhe foy outorgada fezerom gram melhoramento

²⁹⁹D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 1.

³⁰⁰D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 14.

em leixarem maaos costumes e acrecentarem em virtudes”³⁰¹.

*“Pois até aqui começamos a falar das coisas por que os reis poderão vir a mal se fossem monteiros, em como não deviam a ser (...) e isto mesmo cumpre de serem guardados todos os cavaleiros e escudeiros, que deste jogo hão-de usar, ca os cavaleiros e escudeiros sempre deviam a ter este andar do monte por jogo e fazerem assim conta dele...”*³⁰².

Se os cavaleiros e escudeiros devem se espelhar nos melhores do reino, chegamos ao ponto em que o rei, enquanto representante de Deus na terra, desempenha o papel de exemplo máximo das virtudes e costumes a serem seguidos por seus súditos. Os próprios ensinamentos destinados aos reis na prosa moralística mostram-se aqui aptos a serem seguidos pelos demais membros da nobreza. Não se deve esquecer, que a dinastia avisina trouxe consigo uma nobreza constituída por novos elementos, como a nobreza de segunda, ávidos por conquistar privilégios que antes lhe eram negligenciados. Por isso, o rei deveria se esforçar constantemente para “domar” esta nobreza, fazendo-lhes absorver os valores morais difundidos pela propaganda dinástica.

*“Ca por os grandes cuydados que se me recrecerom depois que pella graça de deos fuy feito Rey, poucos tempos me ficam pêra poder sobr’ello cuydar nem screver; ca outros nom filho senom aquelles que sem torvamento dos outros grandes feitos de que som encarregado posso bem aver...”*³⁰³.

*“Mais em mynha casa vy: em quanto per mym erom husadas, todallas agora seguem e tam bem as que deseparom, os que de grande stado erom e a mym chegados semelhante faziom, e delles era pellos outros filhado exempro. E como eu fuy cessando por grandes ocupações de as custumar, assy fezerom os mayores, e Esso medes os mais somenos, que aos principaes da casa sempre seguem”*³⁰⁴.

³⁰¹D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 119.

³⁰²D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 29.

³⁰³D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 127.

³⁰⁴Idem, pp. 118-119.

A prova empírica fornecida por D. Duarte a respeito da importância do papel da figura régia como exemplo para todos os que rege, está na constatação de que os talentos encontrados em manhas como equitação e montaria começaram a diminuir à medida que o rei, ocupado com o acúmulo de tarefas administrativas, passou a reduzir seu tempo de dedicação a estas práticas. Entretanto, o rei ainda se preocupa em manter sempre que possível o cuidado com algumas manhas, desde que não atrapalhem sua função maior, ou seja, o governo.

“E isto dizemos que assim o pode fazer qualquer rei que andar ao monte, ca fazendo por se mais chegar a Deus, entendendo que indo ao monte poderia melhor fazer o que é teúdo de fazer e então merecia, ca posto que o andar ao monte não seja obra meritória, pois que ele corre por fazer melhor o que lhe Deus mandou, todavia por isso merecia por esta guisa. E quando o corresse por esta intenção, em parando mentes, em como Deus lhe deu a reger tanta muita gente e como lhe tem dado tão grande encargo para o bem reger e se achasse o entendimento tão enfadado e tão cansado, que por tal enfadamento não pudesse chegar a fazer os desembargos, que teúdo é fazer, então por perder aquele enfadamento, com vontade de fazer aquela coisa melhor que lhe Deus mandou fazer, sobre tal intenção indo ao monte, em tal correr do monte força seria que ele ante Deus mandou merecesse”³⁰⁵.

“Ca por certo grande embargo na vontade de ter vergonha devia ter o rei, que seu tempo nunca despendesse noutra coisa, senão em andar por matos em como o fazem as alimarias; ca como quer que o monte seja dado aos reis de andar a ele, pero todavia o mais de seu tempo deviam a pôr nas grandes coisas, que tem de fazer, que a seu estado cumprem. Ca se de outra guisa o fizessem, muito errariam nas coisas que teudos são de fazer, ca aquilo que o rei é teúdo de fazer, assim há-de fazer em tal guisa que sempre as gentes de sua terra, também como a terra, sejam assim percebidas, que não possam receber mal de seus inimigos, posto que duvidosa coisa fosse de lho fazer; e deve trabalhar que faça sempre direito e justiça com temor de Deus”³⁰⁶.

³⁰⁵D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 24.

³⁰⁶Idem, p. 28.

Tal preocupação é assim justificada ao longo das obras mediante constante ligação dos proveitos dos jogos com a arte de governar. As práticas destas manhas, além de fornecer inúmeras virtudes ao rei levam à *folgança*, que combate o enfadamento das tarefas quotidianas. O alerta é que estas atividades lúdicas não devem atrapalhar o exercício das funções régias, e precisam ser realizadas seguindo os princípios de Deus, que deu ao monarca a tarefa de reger os homens.

“E veendo que meu coração nom pode sempre cuidar no que segundo meu estado seria melhor e mais proveitoso (...) achey por boo e proveitoso remédio algumas vezes penssar e de mynha mão screver em esto por requirymento da voontade e de folgança que em ello sento”³⁰⁷.

Há que se lembrar que no século XV, se aprofunda a transição da figura régia como predominantemente guerreira, o antigo rei dos campos de batalha, para as figuras tanto de um rei ministerial, ou seja, associado a múltiplas tarefas governativas, quanto de um rei sábio, que se dedica a exercícios intelectuais de forma a se aprimorar. Justamente pela falta de tempo para praticar com frequência as manhas com as quais se aprendem e se mostram as virtudes, o rei, para não negligenciá-las, sente em seu coração a necessidade de escrever sobre estes jogos e os proveitos que deles se absorve. Mais do que isto, o rei encontra na escrita uma forma produtiva de aproveitar seus momentos de ócio e folga do governo, o que por sua vez indica que as atividades intelectuais são bastante compatíveis com as administrativas, ao contrário do que muitos pensavam. Escrever sobre temas virtuosos era uma forma de o rei se entreter, de forma que esteja sempre disposto e não sobrecarregado quando houvesse de cumprir seus deveres.

“E el crea o que lhe disserem, e lhe obedeça, por que necessario he ao que aprende creer e obedeeceer a aquel que o ensyna”³⁰⁸.

³⁰⁷D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 2-3.

³⁰⁸Idem, p. 73.

Além disso, a autoridade com a qual passa seus ensinamentos, e cobra obediência, não vem apenas de sua legítima imagem de espelho das virtudes, mas também de toda a experiência prática que obteve ao longo de seu preparo para exercício do governo, e de sua competência pedagógica.

“E ssomariamente de homem a que convem teer boas bestas, e as saber bem cavalgar, se sseguem estas seis vantagens: A primeira, seer mais prestes pêra servir seu senhor, honrra e proveito ...”³⁰⁹.

“... os moços que trouxerem os cães e forem ao monte, não devem ir espalhados, mas todos juntos e isto por duas coisas: a primeira por seu senhor os achar todos juntos, para lhes poder mandar fazer aquilo que por bem vir que se em aquele monte deve fazer; a segunda, por parecerem bem, ca crede que uma das boas vistas que se no monte pode fazer, é quando os moços são muitos e bem apostados para tal oficio e os cães são formosos”³¹⁰.

“... boas vontades de fazer todallas cousas virtuosamente e lealmente a deos e aos homees”³¹¹.

As características políticas destas obras começam a ficar mais explícitas a partir de certos pontos. Elas corroboram ideologicamente com a manutenção e legitimidade do poderio único e centralizado nas mãos do monarca. Sendo o governo do reino concedido ao rei diretamente por Deus, e tornando-se aquele representante deste na terra, a fidelidade dos cristãos à sua religião é assim transposta para a relação rei/súdito. Ou seja, os nobres jogos descritos por esta literatura mostram aos leitores que uma das grandes virtudes que se deve possuir e demonstrar são a lealdade e serviço ao senhor. Como o rei é o senhor máximo em sua terra, esta afirmação torna-se fundamental para submeter todo o reino, em especial os audaciosos cavaleiros de sua corte, a seu comando.

“Mas em todallas cousas os boos h[o]mees nom devem de curar dopenyooes, mas firmar em cada hua certa

³⁰⁹Idem, p. 9.

³¹⁰D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 109.

³¹¹D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 8.

determynaçom per camynho mais dereito e perlongadamente por os boos aprovado. E aquel, por cousa que venha, sua voontade nunca mude, sperando em todo galardom do dereito senhor que a cada huu graciosamente sempre dá segundo suas obras”³¹².

“E com tudo isto, todavia, trabalharem-se sempre de bem servir àquele com que andarem nas coisas de seu senhor, em que cumpre de servir, por as quais coisas seu senhor presuma dele que é bom e que de vontade lhe dê encarrego dos seus feitos, que a sua fazenda e honra cumpre. Ca o escudeiro que ande com algum senhor e o senhor lhe não dá encarrego de seus feitos, como encomendando-lhe officio ou mandando-lhe recadar algumas coisas, sempre seu bem fazer está em ventura; e por isto se devem de guardar os escudeiros, que por andar ao monte não percam de fazer as coisas por que é caminho de virem a ser bons e prezados de seu senhor”³¹³.

“Porque nom há despesa pêra que mais sem empacho requeiram mercees aos senhores que pêra se comprarem bestas e as governarem, nem os senhores mais geeralmente acostumem fazer”³¹⁴.

Os súditos devem seguir firme em sua vontade não desviando do caminho do bom cumprimento de suas tarefas, e não dar atenção a opiniões avulsas, mas sim observar os experientes. É claro que as justificativas destas cobranças vinham acompanhadas de recompensas do senhor como fontes legitimadoras. A lealdade ao rei vinha assim acompanhada de inúmeras mercês e honras dadas aos cavaleiros, devendo ser gastas comprando material para se fazer sempre melhor cavaleiro para sempre bem servir ao monarca. Enfim, são os officios destinados aos súditos e seu bom cumprimento que definem o quão prezado o nobre é, e consequentemente, os prestígios e recompensas adquiridos desta forma definem a distinção e hierarquia dentro desta sociedade de corte. Distinção esta que possui como fundamento principal a proximidade com o rei, e a participação nos grandes feitos deste, como conclui a passagem:

³¹²Idem, p. 42.

³¹³D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 29.

³¹⁴D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 11.

“Outra coisa há aí que os monteiros que bem sisudos não são, nunca quedam de falar no monte e nas coisas que lhes nele acontece; da qual coisa se os reis devem muito de guardar, ca é muito má manha para qualquer homem que seja, demais para el-rei, falarem dos feitos do monte e a miude, ca os reis quando estivessem entre os seus e ainda em praça, quando o pudessem fazer, sempre deviam a falar nos grandes feitos e das guerras que se fazem pelas partes da terra, todavia louvando os que foram leais e em ardimento bons; e isto por dar vontade aos seus de serem todos bons, ca muito grande talante dá aos que andam com os reis de fazerem os grandes feitos, quando vêem que o rei folga de falar neles e o tem por bem aos que o fazem”³¹⁵.

4.3 Distinção e Hierarquia:

Sociedade heterogênea, com maior diversidade de funções e interdependência entre os indivíduos, a sociedade de corte, que começa a se formar no fim da Idade Média, exige em seu seio a existência de uma hierarquia delimitada, e meios visíveis de distinção entre seus membros. Isto porque o prestígio e as mercês passam a ficar atrelados à proximidade com o monarca e, visto que esta honra não cabe a todos ao mesmo tempo, os que já a possuem têm que manter uma diferenciação de *status* ante os anseios dos que estão em ascensão. Ao rei era necessário manter a distinção de seu grupo mais próximo em relação ao restante da sociedade, de forma que sua figura estivesse cercada de uma nobilitação legitimadora de sua posição. Da mesma forma, era fundamental a manutenção da hierarquia interna, tendo em vista que a competição em torno desta fundamenta sua função de mediador entre os cortesãos.

Rita Costa Gomes analisou profundamente o funcionamento da sociedade de corte portuguesa, que começou a se formar com o início da dinastia avizina, observando a recorrência destas características. Percebe-se neste contexto sucessivas distinções ligadas a variados fatores, em primeiro lugar, a condição social do indivíduo, especialmente os nobres, aos quais as mercês régias importam mais pela possibilidade de distinção do que por qualquer valor econômico que possuam. Entretanto, entre estes próprios nobres, outro fator surge a fim de distingui-los, que se refere à origem social do

³¹⁵D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 28.

indivíduo. Afinal, sabe-se que a ascensão do Mestre de Avis levou consigo diversos grupos que chegaram à nobreza de maneiras diferentes³¹⁶.

A divisão existente entre escudeiros e cavaleiros mostra-se como outro importante fator distintivo nesta sociedade de corte, não apenas por cada um destes cumprirem papéis diferentes no ofício da guerra, mas também pela questão da idade condizente a estas funções. A multiplicidade dos cargos, com funções variadas, é também responsável por uma forte linha distintiva. Um dos grupos estatutários que mais se distingue é o composto pelos moradores da casa real, cujo prestígio se fundamentava no serviço ao monarca partilhando de sua convivência. Estes externavam um estilo de vida peculiar, baseado nos valores e comportamentos tradicionais da nobreza, distinguindo-se mais ainda³¹⁷.

A autora considera forçosa a conclusão de que as distinções nesta sociedade seriam demarcadas pela “equilibrada correspondência entre a condição e a origem social do indivíduo, a dignidade do cargo que desempenhava e a própria mercê do rei”, que por sua vez era uma variante que se sobrepunha aos demais fatores. O fato é que esta hierarquia é parte fundamental da estrutura da sociedade de corte. A posição que aí ocupa cada indivíduo indica seguramente o favor ou desfavor régio. Porém deve-se manter que esta ordem está sempre sujeita a alteração de acordo com a vontade do monarca³¹⁸.

Outros valores de ação, além da vontade régia, são responsáveis pelas distinções nesta sociedade cortesã do baixo-medieval. A generosidade expressa através de relações recíprocas nas quais se inclui a temática dos dons, vistas anteriormente, não servem, por exemplo, apenas à legitimação da superioridade e acúmulo de poder por parte dos monarcas. Ela também se situa como peça chave das relações entre os súditos formando uma forte hierarquia social na qual honra e prestígio constituem-se em componentes fundamentais. Isto porque a generosidade fundamenta o ideal medieval de que o indivíduo é aquilo que ele dá, o que justifica a obrigatoriedade destas prestações aparentemente voluntárias. Aqueles que conseguem manter o nível das doações e retribuições sustentam a afirmação de sua riqueza e poder. Aqueles que não

³¹⁶GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Linda-a-Velha: DIFEL, 1995, p. 208.

³¹⁷Idem, p. 210.

³¹⁸Idem, p. 209.

desempenham seu papel são cada vez mais colocados à margem do convívio social, perdendo a proximidade com o rei, importante fator de distinção³¹⁹.

A *priori*, estas trocas de prestações, delimitadoras de níveis sociais de *status*, assumem um caráter simétrico, ou seja, ocorrem entre indivíduos com situação semelhante no interior da sociedade, o que dificulta a adoção de uma posição superior. Resultam assim no reconhecimento da influência política, e na confirmação de títulos e *status* já conquistados, para os que dela participam. Entretanto, muitas vezes estas relações tomam aspecto de rivalidade e competição, onde se objetiva uma doação em que seja impossível uma retribuição equivalente. Isto levaria à aquisição de uma dívida “eterna” pelo donatário, levando-o a perder seu prestígio o se subordinar ao doador³²⁰.

Este comportamento tendo em vista a posse de preponderância política, e até simbólica, gerou uma rede de interdependência que viabilizava o acesso a apenas alguns indivíduos em detrimento dos demais. Esta hierarquização se justifica pelo fato de os recursos a serem usufruídos já estarem definidos, e conseqüentemente, pela necessidade de distinguir na sociedade os poucos que deles farão uso³²¹.

Tão importante quanto fixar as distinções sociais, era exibi-las e, para isto, não havia melhor recurso do que as cerimônias e os ritos, enquanto atos públicos que manifestavam o poder real e a hierarquia entre seus súditos. Durante a Idade Média, encontramos a figura do rei e sua corte, enquanto difusora das imagens e ideologias régias, rodeados de cerimônias e ritos. Exemplos destes destacam-se as inaugurações, entradas, funerais régios, dentre outros. O fato é que no final do período medieval assiste-se a constituição de um amplo sistema cerimonial, cujos ritos, revelando características conservadoras, manifestam o objetivo de transmitir constantemente a história do reino, e assim garantir sua conservação no presente³²².

Com este intuito, os ritos e cerimônias se integram como partes fundamentais do sistema político, construindo, justificando, e reformando as relações entre governantes e súditos. Soria estudou a capacidade legitimadora do poder manifesto que os

³¹⁹MELLO, Ieda Avênia de. *Rituais e cerimônias régias da Dinastia de Avis : pacto e conflito na entronização de D.João II (Portugal-1438-1495)*. Niterói: EDUFF, 2007, p. 42.

³²⁰Idem, pp. 43-44.

³²¹HESPANHA, Antônio Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. “As Redes Clientelares” in: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 383.

³²²MELLO, Ieda Avênia de. *Rituais e cerimônias régias da Dinastia de Avis: pacto e conflito na entronização de D.João II (Portugal-1438-1495)*. Niterói: EDUFF, 2007, p. 28.

cerimoniais, difundidos via encenação, possuíam. Aliás, tornaram-se um dos melhores meios propagandísticos das ideologias legitimadoras de poder. Um destes principais ritos legitimadores era a sagração. Mais do que isto, os ritos constroem um poder invisível àqueles que lhe estão sujeitos, e através de seus símbolos, reproduzem a ordem social, integrando toda a sociedade lógica e moralmente numa mesma visão de mundo³²³.

As cerimônias podem ser entendidas como manifestações de sentimentos e atitudes comuns via ações essencialmente simbólicas, e organizadas normativamente de acordo com os momentos apropriados³²⁴. Assim, a sociedade medieval ritualizou seu cotidiano, adotando especificidades de acordo com suas hierarquias. E apesar de a Igreja se afirmar como grande produtora de ritos parece não ter influenciado alguns ritos aristocráticos, como os ritos de entrada em vassalagem. O que não significa que tais ritos mais próximos do poder, não tenham sido alvo de várias interpretações simbólicas, como as vindas da realeza. Usando referenciais bíblicos e vetero-testamentários, a realeza realizou interpretações simbólicas das insígnias do poder e das imagens régias, conseguindo unir palavras, gestos e objetos numa grande manifestação física do poder e sua ideologia³²⁵.

Considerando a corte como espaço definido pela presença do rei, e no qual desenvolvem-se as atividades dos “cortesãos”, Rita C. Gomes, definiu o “serviço de corte”, ou seja as atividades quotidianas destes, como constituído por atividades rituais, “que organizam uma das principais modalidades do tempo coletivo no interior deste microcosmo social”. Entretanto a autora faz a ressalva de se distinguir conceitualmente os “usos” da corte, das cerimônias propriamente ditas. Os primeiros constituem um conjunto mais ou menos estruturado de atividades rituais de dedicação específica dos cortesãos, e seguindo tradições locais, embora sobre um quadro genérico pertencente às cortes ocidentais³²⁶.

Quanto ao “cerimonial”, podemos enxergá-lo sob duas perspectivas. Primeiramente como discurso normativo escrito, de responsabilidade particular do

³²³SORIA, José M. Nieto. *Fundamentos Ideológicos del poder real en Castilla*. Madrid: Eudema, 1988, pp. 19-20.

³²⁴MELLO, Ieda Avênia de. *Rituais e cerimônias régias da Dinastia de Avis : pacto e conflito na entronização de D.João II (Portugal-1438-1495)*. Niterói: EDUFF, 2007, p. 29.

³²⁵Idem, pp. 30-31.

³²⁶GOMES, Rita C. *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Linda-a-Velha: DIFEL, 1995, p. 295.

monarca, através do qual se faz a transmissão dos usos de uma corte. As bibliotecas no fim da Idade Média tornaram-se repositários de inúmeros manuscritos contendo textos sobre usos da corte. A segunda perspectiva trata o cerimonial como conjunto de práticas rituais da corte, organizados sistematicamente. Na verdade, a cerimônia aparece em sua obra mais como um tipo particular de ritual, um conjunto de procedimentos, já que “a ação ritual é o objeto próprio da cerimônia, a sua eficácia e o seu fim”. O importante é o que eles têm em comum, ou seja, o caráter rememorativo e de aprendizagem³²⁷.

As cerimônias serviam como reforço ao poderio régio, ao mesmo tempo em que, sendo ato próprio do Paço, representavam um palco específico no qual os diferentes grupos sociais manifestavam e negociavam seus interesses e contradições, mediados pelo rei³²⁸.

Os monarcas avisinos souberam encarnar os jogos com elementos cerimoniais, inserindo-os, junto com os banquetes e as danças, no centro dos ritos festivos. Seguindo padrões normativos como os rituais, estes jogos se mostraram fundamentais na exibição da distinção da nobreza sob diversos aspectos, como mostram as fontes.

“... e outrossim, quando os reis fazem suas festas não podem tão bem mostrar o prazer que têm, como por este jogo que a todos parece bem, quando bem feito é; e que os gestos e coisas que hão-de fazer os cavaleiros e os escudeiros, que o de o fazer têm, demonstrem a ledice do seu senhor, ca muito está mal aos cavaleiros e escudeiros, quando as coisas que seu senhor faz com ledice e por honrar sua casa, vierem a elas tristemente”³²⁹.

Para D. João I, os jogos tinham uma importância tão grande quanto determinadas festas e cerimoniais da corte, e muitas vezes até maior. De fato, eles eram, na maior parte das vezes, acompanhados de grandes festividades, organizadas minuciosamente. Pode-se enxergá-los, assim, como cerimônias fundamentais, repletas de signos e gestos, que expressavam não só a dignidade régia e as relações de lealdade entre o rei e os cavaleiros, seus súditos, mas também a própria distinção da nobreza, que acompanhava o rei, neste restrito círculo cortesão.

³²⁷Idem, pp. 296-297.

³²⁸MELLO, Ieda Avênia de. *Rituais e cerimônias régias da Dinastia de Avis: pacto e conflito na entronização de D. João II (Portugal-1438-1495)*. Niterói: EDUFF, 2007, p. 37.

³²⁹D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 14.

“... mas o que eu o fiz por grande afeição e boa husança que desta manha ouve, a qual vejo tam esqueecida antre a gente de stado e de boa linhagem, que muyto duvydo viir em grande esqueecimento”³³⁰.

“E porque todas as coisas se querem castigar segundo sua natureza, assim como num filho de um grande, que fosse de grande linhagem, não cumpria que fosse castigado como castigam o filho de um azemel, assim não devem castigar um alão como um podengo de mostra, que nunca se castiga senão por couces e pancadas e isto não cumpre fazer aos alãos. Ca falando o conde Lucanor do castigo dos moços fidalgos, pôs em seu exemplo e disse: não castigues môo mal trazendo, mas diz-lhes com que lhe vá prazendo. E assim, porque os alãos são da mais nobre casta de cães, por tanto os não devem castigar por mal, ca sua sua nobreza é tamanha entre todos os cães, em como os fidalgos são entre todos os homens e tanto não querem ser castigados por força”³³¹.

A distinção demarcada por estes jogos tem como base a ligação direta deles com a nobreza. São atividades destinadas aos homens de boa linhagem, com virtudes e proveitos que devem ser principalmente mantidas pelos nobres. A hierarquia social, na qual a nobreza está no topo, mostra-se inclusive por analogias entre o tratamento dos membros desta com os nobres animais utilizados nestes exercícios lúdicos. Os alãos, cães mais nobres, são como os filhos de boa linhagem, e não devem ser castigados com brutalidade, mas como sua nobreza condiz. Nunca se deve repreender ou elogiar um homem de boa linhagem da mesma forma que se faria com um azemel (indivíduo que conduz besta de carga).

“Porem dou em conselho a quaaes quer que (t)em stado de cavalaria forem, e a outros a que conveher esto, que se trabalhem de ssaberem esta manha bem, e ajam della boa husança segundo a cadahuu perteeceer”³³².

“Outrossim os moços do monte sempre devem a cuidar em como virão a ser escudeiros, ou em como virão a ser bem cazados; e os que tas coisas quizerem ter, devem-se

³³⁰D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 125.

³³¹D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 39.

³³²D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 126.

de guardar de fazerem tais feitos por que se lhes pusessem ser tornadas em tal guisa que não fossem merecedores de as ter, ca por serem monteiros não devem de deixar de servir em todas as coisas em que pudessem servir; e com isto não devem a atender que seu senhor lho mande fazer, mas naquelas coisas em que virem que podem servir, que a seu estado pertençam, que sejam prestes para o fazerem; e ainda que o mandassem fazer a alguns outros, se vissem que o faziam referteiramente e fosse coisa que eles pudessem fazer e que a eles convinha de fazer, que eles mesmos se oferecessem a o querer fazer; por terem sabor de servir; ca por tais maneiras vêm os homens a bem”³³³.

“... ca os escudeiros e os moços do monte, todos por aquele trabalho em que trabalham, assim ganham de comer e vêm as grandes honras e estados, como os que vão sobre mar e muito mais; ca sabido é que muitos dos escudeiros vieram a ter grandes comendas e outrossim serem muito bem cazados e haverem grandes estados e senhorios,; e outrossim, os moços do monte saírem escudeiro se terem bons casamentos, por que vêm a ser honrados e ricos”³³⁴.

Percebe-se que a distinção demarcada por estes jogos não distancia apenas os nobres do restante da sociedade, mas cria também degraus hierárquicos dentro da própria cavalaria. Os cavaleiros eram o grau mais elevado, seguidos pelos escudeiros e por fim pelos moços de monte. Representam as etapas evolutivas que o jovem passa ao entrar na corte, até se tornar cavaleiro. Cada um destes graus se diferencia por funções e ofícios distintos, mas todos fazem parte do mesmo núcleo, e devem portanto mostrarem-se sempre dispostos a cumprir seus deveres, segundo seus estados. Afinal, este bom cumprimento os faz subir na preferência do rei, e conquistar mercês como bons casamentos, os quais transformaram-se em importantes indicadores da proximidade com o rei, e elementos de distinção no interior desta sociedade de corte principiante.

“Por que todollos homees naturalmente desejam sua honrra, proveito e boo prazer, me parece que todollos senhores cavaleiros e scudeiros esta manha devem muyto

³³³D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 30.

³³⁴Idem, p. 25.

desejar, visto em como della estes bees vêem aos que a bem pratycam”³³⁵.

“E disto se devem muito de guardar, que não caiam em tal empacho; ca este que assim não folgasse assim com a vista dos bons, forçado é que os entendidos, que assim virem em seu gesto e obras que não folga em ver os bons, que presumam dele que não é bom, porque, certo é que cada uma coisa se alegra com seu semelhante, ca os bons folgam com os bons e os maus com os maus”³³⁶.

“E por esta guarda [uso das armas] o devem os cavaleiros e escudeiros prezar, ca não por outra coisa que nele haja; ca as outras coisas que por entendimento bom devem ser prezadas são aquelas por que os homens podem vir a ser teudos por bons entre aqueles que bons são”³³⁷.

Partindo da noção que o bom desempenho nestas atividades são de fundamental importância para a aquisição e manutenção do prestígio e honra nesta sociedade cortesã, cabe destacar que tal importância não diz respeito apenas a sobressair-se aos olhos do monarca, mas também ser prezado pelos grandes homens, o que garante a própria inclusão neste pequeno círculo restrito. E, desta forma, ser bem visto entre seus pares leva ao aumento do *status* no seio da nobreza.

“E ainda taaes hy ha que, seendo vystos em roupas sobre cavallos, que sollamente os corressem, per aquelles que o bem conhecem seriam julgados que sabyam pouco de cavalgar, e elles armados de justa, nom poderiam verdadeiramente seer prasmados”³³⁸.

*“E todos se devem trabalhar pêra saberem muitas dellas, segundo o estado, hidade e desposiçom, em que forem...”; “...e sseerem sabedores per boas speriencias e natural entender das cousas que perteencem a sseus estados e officios, per que ajam saber certo e verdadeiro do que devem querer e fazer...”*³³⁹.

³³⁵D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 4.

³³⁶D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 27.

³³⁷Idem, p. 29.

³³⁸D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 5.

³³⁹Idem, p. 8.

“Mas aquel que destas tres for desemparado, nom espere por bem cavalgar, justar, danças, nem por outra manha que assy como cavalleiro ou scudeiro muyto possa valler; bem poderá seer que vallerá como homem servyçal de mester ou jogral”³⁴⁰.

A importância de fazer jus a seu estado, levando em consideração inclusive a distinção segundo a idade, através do cumprimento exemplar de seus ofícios mostra-se cada vez mais forte. Tanto que a acumulação de falhas diante das funções exigidas ao estado do cavaleiro são capazes de diminuí-los perante seus pares e tirá-los seu *status*. A drástica consequência disto, além da perda de privilégios, é o próprio questionamento da nobreza do cavaleiro, ou seja, a queda de sua honra, visto a comparação deste com figuras bem menos honradas na sociedade como serviçais e jograis.

“Quanto perteece ao poder abastante que devem aver os cavalgadores, se departe em duas partes: Hua desposiçom do corpo, e outra da fazenda”; “O poder da fazenda se departe em duas partes: Hua pera comprar e aver boas bestas; e a outra pera as governar. E pera cada hua destas, se grande voontade tiverem e muyto saber, a poucos fallecerá o poder”³⁴¹.

“... ca qualquer que não trouxer seus arnês que seja bem concertado nem limpo, que nunca poderá ser bom homem de armas. E todos os que os trouxerem bem concertados em si e se pagarem de os trazerem limpos, todos ou os demais serão bons homens de armas. E por esta coisa se conhecem, ainda que os não vejam ser em alguns feitos grandes...”³⁴².

“Das ascumas se devem os moços muito de pagar, como de coisa com que se hão-de defender de seu contrario; e devem-nas de trazer muito limpas nos ferros, que sejam muito agudas das pontas de das navalhas; e as varas de boa cor e bem direitas e com muito bons contos e bem formosos. E isto devem de trazer assim, por duas coisas: a primeira e principal por se poder melhor aproveitar de se guardar de não receber cajão; a segunda, porque dizem todos que qualquer homem de armas que não traz

³⁴⁰Ibidem.

³⁴¹Idem, pp. 10-11.

³⁴²D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 109.

seus arnês bem concertado em si, em tal guisa que não embargue de fazer qualquer coisa que houver de fazer e outrossim formoso, quanto ele por sua riqueza puder fazer, ca este que o assim não trouxer, que nunca será bom homem de armas”³⁴³.

A exibição da nobreza, e a distinção social que a acompanha, não se apresenta apenas por grandes feitos, virtudes, ou cumprimento das funções. Unida a estas é de extrema importância a exibição da riqueza dos cavaleiros, através da exibição de bons e conservados equipamentos nestes jogos. Por isto os príncipes de Avis dedicaram importância ao poder da fazenda. Os nobres cavaleiros devem se preocupar com a correta utilização dos recursos financeiros adquiridos pela graça do monarca, empregando-os na aquisição de bestas e armamentos adequados a sua estirpe, de forma a mostrar que são aptos a cumprirem com louvor as ordens régias. Assim, exibir instrumentos de qualidade e bem cuidados eram tão fundamentais para se mostrar como bom cavaleiro, e assim se distinguir entre os demais, quanto a realização de grandes feitos. Aliás, é uma forma de se bem mostrar sem mesmo ter que realizá-los.

“Primeiramente em falar como é bem aos moços trazerem-se limpos também nos trajes, ainda que sejam do monte, como dos que houverem de trazer na vila, ca em como já havemos dito no capítulo VIII, que fala como se devem guardar os escudeiros de se ma trazer. E isto mesmo a também no devem fazer como eles os moços do monte muito mais; ca se aos escudeiros pertence, por se não apartarem da conversação dos bons, muito mais cumpre aos moços, porque não têm tão grande aso de conversar com eles; pois tanto menos aso têm os homens de se achegarem a sua prol, tanto mais lhe é cumpridoiro de afanarem pelo haverem. E por isto lhes é mister que se trajem bem e demais por serem apazíveis a seu senhor, que quando o senhor vê que o seu servidor se amanha bem a fazer o que há-de fazer e pelo ofício não deixa de servir e honrar a sua casa, que se dele mais não pague e o tem por estimamento que lhe virá bom”³⁴⁴.

“... ora vede se o ver, que é o mais principal sentido, porque o entender filha com este mais prazer, vede se

³⁴³Idem, p. 108.

³⁴⁴Idem, p. 107.

quando for anojado, se o pode perder, em ver muitos cavaleiros e escudeiros muito bem encavalgados de bons cavalos e outrossim vestidos como cumpre para tal mister, que não parece menos bem trazer-se nas roupas que cumpre para o monte, que panos de ouro para dançar em sala, ca muito formosa vista é quando homem vê quem se bem traz”³⁴⁵.

“E por ende se deve de guardar qualquer escudeiro, que este jogo houver de usar (...) ca muitos tomam em costume em se mal trazer, por andar ao monte, em como aqueles que lhes não faz mister; e porque lhes não faz mister, nunca filham cuidado em como poderão andar bem vestidos; e com isto, quando vêm às grandes praças. e vêem outros que estão ricamente apostados, a vontade lhes filha embargo de estarem com eles e então afastam-se deles quando o muito usam. E quando se assim afastam daqueles que bons são, nunca podem aprender coisas que sejam boas para fazer, nem para dizer quando mister for; e disto os que bons querem ser, muito se devem de guardar de tais coisas fazer; antes devem folgar de estarem sempre entre os que bons são e pararem mentes nos costumes que lhes virem que têm e trabalharem de os fazer assim como eles fazem”³⁴⁶.

Prosseguindo nos conselhos em relação ao bom uso de seus recursos financeiros, D. João I mostra sua preocupação com a indumentária usada pelos cavaleiros, escudeiros e moços do monte, não apenas no momento da realização de seus ofícios, mas também durante todo seu cotidiano. A sociedade medieval era envolvida intensamente por signos e símbolos, sendo as roupas e cores importantes elementos simbólicos. Disto observa-se o papel da indumentária correta na distinção de cavaleiros, escudeiros, e moços de monte entre si, e também do restante da sociedade. Exibir-se por boas vestimentas era fundamental não só para adquirir a confiança e estima do rei, mas também para a aproximação com os grandes homens, e assim, inserindo-se neste círculo, aprender as coisas que são dignas a este estado.

“Em o que a besta faz, segundo disse, per que nos pode derribar pera cada hua das partes, avemos ajuda muyto principal no andar do corpo, nom tardando nem nos trigando...”; “Pódesse em todas estas sellas suso scriptas

³⁴⁵Idem, p. 16.

³⁴⁶Idem, p. 29.

teer esta maneira de cavalgar (...), mais nom fremoso em outras que eu visse, senom em ellas, nas quaaes a mym bem parecem os qu[e] dereitamente cavalgam aos tempos que as devem usar”³⁴⁷.

“Mas posto que aos outros capítulos fosse tangido, assim como dito é, os moços que os trouxerem os cães e forem ao monte, não devem ir espalhados, mas todos juntos (...) por parecerem bem, pois crede que uma das boas vistas que se no monte pode fazer, é quando os moços são muitos e bem apostados para tal ofício e os cães são formosos”³⁴⁸.

Assim como as cores e as roupas, esta sociedade valorizava os gestos como fortes elementos simbólicos. E os jogos medievais, enquanto espécies de cerimônias, são acompanhados da exigência de gestos e posturas adequadas. A preocupação com a postura na realização destas atividades lúdicas vai além da segurança do cavaleiro, ou seja, em cumprir corretamente os feitos sem colocar em risco seu corpo e saúde. Ela atingia um nível estético, que mantém relevância assim como o nível da utilidade. A elegância exigida, e não apenas durante a participação dos jogos, é fundamental para expressar a nobreza do cavaleiro, sua grandeza de caráter, e a altivez de suas virtudes. Quantos mais formosos se mostram, mais distintos se tornam, bem como mais bem visto aos olhos de seus pares, e estimados pelo rei.

Assim, é possível notar a capacidade dos jogos medievais, de inspirar virtudes, sustentar a idéia de centralidade do poder régio, de origem divina do poder monárquico, e da submissão devida dos súditos ao rei. Isto já os eleva a algo mais que simples objetos de preparo para a guerra, ou diversões para os momentos de ócio. Entretanto, num plano mais prático, as atividades lúdicas, associadas ao aspecto cerimonial e simbólico desta sociedade, aumentam sua importância. A existência de um rigor quanto às posturas, às roupas, e aos equipamentos, se une a cobranças de conduta, como dos homens bons andarem junto com seus pares, e cumprimento dos deveres de acordo com seus estados. Todos estes aspectos fazem destes jogos elementos fundamentais para exibição e legitimação da majestade régia e do poder vindo desta, e também para a construção de uma sociedade cortesã, com uma hierarquia definida. As atividades

³⁴⁷D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 18-19.

³⁴⁸D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 109.

lúdicas mostram assim, sua função política e social na sociedade portuguesa do baixo medievo.

Conclusão:

O exemplo da Dinastia de Avis em Portugal não deixa dúvidas da relação intrínseca entre o processo de formação de um Estado centralizado e o processo civilizador ocorrido na transição do período medieval para o moderno. De fato, a ascensão de Avis forneceu as condições necessárias para que estes dois processos tivessem sucesso no território português. A análise de obras incluídas no gênero prosa moralística, *Livro de Montaria* e *A Arte de Bem Cavalgar*, permitiu descortinar esta relação, bem como indicar suas diretrizes.

A temática específica tratada nestas duas obras também lança luz sobre a evolução dos jogos medievais, levando em consideração o novo papel pedagógico, não puramente militar, que as atividades físicas ganharam neste período, como disciplinadoras da violência da nobreza. Mesmo convivendo com inovações nas técnicas de guerra, os jogos cavaleirescos continuaram a exibir sua importância, e ampliá-la como instrumentos figurativos e distintivos da nobreza portuguesa.

Os jogos possuíam o apreço desta sociedade há tempos. E desde cedo manifestaram seu caráter regulador, visto que controlavam o tempo ocioso dos cavaleiros, fornecendo-lhes entretenimentos que lhes distanciasse de querelas e outras erupções de emoções violentas. Mas nem por isso eram realizados com obrigatoriedade. A busca pela *folgança* proporcionada pelos jogos vinha espontaneamente. Isto demonstra já o reconhecimento das vantagens do lazer proveitoso, de tal forma que os jogos eram hierarquizados em importância de acordo com a capacidade de proveito de cada um. A caça e as “manhas” da equitação, na maior parte das vezes, estavam entre os favoritos. Evidentemente havia uma grande preocupação com a visão da Igreja sobre estes prazeres como atividades pecaminosas. As possíveis condenações destas atividades eram evitadas com ressalvas aos excessos e à negligência com os demais deveres a serem cumpridos, segundo a posição de cada um.

Deve-se lembrar, entretanto, que estes homens não viam a capacidade de alegrar a alma como única vantagem proporcionada pelos jogos. Visto que grande parte deste deleite vinha através do contato com a natureza e da fruição dos sentidos, e que estes sentidos eram encarados como portas para o entendimento das coisas do mundo, os jogos também se consagraram pela função de recrear o entender. Isto porque

compreendia-se que o *entendimento*, quando muito tempo preso às coisas grandiosas, se enfadava e perdia sua eficácia. Por isso, necessitava do prazer das coisas ligeiras para o descanso.

Esta ligação do lazer com o *entendimento* não tardou em transformar estas atividades lúdicas em fortes instrumentos pedagógicos. Os príncipes de Avis, caracterizados como letrados, exaltaram constantemente esta função, preocupando-se igualmente com as vitórias nos combates e com o bom ensino de sua corte. Tanto que reconheceram a utilidade dos livros no processo de aprendizagem, visto seu proveito em guardar bons conhecimentos, não deixando que caíssem no esquecimento. Por isso se esforçaram em construir bibliotecas com os mais variados tipos de obras.

O fato é que embora a utilidade do livro fosse reconhecida, em muitos assuntos, como em algumas atividades físicas, não eram considerados obrigatórios a quem queira realizar o aprendizado. Os príncipes avisinos consideravam a técnica, a prática e a experiência como os meios de maior valor pedagógico. Mais relevantes, inclusive, que as fábulas e demais tipos de histórias, cuja compreensão era considerada de difícil acesso ao saber. Os jogos trazem uma série de vantagens enquanto métodos de aprendizagem, porque além de considerados mais fáceis instrumentos de absorção do ensinamento, são melhores para não deixá-los cair no esquecimento. Trazem também como princípio fundamental a sensorialidade, principal fonte de entendimento das coisas do mundo, fundamentando suas afirmações via observação empírica, e notadamente pela experiência dos “antigos”.

Partindo da idéia que nesta sociedade a nobreza, grupo mais abastado, detinha a função bélica, ou seja, de defesa do reino, não é de se admirar que o primeiro emprego da função pedagógica dos jogos tenha sido no preparo para as “manhas das armas”. Os cavaleiros medievais foram treinados através do valor militar dos jogos, que lhes forneciam uma série de atividades necessárias ao bom exercício de sua função. Visto que os períodos de guerras eram bem delimitados, os jogos, enquanto exercícios proveitosos ao exercício das armas, preenchiam bem estes intervalos entre batalhas.

Deve-se ressaltar ainda que os jogos não auxiliavam apenas a prática das atividades militares, mas a própria ideologia cavaleiresca. Na falta de aventuras reais, seja em guerras ou em expedições ultramar, encontrava-se nos jogos um substituto. Tanto que não só a guerra se apresentava aos cavaleiros como fonte de honras, fama e

bens. Estes também poderiam ser conquistados pelo bom desempenho em exercícios militares na forma de jogos como justas e torneios. Assim também como era cultuado igualmente em ambas as partes valores como a coragem e a lealdade.

Da união destas apreciadas atividades lúdicas com a vigência da prosa moralística no ambiente cultural do baixo medievo português, surgiu um poderoso mecanismo de difusão dos novos costumes com os quais os governantes pretenderam normatizar seu círculo mais próximo de funcionários, usados como legitimadores de sua distinção e dignidade. A função reguladora dos jogos passa a apresentar um forte conteúdo moralizante e político. E são estas duas últimas características que possuem maior relevância na análise da Prosa Moralística de Avis, enquanto veículo de um código de conduta desta sociedade.

Nas obras selecionadas para análise, mostrou-se claramente a associação do exercício dos jogos com a prática das virtudes. Os príncipes de Avis reconhecem que o exercício virtuoso das atividades lúdicas pode se ampliar a todas as funções e acrescentar a todas as atividades do meio social, a fim de combater as malícias do ser humano em todos os aspectos de sua vida. O objetivo das obras é justamente reunir num único lugar as grandes virtudes dignas de serem guardadas pelos nobres, e cujo aprendizado seria muito mais difícil se estivessem em diferentes livros ou nas falas dos homens. Junto com isto, preocuparam-se também em ensinar como apreender as virtudes, primeiro via conhecimento de Deus, de onde as virtudes emanam, e depois via auto-conhecimento.

Como o rei possuía a imagem de espelho de seu povo, torna-se visível a relevância em se educar virtuosamente seu círculo mais próximo de nobres. Isto porque na educação dos príncipes, onde antes a cultura física se elevava ao alto grau de importância como treino para a vida guerreira, começava-se a encontrar um equilíbrio entre as atividades corporais e as do espírito. O aumento do número de letrados que freqüentavam a corte com certeza influenciou a excepcional formação moral e religiosa da geração avisina. Geração esta que se interessou pela reflexão de temas morais, psicológicos e doutrinários, e se marcou por um ideal de disciplina que os guiaria no exercício da moral e das virtudes.

O ambiente literário cultivado pelos monarcas obviamente não escaparia a este moralismo. Com perfeito conhecimento das liturgias e do direito canônico, os príncipes

emitiam juízo moral a respeito de tudo que liam. E no momento em que se puseram também a escrever, elevaram a prosa, devido à crença no seu maior poder de difusão de ensinamentos, como instrumento mais apropriado para expor suas apologias da ordem político-social vigente.

Assim, esta literatura se adequou eficazmente às diretrizes do discurso utilizado pelo Paço, que releu antigos ideais da cavalaria a favor da realeza, e da construção de um ambiente cortesão civilizado. Este ambiente se consagrou não apenas em seu intuito de espiritualizar as experiências físicas da nobreza através de um código de disciplina moral, mas também como instrumento difusor dos papéis atribuídos ao Paço. Este por sua vez, constituiu-se no local onde o exercício do poder régio realizou uma produção de sentido voltado para o controle não só moral, mas também político desta nobreza que se formava ao seu redor.

A análise das obras constatou a ligação entre os proveitos dos jogos e a arte de governar, devido às várias referências que certas “manhas” fazem em relação às funções dos príncipes. E demonstra que à medida que os livros eram admitidos como veículos válidos para despertar a boa vontade nos que pretendem aprender tais “manhas”, também se tornam eficazes em transmitir virtudes necessárias ao bom governo. Um bom governo que segue certas diretrizes de legitimidade fundamentais. Elas corroboram praticamente com o uso virtuoso e racional do poder, e ideologicamente com a manutenção e legitimidade do poderio único e centralizado nas mãos do monarca.

O bom governo se legitima também pela imagem venturosa do rei. Afinal, este se consolida como representante único de Deus na terra, estando mais próximo das virtudes divinas que os demais. Ou seja, o monarca acabou desempenhando o papel de exemplo máximo das virtudes a serem seguidas por seus súditos. E como exemplo, deve ser respeitado.

Além disto, a prosa moralística atesta o poder político existente na recuperação do ideal cristão de unidade, que se coaduna com a capacidade da imagem régia de aglutinar uma diversidade de pessoas dentro de um território, segundo costumes próprios. A afirmação de uma identidade nacional principiante, útil à legitimidade régia diante de seus súditos, foi conquistada com o apoio dos jogos, diferenciando os costumes lusitanos adotados durante a realização destes, dos costumes estrangeiros.

Por fim, a prosa moralística vai ao encontro das diretrizes do discurso do Paço, empregando um valor cerimonial aos jogos. A legitimidade dinástica de Avis sempre esteve atrelada a um cerimonial rico em simbologias, e o Paço constituía-se no local de exercício da eficácia simbólica e do poder da propaganda, que incluía uma gama de festividades, entradas, e rituais. Deste modo, os jogos tão cedo passaram a ser encarados como elementos cerimoniais, inseridos junto com banquetes e danças, no centro dos ritos festivos. Seguiam padrões normativos como os rituais, repletos de gestos e signos, e se mostraram fundamentais na exibição não só da dignidade régia e as relações de lealdade entre o rei e os cavaleiros, seus súditos, mas também a própria distinção da nobreza. Afinal, estas atividades lúdicas estavam destinadas aos homens de boa linhagem, com virtudes e proveitos que devem ser principalmente mantidas pelos nobres. Isto demonstra que toda uma hierarquia social se legitimou com elementos dos jogos.

E visto que hierarquia social vinha acompanhada de uma postura equivalente, a corte se consolidou como ambiente de recepção e circulação dos discursos de domesticação da nobreza, ou seja, do próprio ato civilizatório. O policiamento das atitudes impulsivas e violentas, características desta sociedade nos períodos anteriores, se fez em grande parte com o controle de seu tempo, do ócio a que estava submetida, em contraste ao controle exercido aos *laboratores* através do trabalho.

Há que se fazer a ressalva, de que não se deve encarar as atividades lúdicas como os únicos elementos utilizados na normatização dos costumes, nem como expoentes máximos do processo civilizador. As maneiras à mesa, as roupas, e outros hábitos foram fundamentais na composição de um ambiente propício à ocorrência deste processo. Portanto, todos estes elementos deveriam ser estudados, para que juntos, fornecessem um amplo contexto de análise da proporção que este processo tomou tanto no território português quanto em qualquer outro território estrangeiro que experimentou o mesmo processo na época. E embora perceba-se a necessidade da complementaridade de outros estudos, este objetivo macro não é o da pesquisa.

Também torna-se importante destacar outros desdobramentos advindos dos estudos referentes ao processo de avanço na “civildade” dos nobres. Afinal, este processo foi acompanhado por outros de igual importância na história das sociedades humanas. Dois deles demonstram relações evidentes: o próprio avanço das táticas

militares que transformaram a guerra em confrontos mais estratégicos; e o aprimoramento de técnicas que permitiram ao aumento do controle do homem sobre a natureza, incluindo tanto a domesticação dos animais quanto a dominação do espaço. Ficam em aberto estas questões, cuja exploração mostra-se fundamental para a compreensão do processo de normatização dos hábitos e condutas como parte de um processo maior.

Referências Bibliográficas:

A – Fontes Primárias:

DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003.

B- Bibliografia:

ACCORSI, Paulo. *Do azambujeiro bravo à mansa oliveira portuguesa: Prosa civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*, UFF, Niterói, 1997.

BARROS, José C. d'Assunção. *As Três Imagens do Rei. O imaginário régio nos livros de linhagens e nas cantigas trovadorescas portuguesas (séculos XIII e XIV)*. UFF: Niterói, 1999.

CARDINI, Franco. “O Guerreiro e o Cavaleiro” in: LE GOFF, Jacques. *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CURTIUS, Ernest R. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.

DELORT, Robert. *La vie au Moyen Age*. Paris: Seuil, 1982.

DELORT, Robert. “Animais”, In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J.C. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. II. Bauru: EDUSC, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

DIAS, Isabel. *A arte de ser bom cavaleiro*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982.

DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador* (Vol. I e II). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FRÓES, Vânia L. “O Reino de Deus como Arquétipo” in: *Era no Tempo do Rei – estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. UFF: Niterói, 1995.

GALVÃO, Mário. *A Corte do Leão: um manual do cortesão nas fábulas de La Fontaine- França 1668-1695*. UFF: Niterói, 1999.

GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Linda-a-Velha: DIFEL, 1995.

GUENÉE, Bernard.. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: Os Estados*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1981.

GUERRAU, Alain. “Caça” in: SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002. Volume I.

HESPANHA, Antônio Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. “As Redes Clientelares” in: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807), vol. 4*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média: um estudo das formas de via, pensamento e arte em França e nos Países baixos nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Ed. Ulisséia, 1924.

LAPA, Manoel Rodrigues. *Lições de Literatura Portuguesa. Época Medieval*, Coimbra: Coimbra Editora, 1964.

LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

LE GOFF, Jacques. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval vol. I e II*. São Paulo: EDUSC, 2002.

MANGUEL, Alberto. *Uma História da Leitura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

MARAVALL, José Antônio. *Estudios de História del Pensamiento Español*. Madrid: Ed. Cultura Hispânica, 1983.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Guia do Estudante de História Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

MARTINS, Mário. *Alegorias, Símbolos e Exemplos Morais na Literatura Medieval Portuguesa*. Lisboa: Brotéria, 1975.

MARTINS, Mário. *Estudos de Literatura Medieval*. Braga: Livraria da Cruz, 1956.

- MATTOSO, José. *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- MATTOSO, José. *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal, vol. II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- MEHL, Jean-Michel. “Jogo” in: SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002.
- MELLO, Ieda Avênia de. *Rituais e cerimônias régias da Dinastia de Avis: pacto e conflito na entronização de D.João II (Portugal-1438-1495)*. Niterói: EDUFF, 2007.
- MONGELLI, Lênia Márcia (coord.) *A Literatura Doutrinária na Corte de Avis*; São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- PASTOUREAU, Michel. *Uma história simbólica de la Edad Media occidental*. Buenos Aires: Katz, 2006.
- PIMPÃO, Álvaro Júlio C. *História da Literatura Portuguesa, vol. I (séc. XII a XV)*. Coimbra: Edições Quadrante Ltda, 1947.
- SARAIVA, J. A. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2000.
- SARAIVA, J. A. *Iniciação na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Gradiva-Publicações Ltda, 1994.
- SARAIVA, Antônio José. *O Crepúsculo da Idade Media em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1995.
- SERRÃO, Joel. *Dicionário de Historia de Portugal, vol. IV*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992,
- SORIA, José M. Nieto. *Fundamentos Ideológicos Del poder real em Castilla*. Madrid: Eudema, 1988.
- SPINA, Sigismundo. *Presença da Literatura Portuguesa I: Era Medieval*. São Paulo: DIFEL, 1969.
- VERDON, JEAN. *Le plaisir au Moyen Âge*. Paris: Éditions Perrin, 1999.

VERON, Eliséo. *A Produção do Sentido*. São Paulo: Cultrix, 1981